

NEARI



BAREM

Banco de Dados sobre Refugiados e Migração Forçada

**Breno José Albuquerque Vieira de Melo
Maria Eduarda do Rêgo Barros
Marlusa Ferreira Sales de Aquino
Natália Monteiro Batista
Ricardo Pontes**

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena Silva

**Recife
Faculdade Damas da Instrução Cristã
2018**

Breno José Albuquerque Vieira de Melo
Maria Eduarda do Rêgo Barros
Marlusa Ferreira Sales de Aquino
Natália Monteiro Batista
Ricardo Pontes
Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena Silva



BAREM

Banco de Dados sobre Refugiados e Migração Forçada

Recife
Faculdade Damas da Instrução Cristã
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B248 BAREM – Banco de dados sobre refugiados e migração forçada [recurso eletrônico] / Breno José Albuquerque Vieira de Melo...[et al.]. - Recife : Fadic, 20018.
118 p. : il.

Orientador: Antônio Henrique Lucena Silva
ISBN 978-85-94241-04-7
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Migração. 3. Refugiados. I. Melo, José Albuquerque Vieira de Melo. II. Barros, Maria Eduarda do Rêgo. III. Aquino, Marlusa Ferreira Sales de. IV. Batista, Natália Monteiro. V. Pontes, Ricardo. VI. Silva, Antônio Henrique Lucena. VII. Faculdade Damas da Instrução Cristã. VIII. Título.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. ORIENTE MÉDIO.....	7
1.1 SÍRIA	8
1.2 IRAQUE	10
1.3 PAQUISTÃO	12
1.4 AFGANISTÃO	13
1.5 LÍBANO	15
2. AMÉRICAS	20
2.1 BOLÍVIA.....	23
2.2 VENEZUELA.....	26
2.3 HAITI.....	28
2.4 CUBA.....	29
2.5 COLÔMBIA	30
3. ÁFRICA.....	35
3.1 ANGOLA	35
3.2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	36
3.3 SENEGAL	40
3.4 NIGÉRIA.....	40
3.5 GUINÉ-BISSAU.....	41
4. ÁSIA.....	42
4.1 CHINA.....	42
4.2 BANGLADESH	45
4.3 MIGRANTES E REFUGIADOS INDIANOS	48
5. A CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA, O ESTADO DE PERNAMBUCO E A OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	51
6. RELATÓRIO DA INAUGURAÇÃO DA CASA DE DIREITOS NA UNICAP.....	53
7. SOBRE AS ENTREVISTAS COM REFUGIADOS E GESTOR DA ONG ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL..	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
ANEXOS.....	59
NOTÍCIAS - REFUGIADOS EM PERNAMBUCO	519
ENTREVISTAS - ONGS ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL.....	107
ENTREVISTA - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PREFEITURA DO RECIFE.....	114
BIBLIOGRAFIA.....	115

Introdução

O número de migrações em todo o mundo vem crescendo na última década, e assim, também aumentaram os pedidos de refúgio. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, não se via um número tão grande de migrantes em circulação. De acordo com o relatório “*International Migration Report 2017*” da ONU, estima-se que até o ano de 2017, a cifra cresceu 49% em relação a 2000, chegando a 258 milhões de pessoas.

O processo de migração internacional pode ser desencadeado por diversos fatores: em consequência de desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, causas relacionadas a estudos, busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros. O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais ocorrerem é o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações, o que não caracteriza o direito ao refúgio. A migração internacional promove uma série de problemas socioeconômicos. Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intuito de restringir a entrada de imigrantes, o tráfico desses tem se intensificado consideravelmente. No entanto, esses mesmos países adotam ações seletivas, permitindo a entrada de profissionais qualificados e provocando a “fuga de cérebros” dos países em desenvolvimento, ou seja, pessoas com aptidões técnicas e dotadas de conhecimentos são bem-vindas.

Outra consequência é o fortalecimento da discriminação atribuída aos imigrantes internacionais, processo denominado “xenofobia”. O Brasil, apesar de não ser mais um grande receptor de estrangeiros (segundo dados da Polícia Federal, 60% dos estrangeiros que pediram refúgio não estão mais no território brasileiro), acompanha o crescimento dos pedidos de refúgio no mundo. Muitos imigrantes econômicos solicitam refúgio, criando um fluxo variado de motivações que deve ser analisado pelo órgão competente do país em que foi feito o pedido. No caso brasileiro, é competência da Polícia Federal e o órgão regulador é o CONARE (Comitê Nacional de Refugiados).

Devido a este aumento de fluxo de estrangeiros ao Brasil, o NEARI (Núcleo de Estudos e Atuação em Relações Internacionais) da Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC), iniciou uma pesquisa na área. Este trabalho é o início de um estudo realizado pelos alunos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da FADIC sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Henrique de Lucena Silva, com o objetivo de criar um banco de dados permanentemente atualizado, com maior número de variáveis encontradas, referentes aos estrangeiros que pedem o *status* de refugiados ou imigrantes com condições especiais de

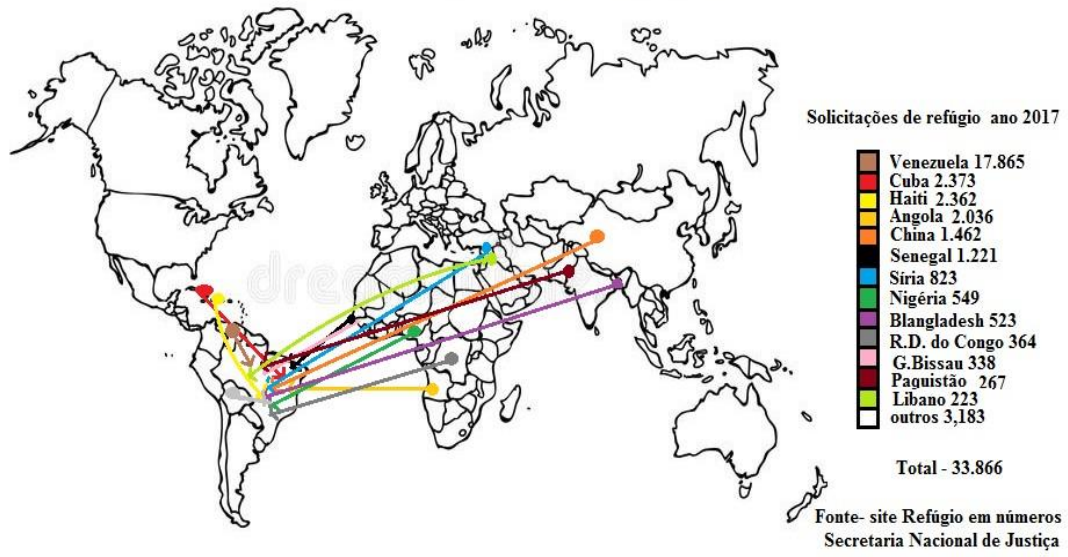
permanência, com foco nos movimentos migratórios no estado de Pernambuco.

Na primeira fase do projeto, foram coletados dados gerais, gráficos foram confeccionados com informações referentes aos pedidos de refúgio negados ou deferidos pelo Brasil, bem como as nacionalidades dos solicitantes de refúgio, além de um embasamento em relação motivos específicos que os estrangeiros têm para sair de seus países de origem. As informações de sites como o da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), Cáritas, CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) entre outros, foram reunidos nesse documento. Faz-se necessário um constante acompanhamento dos fatos internacionais, pois o número de migrantes tem sofrido alterações constantemente devido a situações emergenciais, como a vinda dos venezuelanos ao Brasil pela fronteira terrestre do estado de Roraima.

Numa segunda etapa, serão pesquisados os dados mais específicos para o estado de Pernambuco, informados pela PF (Polícia Federal) e o CONARE. O CONARE é responsável pelo encaminhamento necessário aos refugiados. O trabalho também buscou mapear a rede de apoio aos refugiados e migrantes em Pernambuco. Foram feitos contatos com a rede de apoio e entrevistas com pessoas em situação de refúgio. As entrevistas estão no anexo do trabalho. Para garantir a sua segurança, os nomes foram mantidos sob sigilo. Assim, o objetivo final do trabalho do NEARI (Núcleo de Estudos e Atuação em Relações Internacionais) é permitir o acesso do meio acadêmico e civis às informações, bem como uma constante observação das estatísticas e fatos relativos aos pedidos de refúgio no país.

Esse é o primeiro banco de dados criado pelo NEARI, que promove o desenvolvimento de competências, fomenta habilidades de pesquisa e promove experiência profissional aos discentes do curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

MAPA DE FLUXO DA ORIGEM DOS PEDIDOS DE REFÚGIO AO BRASIL



1. Oriente Médio

Ao se tratar de refugiados e deslocados internos, a região que compreende o Grande Oriente Médio, também conhecida pela sigla MENA (*Middle East and North Africa*), se traduzi numa região de grande importância na análise dos fluxos migratórios, sendo uma parte do mundo marcada por conflitos históricos, religiosos e sectários que se “arrastam” por décadas. Não obstante, devido ao seu caráter estratégico e vasta quantidade de reservas de petróleo, o Oriente Médio sempre foi alvo de interesses estrangeiros e intervenções por parte de grandes potências internacionais.

A rivalidade geopolítica entre a Arábia Saudita e o Irã, a questão sectária entre sunitas e xiitas, o conflito árabe-israelense, as organizações terroristas fundamentalistas islâmicas (*Al-Qaeda, Hamas, o Talibã e EIIL*), forças que buscam maior democratização em uma região historicamente marcada por regimes autoritários (a exemplo da Primavera Árabe) e o fato de que 75% de todo o petróleo do mundo encontra-se na região são apenas alguns exemplos da complexidade e da região.

À parte dos problemas sociais e políticos, o Oriente Médio também é marcado por limitação de recursos naturais e escassez de água e terra fértil, tornando-a a maior importadora de cereais no mundo, onde, em alguns países, mais da metade das calorias consumidas são provenientes de alimentos importados. A situação é grave, uma vez que os refugiados e deslocados internos têm acesso restrito à alimentação de qualidade.

O conjunto de adversidades e transtornos sociais, políticos, religiosos e naturais transforma o Oriente Médio na região de onde mais saem refugiados em todo o globo. Mais da metade do contingente de refugiados sírios no mundo está concentrada em cinco países do oriente médio: Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito. Esses cinco Estados receberam aproximadamente 4,3 milhões de refugiados sírios desde que explodiu a Primavera Árabe e, eventualmente, a Guerra Civil Síria. Isso se deve ao fato de que a grande maioria dos solicitantes de asilo é muito pobre e, por falta de recursos, vê-se obrigada a buscar asilo em países vizinhos.

Outro fator adverso que atualmente os requerentes de asilo vêm enfrentando é um crescente sentimento anti-imigração na Europa. De acordo com um estudo publicado pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, houve um aumento da violência contra imigrantes e a proliferação de organizações de extrema-direita na Europa. O principal alvo delas são imigrantes muçulmanos de origem árabe, pois essas organizações acreditam num suposto processo de “islamização” que poderá ocorrer na Europa.

Mas no tocante aos refugiados da região do MENA, nota-se que, apesar do Brasil não representar um percentual expressivo no total dos deferimentos de refúgio no mundo, houve um esforço político dos últimos governos brasileiros ao reconhecer um grande número de solicitações de refúgio de cidadãos do Oriente Médio.

Segundo o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), o Brasil recebeu 2.077 refugiados sírios entre 2011 e 2015, montante superior à quantidade acolhida pelos EUA e alguns países europeus, como Grécia e Espanha. Além do aumento de deferimentos de pedidos de refúgio, o Brasil adotou uma política de fronteiras abertas através de uma maior facilidade e agilidade no processo de concessão de refúgio, além de dar aos solicitantes de asilo a possibilidade de trabalhar, assim como providenciar o acesso à saúde e educação aos requerentes em espera, algo que não acontece com frequência em outros países.

1.1 Síria

Devastada por uma guerra civil iniciada em 2011 como parte de uma onda de revoltas populares no mundo Árabe denominadas de “Primavera Árabe”, a República Árabe Síria vive uma grave crise humanitária que perdura há 7 anos. A Guerra Civil Síria, que nas palavras da ONU, é considerada como “o pior desastre causado pelo homem desde a Segunda Guerra Mundial”, resultou numa crise de refugiados sem precedentes e no envolvimento de vários atores da comunidade internacional.

O gatilho do conflito se deu com a ampla movimentação de uma parte da população que, através de protestos populares, reivindicou maior liberdade de imprensa, Direitos Humanos e democratização através da destituição de Bashaar Al- Assad. Os protestos populares, iniciados em meados de 2011 e influenciados pelo contexto da Primavera Árabe, passaram a ser fortemente reprimidos pelo governo sírio e, posteriormente, transformaram-se em uma sangrenta guerra civil através da criação do “Exército Livre da Síria”, facção que em 2012 passou a controlar importantes cidades e regiões do país. Com o passar do tempo, a questão foi ganhando novas dimensões através do desmembramento e surgimento de novas facções, o que se configurava em uma luta por poder se transformou num conflito de natureza sectária e religiosa, com o surgimento de organizações islâmicas fundamentalistas dentro da ampla coalizão de oposição ao regime de Assad.

Entre 2013 e 2014, a Síria estava totalmente mergulhada numas das fases mais sangrentas da guerra civil, onde várias facções e frentes lutavam entre si e, concomitantemente, contra o regime de Assad. A expansão do Estado Islâmico do Iraque e da Al-Nusra, braço da Al-Qaeda na Síria, se intensificou, à medida que o envolvimento das forças curdas aumentou nas províncias do norte da Síria e do Iraque. Foi também nesse período que o conflito passou a ter um caráter internacional através do envolvimento de potências globais e regionais apoiando diferentes pólos, notadamente o apoio dos EUA e aliados aos rebeldes sírios e da Rússia e do Irã ao regime de Assad e a organização islamista libanesa Hezbollah. O conflito que se iniciou com um caráter doméstico se tornou uma guerra por procuração regida por interesses externos. Outra característica do conflito foi o seu caráter transfronteiriço. A guerra civil síria se espalhou pela região do Levante, atingindo países como o Iraque e o Líbano através da ramificação do Estado Islâmico da Síria e do Iraque. A disseminação do conflito na região provocou a rivalidade sectária entre xiitas e sunitas nesses territórios, assim como a perseguição de minorias religiosas como os curdos, iazidis, alauítas e cristãos por parte jihadistas.

Diante de um estado de guerra generalizado, milhões de pessoas fugiram da Síria desde 2011, buscando segurança e um recomeço em países vizinhos, na Europa e nas Américas. Em 2016, de uma população estimada em 22 milhões antes da guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) identificou 13,5 milhões de sírios que necessitam de assistência humanitária, sendo 6 milhões são deslocados internos dentro da Síria e por volta de 5 milhões são refugiados fora da Síria.

Os dois maiores fatores por trás da vertiginosa evasão de civis da Síria, além do Estado Guerra em si, são: a repressão do ditador Bashar Al-Assad e as perseguições de cunho religioso promovidas pelas facções fundamentalistas islâmicas. Cristãos, curdos iazidis, alauítas e xiitas se tornaram os alvos principais do Estado Islâmico da Síria e do Iraque. Os iazidis, curdos praticantes de uma vertente moderna do zoroastrismo, são um dos grupos mais perseguidos e exterminados pelos jihadistas.

Diante do quadro calamitoso da Síria, cabe indagar como o Estado brasileiro agiu diante de uma crise de refugiados sem precedentes. Em linhas gerais, o envolvimento do Brasil na crise dos refugiados sírios não foi expressivo comparado a outros países e levando em consideração o tamanho do país. Dos cerca de 5 milhões de refugiados sírios pelo mundo, apenas 2.500 se encontram no Brasil. A grande maioria migra para países mais estáveis no

Orientes Médio como a Turquia e o Líbano, enquanto uma parcela menor é acolhida por países europeus. Contudo, apesar do contingente de refugiados sírios no Brasil constituir apenas 0,05% do total de refugiados sírios no mundo todo, o grupo representa aproximadamente 25% dos refugiados recebidos no Brasil nos últimos anos.

Segundo o Conare, 2.077 sírios receberam *status* de refugiados pelo governo brasileiro desde 2011, quando a Guerra Civil Síria estourou, até 2015, foi a nacionalidade com maior quantidade de deferimentos no Brasil. O número expressivo de refugiados sírios está ligado ao esforço brasileiro de priorizar o reconhecimento de condição de refugiado dos requerentes de asilo sírios através de normativas promovidas pelo Conare diante do quadro de urgência em que se encontrava a Síria naquele período, quando Guerra Civil Síria passava por sua fase mais turbulenta.

O motivo da grande quantidade de reconhecimentos de refugiados de origem Síria entre 2016 e 2017 faz parte do compromisso firmado entre o governo Brasileiro e a ACNUR durante a Cúpula de Líderes sobre Refugiados, convocada pelo então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que ocorreu no dia 20 de setembro de 2016, em Nova York.

Dessa forma, apesar de o Brasil não ter sido protagonista em relação a outros países e levando em consideração as suas dimensões geográficas, houve vontade política de acolhimento, o que se traduziu na priorização de solicitantes de asilo sírios nos processos de brasileiros. Isso culminou no fato de que, entre 2007 e 2017, 2.771 refugiados sírios foram recebidos pelo Brasil.

1.2 Iraque

Assim como outros países da região, a instabilidade sociopolítica do Iraque é fruto de uma sobreposição de conflitos e intervenções estrangeiras que se iniciaram com a Guerra do Irã-Iraque, na década de 80, quando o Iraque, sob a liderança de Saddam Hussein - então ditador e Secretário Geral do Partido Socialista Ba'ath - invadiu o Irã em 22 de setembro de 1980.

Esperava-se que, num estado de desgaste pós-revolução islâmica, o Irã não tivesse condições de resistir ao avanço das tropas iraquianas em seu território, porém, em 1982, os

iranianos lançaram uma contraofensiva que transformou o conflito numa sangrenta guerra sectária entre curdos, xiitas, iranianos e iraquianos. Temendo a disseminação de revoluções de cunho islâmico no mundo, os Estados Unidos e a União Soviética, assim como outros países árabes, apoiaram o Iraque de Saddam Hussein. Contudo o conflito só teve seu desfecho em 1988, após um cessar-fogo firmado pela ONU e aceito por ambos os lados.

A instabilidade política do país voltou a se agravar em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait. Assim, aquele que teria sido um estratégico aliado do ocidente no mundo Islâmico durante a guerra contra o Irã, passou a ser uma ameaça na região e contrário aos interesses dos EUA e seus aliados devido a possibilidade do uso de armas químicas pelo Iraque num eventual conflito contra Israel, além de torturas e massacres promovidas pelo governo de Saddam Hussein que feriam os direitos humanos. O conflito que passou a ser conhecido como Guerra do Golfo teve seu desfecho como vitória da coalizão sobre o Iraque e a expulsão das forças iraquianas do Kuwait. No entanto, apesar da derrota, Saddam Hussein continuou no poder e suprimiu uma série de revoltas de rebeldes xiitas, resultando na fuga de 1.8 milhões de refugiados do país.

Em 20 de Março de 2003, uma coalizão liderada pelos EUA invadiu o Iraque sob o pretexto de que o país não havia abandonado seu programa de armas de destruição em massa. Esta intervenção se deu dentro do contexto da “Guerra ao Terror” (proclamada pelo então presidente norte-americano George W. Bush), iniciada após os ataques de 11 de Setembro, e violou normativas da ONU contrárias a uma intervenção através da implantação de tropas terrestres no Iraque. A invasão resultou no estabelecimento de um governo provisório no Iraque, excluindo membros do Partido Socialista Baath, e na destituição e eventual execução de Saddam Hussein. A Guerra do Iraque marcou o surgimento da Al-Qaeda no Iraque e numa crescente sectarismo entre jihadistas sunitas e xiitas.

O último fator a corroborar no histórico de conflitos no Iraque foi a transposição da Guerra Civil Síria para o território iraquiano através da fusão do Al-Nusra (ramificação da Al-Qaeda na Síria) ao Estado Islâmico do Iraque, criando o Estado Islâmico do Iraque da Síria. Entre 2014 e 2015, a organização jihadista iniciou um rápido processo de expansão, conquistando cidades importantes na Síria e no Iraque como Mosul, Aleppo e Al-Raqa. Essa fase foi marcada por uma violenta perseguição a minorias religiosas, ataques terroristas, execução de reféns e perpetuação de vários atos de atrocidade, provocando a fuga de milhares de iraquianos do país.

No Brasil, os iraquianos não constituem um número expressivo dentre os refugiados recebidos nos últimos anos. Em 2016, 18 Iraquianos foram reconhecidos como refugiados, ao passo que em 2017, apenas 8 iraquianos tiveram suas solicitações deferidas. Entre 2007 e 2017, 95 refugiados afegãos foram reconhecidos como refugiados, equivalente a 1% dos deferimentos nesse recorte de 10 anos. O motivo da baixa frequência de pedidos de asilo de nacionais iraquianos é similar ao caso de outros países da região, uma vez que existe uma concentração dos fluxos em direção a países vizinhos (Jordânia e Turquia), a outros países islâmicos (Irã e Egito) ou países desenvolvidos como a Alemanha e o Canadá.

1.3 Paquistão

Antes de analisar o contexto político e social, é importante frisar que o país é fruto de um recorte de fronteiras pós-colonial. Criado em 1947, o Paquistão é o resultado de um movimento que buscava a emancipação dos indianos muçulmanos através da criação de um Estado soberano conforme a doutrina do islã. Desde a invasão soviética ao vizinho Afeganistão, o Paquistão tem sido um dos países que mais acolheu refugiados afegãos, devido a uma grande parcela de pashtuns (etnia predominante no Afeganistão) viver no país. Foi nesse período que houve o crescimento de uma onda de conservadorismo islâmico sunita no país e o Paquistão começou a empreender uma paulatina islamização da sociedade civil sob o regime de Muhammad Zia, que chegou ao poder em 1977 através de um golpe.

O regime de Zia foi marcado por forte repressão aos opositores, pela rejeição do laicismo implementado pelo governo anterior através da adoção da Xaria, e pela criação da “lei de blasfêmia”, que punia qualquer pessoa que, na visão do Estado paquistanês, caluniasse o profeta Maomé (Mohammad), culminando em pena capital. Além das reformas religiosas que a sociedade paquistanesa sofreu, o regime ficou conhecido por subsidiar as facções mujahideen durante todo o período da ocupação soviética.

O Paquistão é, étnica e religiosamente, um país extremamente diverso, cuja população se constitui por punjabis, pashtuns, baloches, sindhis, gujaratis e vários outros grupos minoritários. A religião oficial do país é o islã, a mais praticada pela população (96.4%). Também existe ali uma minoria cristã e hindu. Apesar da liberdade de religião estar garantida na constituição, na prática, as minorias sofrem perseguição religiosa e discriminação governamental através da proibição contra indivíduos de outras religiões se tornarem

presidentes ou primeiros-ministros.

Devido à lei de blasfêmia, acusada pela comunidade internacional de atacar minorias religiosas, muitos nacionais fogem devido à perseguição religiosa que acontece por parte de grupos fundamentalistas como o Talibã, e pela própria sociedade que, ainda é favorável à aplicação da lei da blasfêmia.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido o destino de alguns refugiados paquistaneses. A maioria deles aponta a perseguição religiosa como o principal fator por trás da decisão de vir ao Brasil. Nota-se, também, uma tendência bastante recorrente que se dá através da concentração de paquistaneses na capital brasileira, isso se deve ao fato de que para conseguir as documentações exigidas e a permanência no país com mais rapidez, os paquistaneses decidem se alocar perto das instituições federais em Brasília. A maioria desses refugiados é empregada por fábricas de abate halal, abate conforme as leis islâmicas.

Em 2016, 266 solicitações de refúgio de nacionais paquistaneses foram feitas ao Brasil, o que representou cerca de 3% do total de todas as solicitações, das quais apenas 98 foram deferidas. Em 2017, notou-se uma queda na vinda de paquistaneses, com apenas 24 reconhecidos como refugiados. Nos últimos 10 anos, durante o período 2007-2017, ao todo, 250 foram acolhidos. Esses números mostram que o Brasil é um destino escolhido por uma parcela muito pequena do vasto contingente de solicitantes de asilo de nacionalidade paquistanesa, uma vez que a distância e a diferença cultural tornam-se barreiras contra a vinda de mais paquistaneses ao país.

1.4 Afeganistão

Para entender os fatores por trás dos fluxos de refugiados oriundos do Afeganistão nas últimas décadas, faz-se necessário entender a história recente do país. O ponto inicial da corrente instabilidade sócio-política do Afeganistão se deu com a invasão soviética de 1979, na qual grupos chamados *mujahideen* se rebelaram contra o governo da República Democrática do Afeganistão, impulsionando a invasão do país por tropas soviéticas aliadas ao regime vigente até então. Os *mujahideen* foram amplamente apoiados pelos Estados Unidos e Arábia Saudita, tornando o conflito em uma guerra por procuração dentro do contexto da Guerra Fria. A guerra Soviético- Afegã, como ficou conhecida, resultou no massacre de milhões de civis e na fuga de

5.5 milhões de afegãos na condição de refugiados, principalmente para países vizinhos como o Irã e Paquistão.

Após a retirada das tropas soviéticas em 1989, em consonância com as políticas reformistas de Gorbachev, o governo afegão foi rapidamente derrotado pelos *mujahideen*. Em 1992, uma guerra civil estourou entre diferentes facções *mujahideen* após o surgimento de discordância na tentativa de formar um governo de coalizão. A guerra viu a ascensão do Talibã, um movimento político fundamentalista sunita islâmico que havia se tornado a maior força política na luta pelo poder, eventualmente se convertendo em vitoriosos ao fundar o Emirado Islâmico do Afeganistão em 1996, após conquistar a capital Kabul. De 1996 a 2001, o Talibã manteve o poder no Afeganistão através de uma interpretação rígida da Sharia, a lei islâmica.

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão no contexto da Guerra ao Terror, promovida pelo então presidente americano George W. Bush, com o objetivo público de desmembrar a Al-Qaeda através da remoção do Talibã do poder. Essa intervenção resultou na queda do Talibã e no estabelecimento de um governo interino liderado por Hamid Karzai (eleito presidente em 2004). A intervenção americana no Afeganistão continua até os dias de hoje, completando 17 anos de conflito, em meio a freqüentes ameaças de ressurgimento do Talibã.

Esta sobreposição de conflitos e invasões ao longo de sua história recente converteu o Afeganistão em um dos países mais politicamente instáveis dos séculos XX e XXI, contribuindo para uma fuga em massa de civis nos últimos anos, fato que tornou o país o maior “produtor” de refugiados do mundo por um bom tempo, sendo recentemente ultrapassado pela Síria com o romper da Guerra Civil Síria em 2011. Por volta de 6 milhões de refugiados afegãos já foram asilados no oriente médio e outras regiões nos últimos anos.

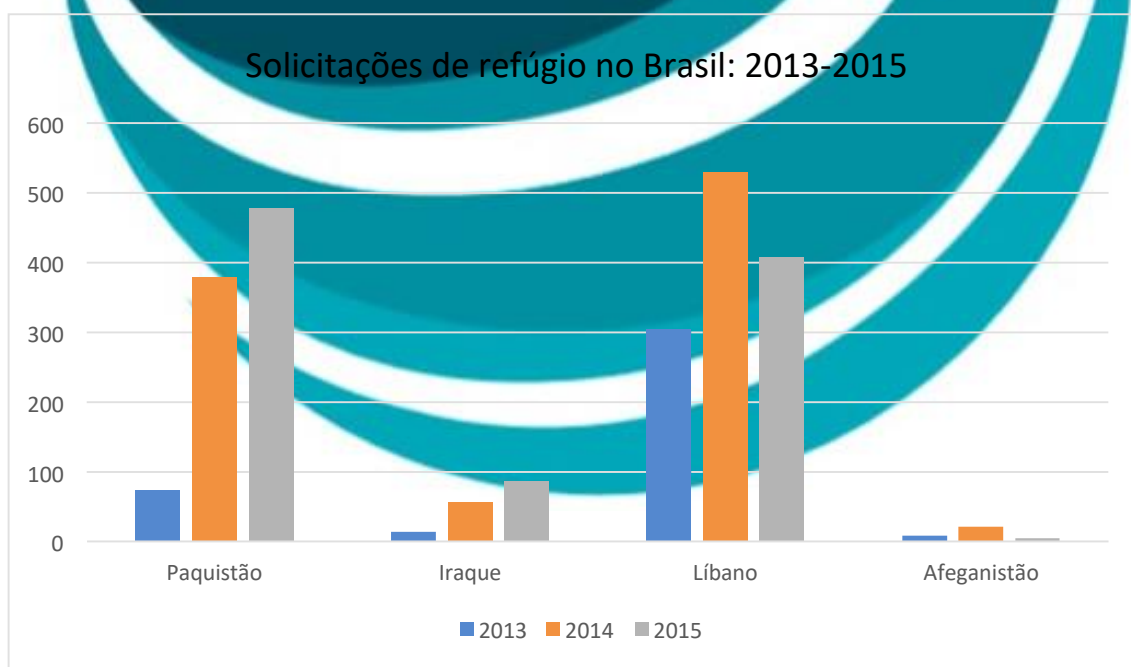
O contingente de requerentes de asilo e refugiados afegãos nos últimos anos no Brasil é muito pequeno comparado com os anos que seguiram a intervenção americana de 2001. Apenas 17 afegãos migraram para o Brasil na condição de refugiados em 2016. Isso se deve a dois fatores: a distância entre os dois países e o fato de que a grande maioria dos refugiados afegãos são historicamente acolhidos pelos vizinhos Irã e Paquistão desde que a Invasão Soviética do Afeganistão em 1979 provocou a primeira onda de refugiados afegãos. Além do mais, com queda do Talibã em 2001, a situação política no Afeganistão tornou-se mais estável, fato que fomentou um processo de repatriamento dos refugiados afegãos nos países em que se encontravam. Num recorte de 10 anos (2007-2017), apenas 64 afegãos foram reconhecidos como refugiados pelo Brasil, equivalente a 1% da totalidade dos deferimentos do período.

1.5 Líbano

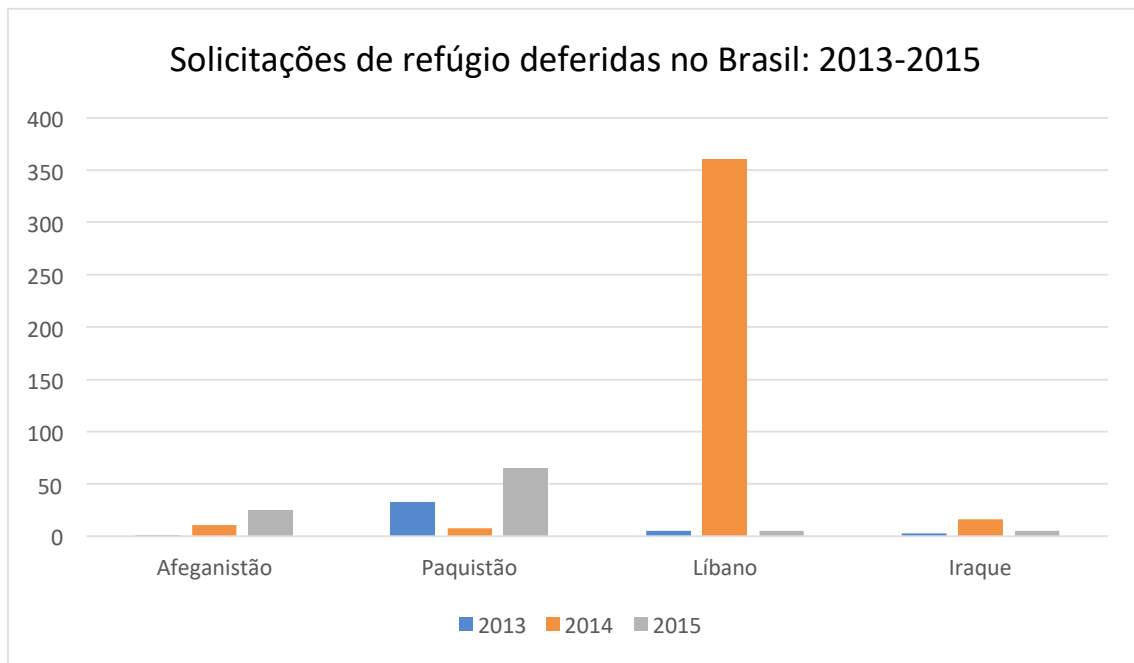
Devido a sua localização na região do Levante, acima de Israel e o sudoeste da Síria, o Líbano é um país que acabou sofrendo com os efeitos das instabilidades políticas de ambos países, somados a seus impasses políticos históricos. O Estado levantino é marcado por uma polarização geopolítica traduzida na rivalidade entre a população cristã e muçulmana sunita e uma minoria xiita representada através do Hezbollah.

Assim como o Iraque, o país se viu envolvido na Guerra Civil Síria através do apoio de da Rússia e do Irã dado ao Hezbollah, partido político e grupo militar da vertente xiita. Durante o auge da Guerra Civil Síria, as autoridades libanesas temiam o surgimento de sectarismo no país, uma vez que, apesar do seu território pequeno, o Líbano é um país profundamente diverso em termos religiosos, onde sunitas (27%), xiitas (27%), cristãos (40.5%) e drusos (5.6%) coexistem lado a lado.

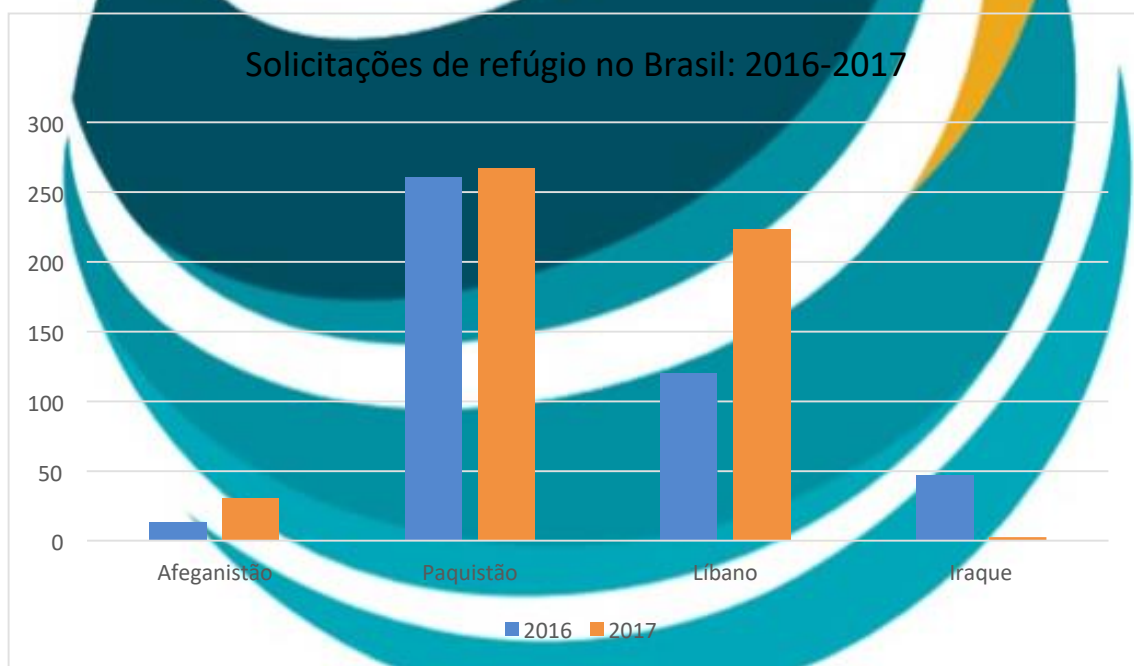
Em 2013, foram totalizadas 320 solicitações de refúgio de cidadãos libaneses. Em 2016, de 120 solicitações apenas 10 foram deferidas. 223 solicitações de refúgio de libaneses foram feitas ao Brasil em 2017, onde apenas 7 foram reconhecidas. Devido a sua população menor comparado a outros países da região e uma maior estabilidade política, o Líbano não possui uma participação expressiva no fluxo de refugiados do oriente médio em direção ao Brasil.



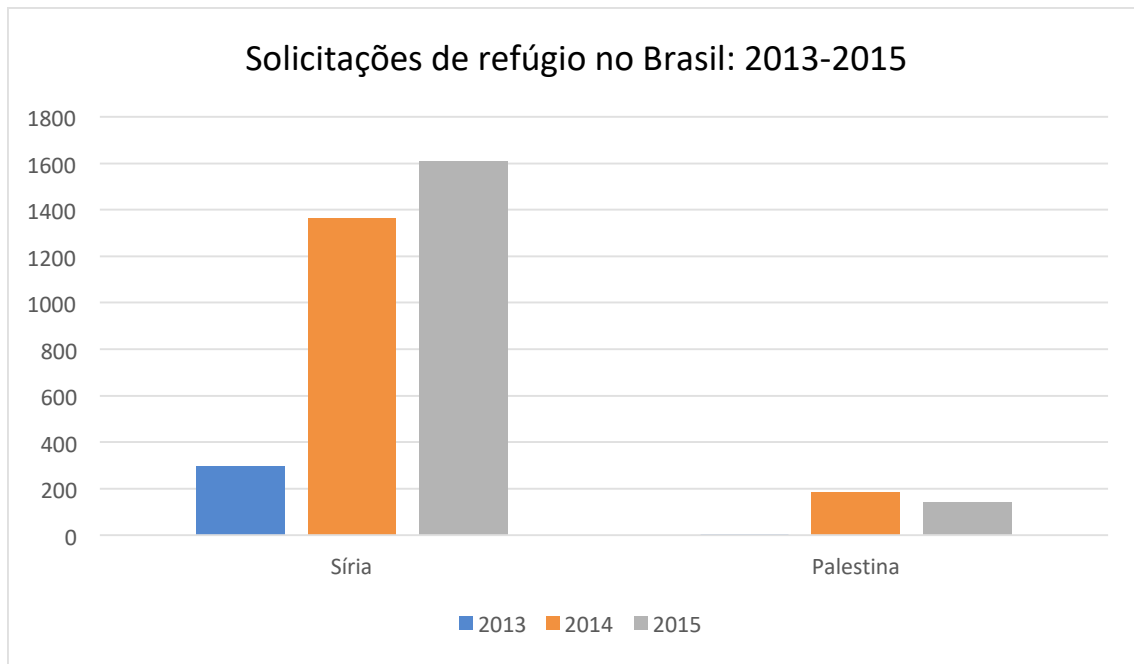
Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR

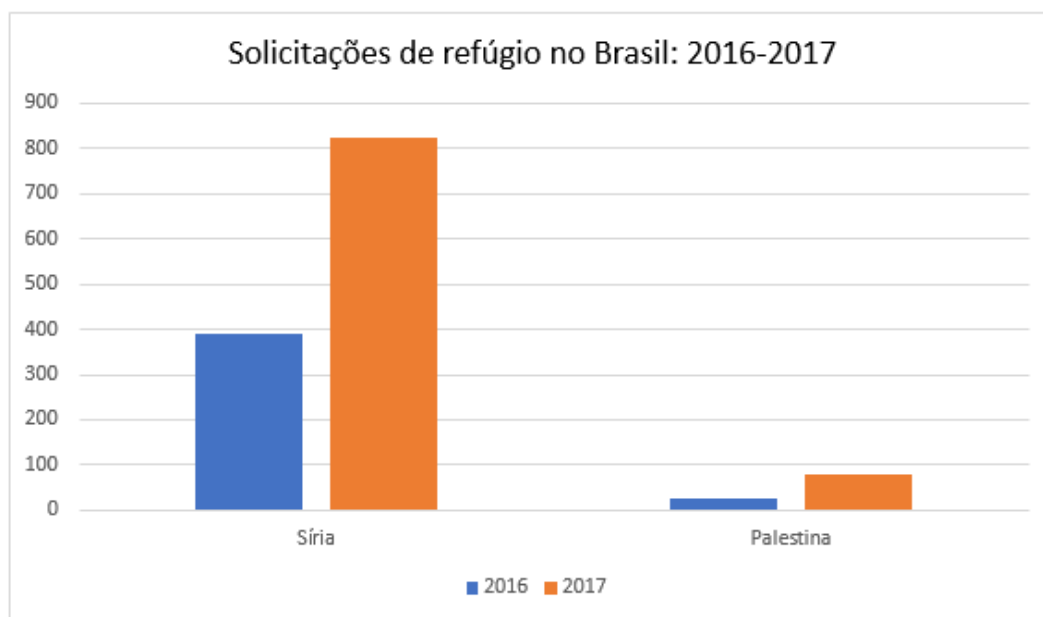


Fonte: UNHCR

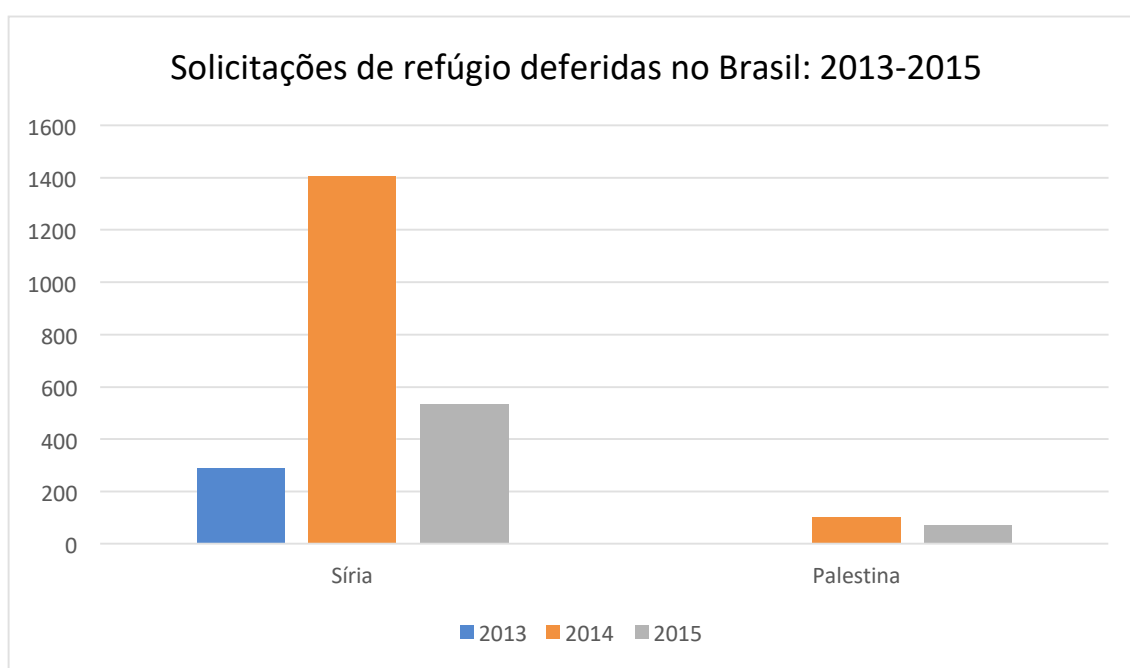


Fonte: UNHCR

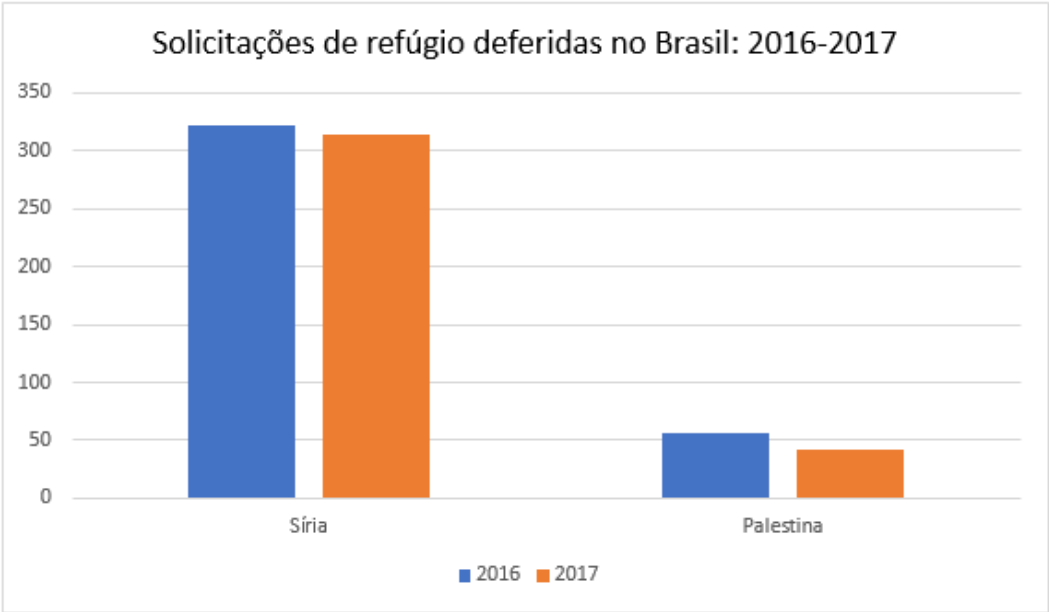




Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR

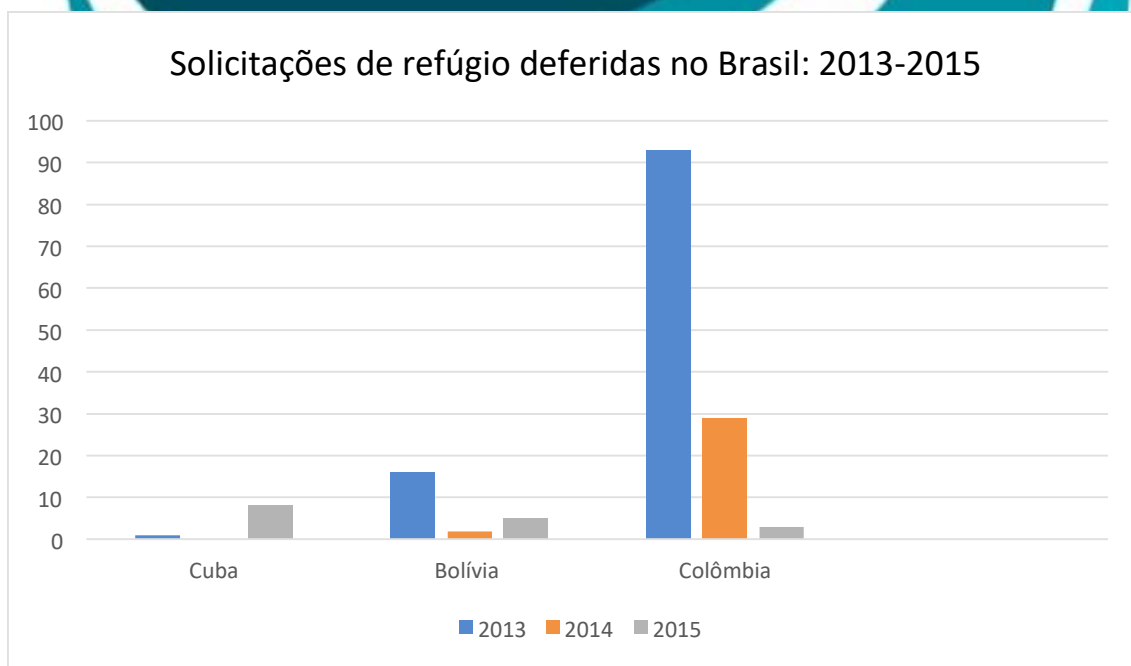


2. Américas

A região da América Latina tem no seu histórico mais recente a acolhida de muitos refugiados europeus que fugiam da Segunda Guerra Mundial, e logo depois, na década de 1970 e 1980, vários países da própria região da América Latina acabaram fomentando um grande número de pessoas em busca de refúgio devido ao crescente número de países que estavam sob o governo de regimes ditatoriais, como foi o caso de El Salvador, Nicarágua e Guatemala.

A partir da década de 1980, houve o processo de redemocratização na região e isso colaborou para que acontecesse avanço em relação ao tratamento de questões como a dos refugiados. Porém, ainda há um grande contingente de pessoas da América Latina que pedem refúgio, destacando-se colombianos cubanos e, mais recentemente, os venezuelanos, ao mesmo tempo que outros países da região recebem um número interessante de refugiados, como é o caso do México (que já havia abrigado muitos refugiados na década de 1980), Equador e Brasil.

Porém, analisando brevemente a situação de refugiados vindos de países da América latina para o Brasil no contexto atual, percebe-se que o Brasil atrai poucos refugiados, até 2015, 7.662 refugiados de 81 países pediram refúgio no Brasil. Isso corresponde a 2,1% da população refugiada da América Latina e Caribe. Porém esse número vem aumentando nos últimos anos.

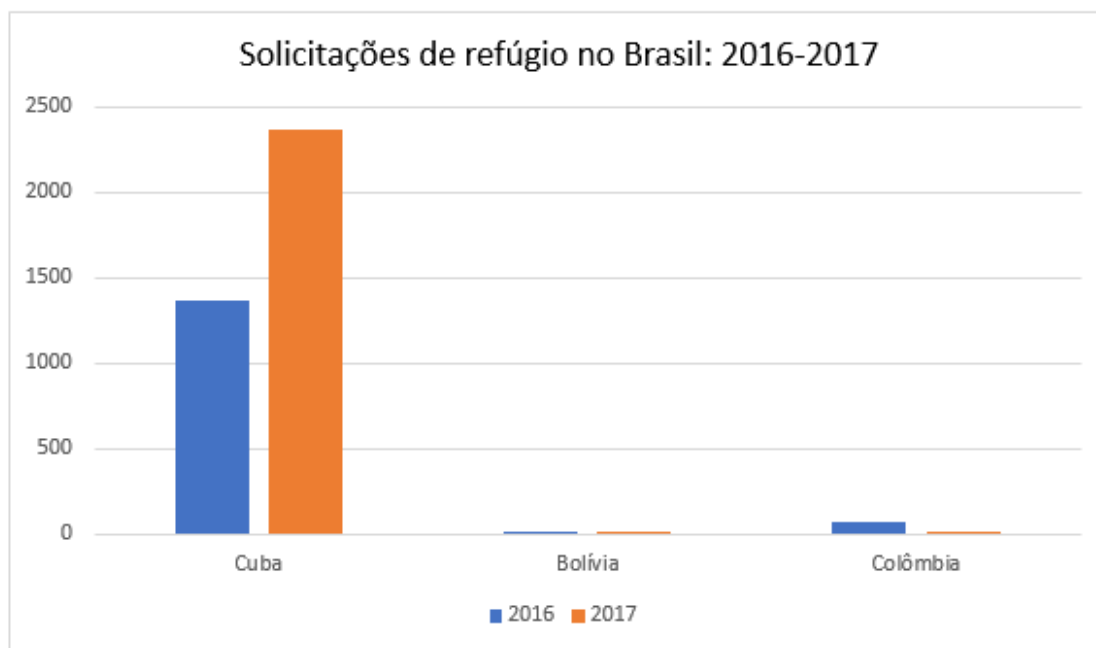


Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR





Fonte: UNHCR



Fonte: UNCHR

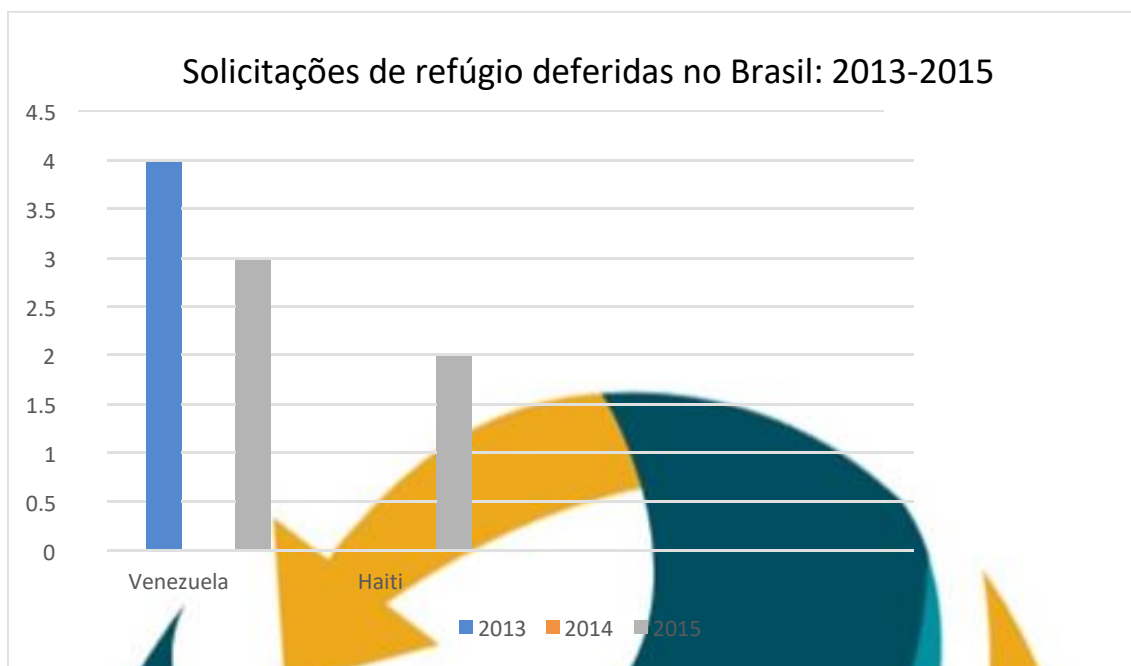
2.1 Bolívia

Em 2006 foi eleito o primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales. Com apoio do altiplano andino composto por maioria indígena, o novo presidente de ideais políticos de esquerdanacionalizou as fontes de energia do país, as reservas de gás.

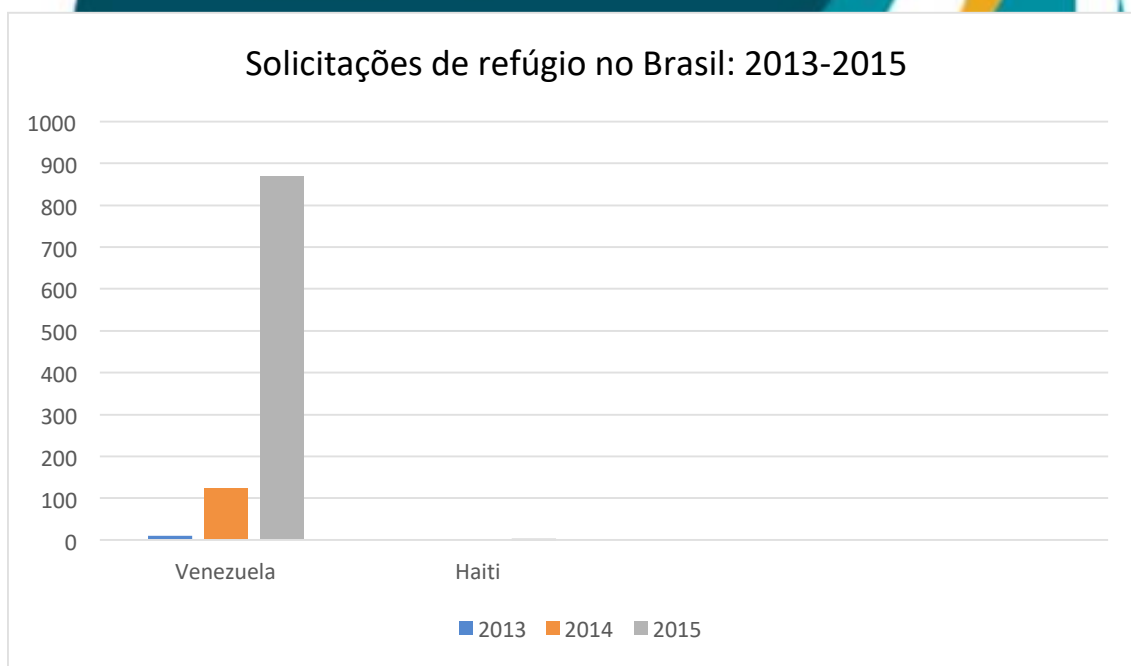
O centro econômico do país está localizado nas regiões de fronteiras com o Paraguai e o Brasil, na província de Santa Cruz. Conflitos entre o partido do governo e os grandes produtores de maioria branca criaram tensões em algumas regiões como na província de Pando (região Amazônica), logo depois do anúncio de uma reforma na constituição feita por Morales, um fiel seguidor das políticas adotadas na Venezuela pelo presidente Hugo Chaves. Uma tentativa de assassinar o presidente foi descoberta, mas uma fonte do alto escalão disse que era uma armação para incriminar os líderes da oposição da região de Santa Cruz. Mais de 120 bolivianos, com medo da insegurança na sua região, atravessaram a fronteira para o Brasil deixando a província de Pando, chegando às cidades brasileiras do norte.

Atualmente a popularidade do Presidente vem caindo, apesar do PIB continuar crescendo. Hoje estima-se que 250 mil vivam no Brasil, a grande maioria em São Paulo, sendo que pelo menos a metade deles de forma ilegal, apontam dados do Serviço Pastoral dos Migrantes, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Não possuem a condição de refugiados. São imigrantes econômicos, que fogem da situação de grave níveis de pobreza em seu país.

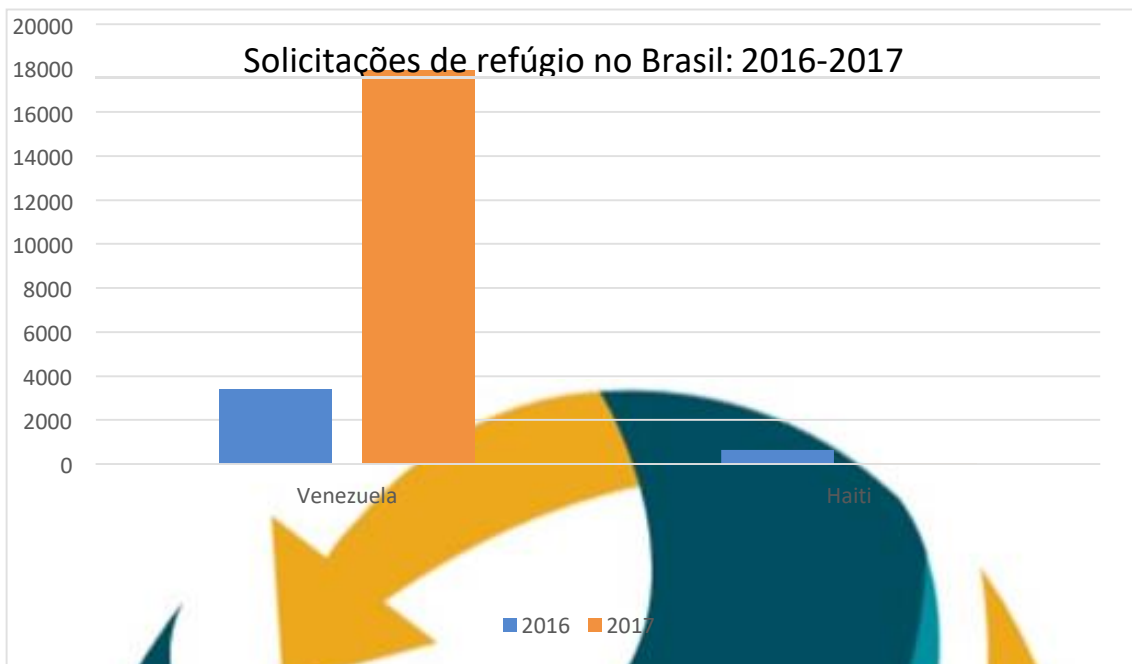
Os bolivianos têm migrado em virtude das instabilidades econômicas, laborais e sociais vividas naquele país, e são atraídos para emprego em confecções e indústrias de mão-de-obra barata no Brasil (muitas vezes sob forma de trabalho escravo e ilegal – não autorizado).



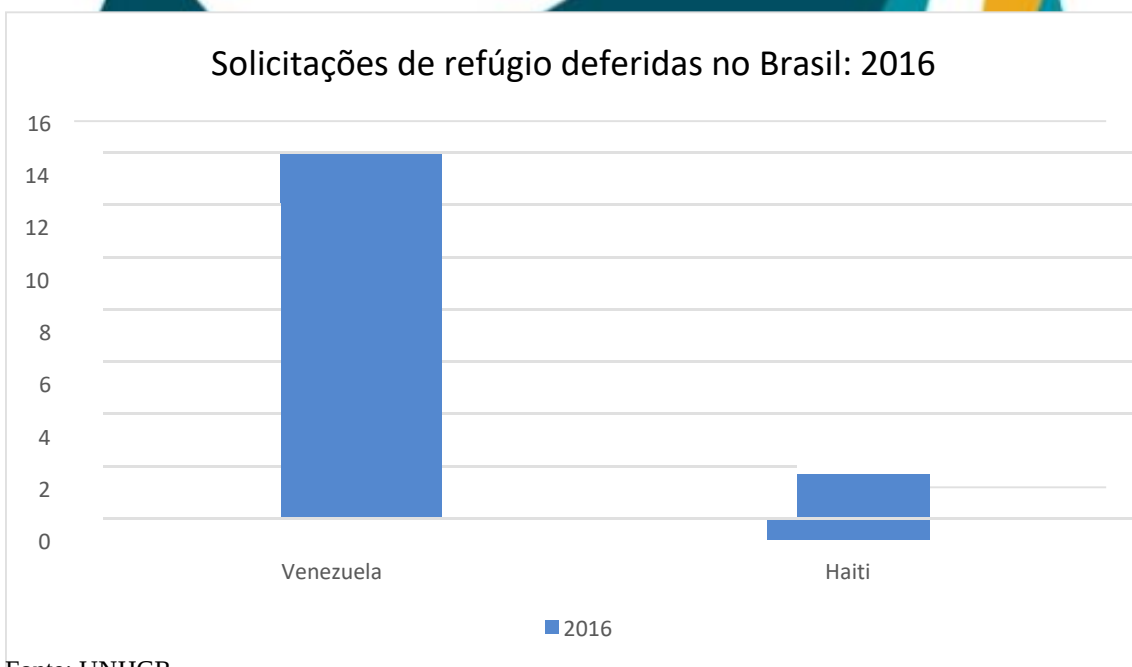
Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR



Fonte: UNCHR



Fonte: UNHCR

2.2 Venezuela

O início da crise no país se deu com a morte de Hugo Chávez e com o preço do barril do petróleo em baixa. O Estado vive uma inflação meteórica que ultrapassa 800% ao ano, e a escassez de alimentos e de produtos de necessidade básica vem assolando a população. A recessão, que aumenta desde 2013, gerou uma radicalização política por parte da oposição e do governo de Nicolas Maduro. O fato de a Venezuela focar no petróleo levou o país a ter uma economia pouco diversificada e dependente.

Os refugiados chegam pela fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima, estado de Roraima. A cidade venezuelana mais próxima, Santa Elena de Uairén, é predominantemente de terras indígenas e para garimpo.

São necessárias medidas emergenciais por parte do governo brasileiro, como o aumento das forças de segurança, como a Polícia Federal e presença de 200 homens do batalhão de fronteira do exército brasileiro e uma política de interiorização dos refugiados pelo país, com distribuição de senhas diárias para controle de entrada.

É necessário, também, fornecer documentos provisórios por ser fundamental conhecer as pessoas, obter informações sobre suas famílias e suas profissões. Isso permitirá um processo de interiorização mais organizado e bem-sucedido, pois identificará a capacidade de recolocação dessas pessoas onde possa haver uma melhor integração.

Todos pedem refúgio, mas há uma distinção segundo lei n.9.474. A nova Lei de Migração, Lei nº 13.445, foi sancionada em maio de 2017 e entrou em vigor em novembro do mesmo ano. A Lei garante ao migrante, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Também, institui o visto temporário para acolhida humanitária, a ser concedido ao apátrida ou ao nacional de país que, entre outras possibilidades, se encontre em situação de grave e generalizada violação de direitos humanos – situação que possibilita o reconhecimento da condição de refugiado, segundo a Lei nº 9.474, art. 1º, III.

Alguns dos problemas são relacionados à infraestrutura e o fato de os empregos serem disputados geram instabilidades na região. Grandes fluxos, como de 800 pessoas por dia

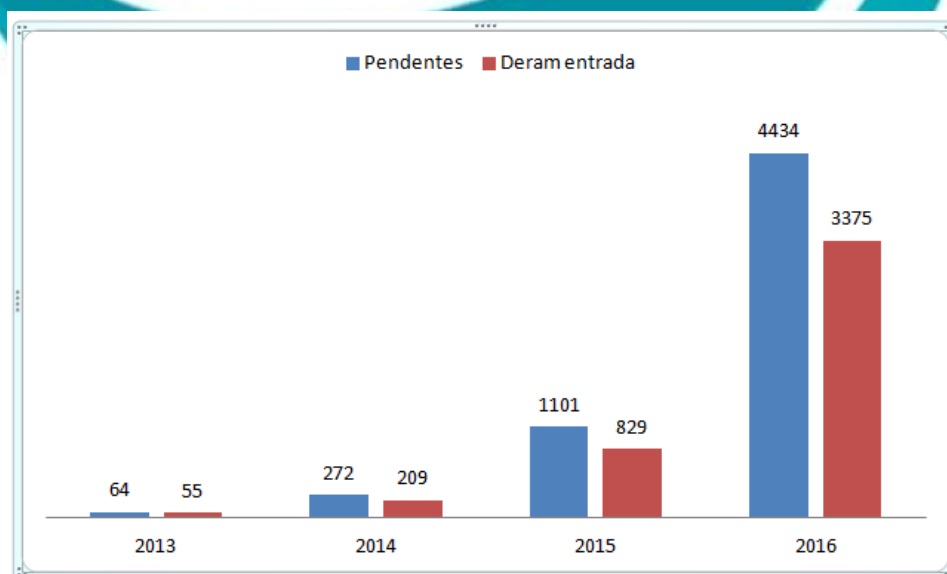
(segundo o Correio Brasiliense) podem ser entendidos ao olhar para crises como a que aconteceu em Pacaraima, onde 1200 venezuelanos foram expulsos pelos moradores locais.

De acordo com a Polícia Federal, desde o início de 2015 até junho deste ano, 56.740 venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil. Dados mais atualizados estimam que 130.000 venezuelanos chegaram ao Brasil, mas mais de 60% já deixou nosso país (fonte Polícia Federal, via Agência Brasil). Segundo a última estimativa da Prefeitura de Boa Vista, 25.000 venezuelanos estão atualmente instalados na cidade, o que equivale a 7,5% de sua população total, de mais de 300.000 habitantes.

Em torno de 1000 venezuelanos foram interiorizados, mas estima-se que milhares saíram de Roraima por conta própria. Já havia um trânsito para compras, procura por médicos, e por serviços. Não se encontrou números referentes às crianças venezuelanas matriculadas em escolas brasileiras (AG Agência Estado). A fronteira fica 14 horas fechada e é reaberta por decisão judicial.

Vem-se notando intensivo aumento na solicitação de refúgio por cidadãos venezuelanos no Brasil: apenas em 2016, 3.375 venezuelanos solicitaram refúgio, o que representou cerca de 33% das solicitações registradas no país naquele ano, segundo o Itamaraty.

Pedidos de refúgio venezuelanos:



Em 2016 a Venezuela foi o país de origem do maior número de pedidos de refúgio: 3375 pedidos (33%), seguido de Cuba, 1370 pedidos. Como o fluxo é misto esse país tem um baixo deferimento, apenas 14 em 2016, número igual ao de pedidos concedidos da Colômbia, que tem baixo índice de reunião familiar.

Dados gerais de todos países: 8.522 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade; 713 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento; 317 por via de Reunião Familiar (Extensão dos efeitos da condição de Refugiado).

Nem reunião familiar nem pedidos de reassentamento são comuns por enquanto entre os venezuelanos. E o maior pedido de reassentamento vem dos colombianos. Houve um aumento de 307% de solicitações de refúgio de venezuelanos em 2016 em comparação com 2015. Apesar de que em números gerais houve uma queda de pedidos em relação a outros países.

2.3 Haiti

Houve um terremoto no Haiti em 2010 que afetou diretamente quase um terço da população local. A organização humanitária Cruz Vermelha estimou em 3 milhões o número de pessoas afetadas pelo desastre, dentre as quais 316 mil morreram, segundo estimativa revisada em 2011. O Haiti é um dos países mais pobres do planeta, com baixo índice de desenvolvimento humano, o que faz com que sua resiliência em relação à gravidade desse abalo sísmico seja muito baixa.

Diante das restrições impostas ao país para sua plena recuperação, o volume de haitianos que deixaram o país em busca de melhores condições de vida aumentou consideravelmente. A proporção de haitianos morando fora do seu país de origem em 2010 era de 9,9% em relação ao total de haitianos (incluindo os que moram no Haiti) e teria passado a 10,1% em 2015, o que equivale a um aumento de 103.215 haitianos morando fora do Haiti.

A partir de 2010 o Brasil foi um dos principais destinos dos haitianos. Segundo dados do ACNUR (2015), vê-se que o número de haitianos que entraram no país sob condição de refúgio ou similar saiu de 7 em 2009 para 595 em 2010, chegando, em 2014, a 29.241.

No entanto, esse número é, provavelmente, menor do que o conjunto de todos os

haitianos que, de fato, passaram a ter o Brasil como residência.

Ao analisar apenas o mercado formal de trabalho, o número de registros de haitianos com carteira assinada chegou a 30.484 em 2014, dos quais 29.799 com ano de chegada a partir de 2010. Se levar em conta a quantidade de haitianos que estão informais, ou que buscaram empreender num negócio próprio ou estão sem documentados, o número é provavelmente muito maior do que os dados mostram. Segundo o Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal (OBMIGRA, 2016), 72.406 haitianos entraram pelas fronteiras brasileiras entre 2010 e 2015, enquanto que 12.656 saíram no mesmo período, que resultou num saldo de 59.750.

A distribuição dos haitianos no território brasileiro não se dá de maneira uniforme, a maioria dos haitianos no Brasil se encontra na região Sul, que é, curiosamente, a região brasileira mais distante do Haiti. Observando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2014 por ano de chegada do imigrante, percebe-se que 59,2% dos haitianos no mercado formal de trabalho se encontravam na região Sul (Santa Catarina se apresentando como principal destino), seguida pela região Sudeste, com 28,2%, devido, sobretudo, à concentração na região metropolitana de São Paulo. A soma das demais regiões contém 12,6% dessa população, com destaque para a região Nordeste, residência de apenas 0,3% dos haitianos com carteira assinada.

O governo brasileiro decidiu também atribuir a haitianos e apátridas residentes no Haiti tratamento prioritário para fins humanitários. Nesse sentido, foi publicada a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, que “dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas” que residam naquele país, que será emitido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e permite a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, porém que pode ser transformada em residência por prazo indeterminado ao final de tal período.

2.4 Cuba

Cubanos são uma das nacionalidades que mais pedem refúgio ao Brasil – foram 2.373 em 2017. Comparando os dados de 2017 com 2015, o número de cubanos que pediu ao CONARE o reconhecimento do status de refugiado aumentou 352%. O fluxo de cubanos para o Brasil começou a aumentar em 2015. Antes, de 40 a 145 cubanos batiam na porta do conselho por ano. O aumento é causado pelas dificuldades econômicas enfrentadas na ilha, apesar de que

dificuldades econômicas não se enquadram no perfil de refúgio. Em relação a Cuba, houve algumas ondas de migração que foram caracterizadas por diferentes composições sociais, as ondas de imigrações cubanas não são recentes e tiveram influência da Revolução Cubana.

Depois da independência, a ilha foi governada por vários presidentes envolvidos em corrupção e, com poucas exceções, tais governos foram prejudiciais para o país. Com isso, aos poucos, começou a crescer em sua população o desejo por mudança. O golpe de estado por Fulgêncio Batista, em 1933, fez esse sentimento crescer ainda mais com o Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro. Em seus primeiros anos no poder, Fidel Castro instituiu políticas que foram boas para o país: aboliu a discriminação racial e instaurou grandes propriedades rurais.

Hoje, as taxas de alfabetização de Cuba são uma das melhores do mundo e o serviço de saúde é universal e de qualidade, porém os salários dos profissionais são baixos. O desemprego também é baixo, mas os produtos essenciais para viver são escassos, como papel higiênico e produtos de higiene, que são racionados.

Há mais de cinquenta anos, o país é governado pelo Partido Comunista, onde só esse partido pode existir. E há uma caderneta que dá a população acesso a itens básicos, como pão, leite, ovos e até cigarro, para racionalização de tais produtos, porém essa política ainda gera polêmica porque se gasta muito com tal programa e ele continua insuficiente. Muitos cubanos, que foram afetados diretamente pelo novo modelo governamental, deixaram o país. A situação de racionalização, salários insuficientes e corrupção ainda assolam o país e faz com que os cubanos queiram buscar melhores condições de vida fora de Cuba.

2.5 Colômbia

Durante 53 anos, conflitos levaram a Colômbia a uma guerra civil, que veio acompanhada de violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Se davam entre os guerrilheiros das FARC, os paramilitares e o Exército colombiano. Todos os atores do conflito (guerrilhas, grupos paramilitares e forças armadas) cometeram massacres, assassinatos e sequestros.

A partir desse conflito houve o deslocamento forçado interno e a migração internacional em busca de refúgio. Ambos implicaram na desterritorialização e numa cadeia de eventos como desemprego, falta de moradia, problemas de alimentação e de saúde, e estigmatização. Em junho de 2017, depois de já assinado um tratado de cessar-fogo em 2016, as FARC anunciaram o fim da luta armada e entregaram suas armas de fogo para a Organização das Nações Unidas

(ONU).

Em 2004, cerca de 75 colombianos que se encontravam no Equador e na Costa Rica, foram reassentados no Brasil e foram instalados nas cidades de Rio Grande, São Paulo e Porto Alegre. Nesse período o ACNUR fez um projeto que liberava microcrédito para os refugiados no Brasil que queriam montar seu próprio negócio, e tal projeto também dava prioridade para mulheres em situação de risco, como as que sofreram algum tipo de violência no país de origem ou no de acolhimento e as que se encontravam sozinhas cuidando de um filho. Abaixo, estão os números referentes aos refugiados **reconhecidos**, os que residem no Brasil atualmente, e os reassentados.

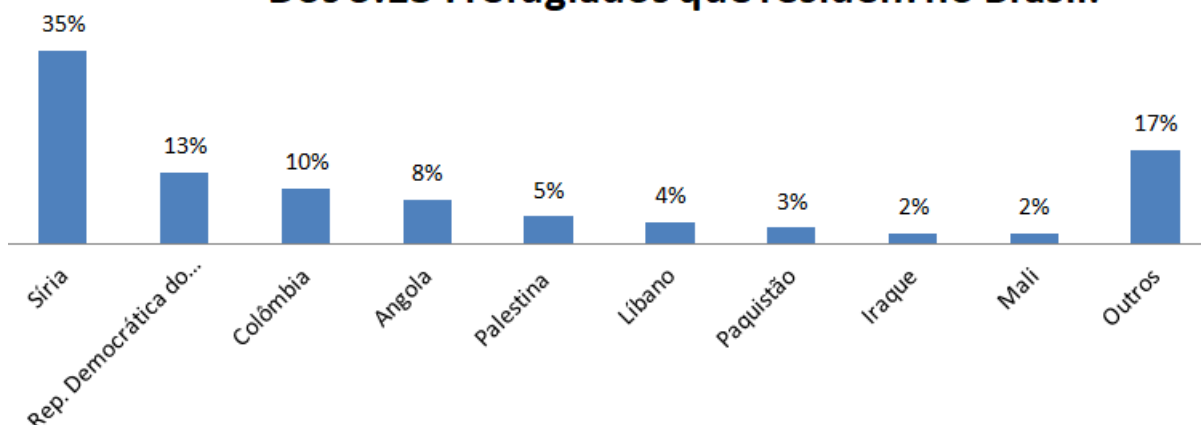
Os 10.145 refugiados **reconhecidos** no Brasil, por nacionalidade, de 2007 a 2017:

Nacionalidade	Porcentagem dos refugiados reconhecidos de 2007 a 2017	Número
Síria	39%	2771
República Democrática do Congo	13%	953
Colômbia	4%	316
Palestina	4%	295
Paquistão	3%	250
Mali	2%	125
Iraque	1%	95
Angola	1%	75
Guiné	1%	73
Afganistão	1%	64
Camarões	1%	49
Outros	30%	2125

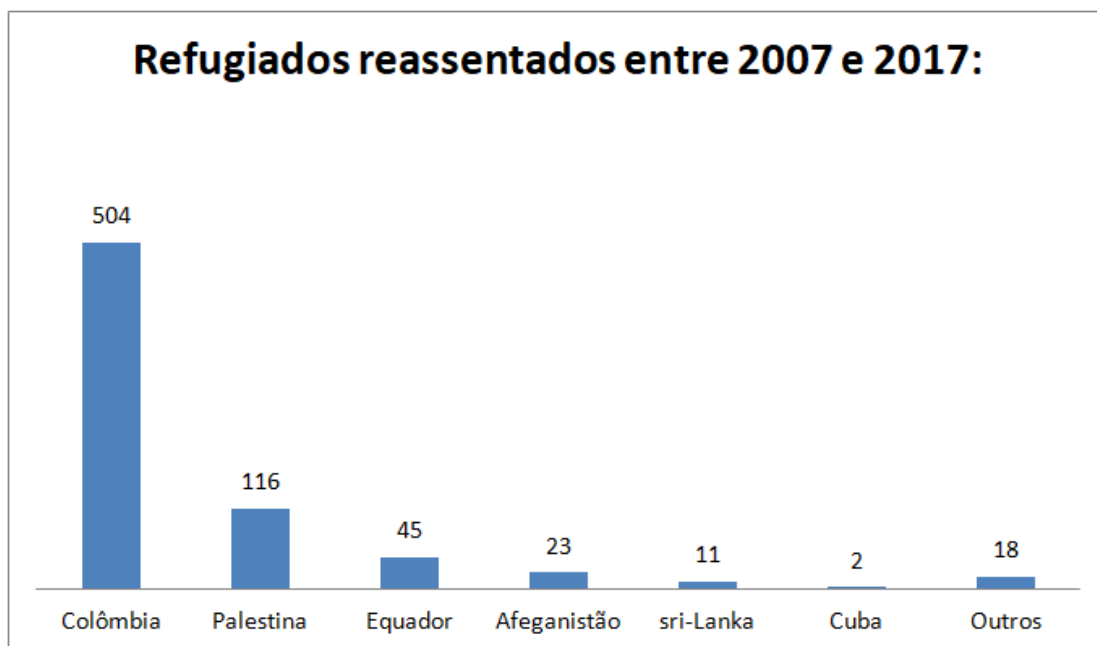
Fonte: UNHCR

Das 10.145 pessoas que conseguiram o *status* de refugiado:

Dos 5.134 refugiados que residem no Brasil:



Fonte: ACNUR



(Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados)

Em 2017, os venezuelanos representaram mais da metade dos pedidos, foram 17.865 solicitações. Depois vêm os cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos (2.036). Até 2016 no Brasil, apenas dois haitianos foram reconhecidos como refugiados: um em 2008 e outro em 2016, levando-se em conta que recebem visto humanitário por período determinado, porém passível de permanência permanente. E até 2016 apenas dezoito nacionais da Venezuela foram reconhecidos como refugiados no Brasil: quatro em 2015 e catorze em 2016.

Pode-se perceber que há muitos pedidos de refúgio advindo da região das Américas, porém o Brasil reconhece poucos como passível de se eleger ao status de refugiado, já que para ser visto como tal deve ser levada em consideração a Lei do Refúgio, que diz que nas motivações deve constar “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, ou ter sofrido “grave e generalizada violação de direitos humanos”.

O caso da Marcha dos desesperados

O continente americano foi sempre uma terra para imigrantes. Europeus, judeus, árabes, turcos, sírios e vários outros povos migraram para a América fugindo de conflitos, guerras ou para uma vida economicamente mais favorecida. Desde questões intelectuais até de trabalho, fizeram da América a terra das oportunidades. Até os dias de hoje, os EUA como potência

mundial, atrai pessoas de todas as áreas do planeta. Mas o grande problema foi o acentuado contraste da região com uma elite conservadora e escravista que criou noções de desigualdade sobre o trabalho. O trabalho é o grande responsável pelo processo migratório e colonizador da América. Desde os descobrimentos com os portugueses e espanhóis, depois com países europeus e asiáticos.

Hoje existem gerações de latino americanos que querem deixar o continente em direção à Europa ou ingressar nos EUA. A herança migratória e de grupos tão diversos não criou uma identidade única no continente, muito menos uma igualdade social na qual o público tenha a mesma importância do privado. Mesmo assim, quando existem guerras, como no oriente médio, o número de casos de pedidos de refúgio ou a imigração ilegal aumentam.

Recentemente, um fenômeno aconteceu de maneira organizada por movimentos sociais, entidades religiosas e os próprios participantes. Uma marcha foi idealizada para chamar a atenção do mundo para a situação crítica em que se encontra boa parte da população de países pequenos da América central como Honduras, El Salvador e Guatemala. Estes países têm economias frágeis, dependem muito do dinheiro enviado por imigrantes residentes em países ricos. Além disso, o tráfico de drogas impôs uma realidade violenta para as pessoas (as pandilhas).

Daí, decidiu-se ir numa marcha pelas estradas até a fronteira do México com a Guatemala e depois seguir até Tijuana na fronteira com os Estados Unidos. São 4.215km. Eles fogem da falta de trabalho e do estado de violência que seus países vivem gerada pela dependência econômica, tráfico de drogas, altos índices de corrupção e baixa escolaridade.

A ideia da marcha, além de chamar a atenção da mídia, seriam economizados milhares de dólares, pois não se pagariam aos traficantes de pessoas para atravessarem ilegalmente a fronteira. Assim ganha a ideia da tentativa legal de obtenção de refúgio por causas humanitárias. A marcha iniciou em outubro de 2018 em São Pedro Sula (Honduras) e vai atravessar todo o México até a fronteira na cidade de Tijuana ou Tulum.

"Bartolo Fuentes, uno de los organizadores de la marcha, dijo en una entrevista telefónica que no se le está ofreciendo o asegurando nada a las personas, básicamente se adhieren por su pobreza y la violencia de que son víctimas. Fuentes, un exdiputado del izquierdista Partido Libertad y Refundación (Libre), dijo que a lo largo del camino se han incorporado otras personas y estimó que el grupo alcanzaría unas 1.800 o 1.900." (fonte INFOBAE, Argentina).

Bartolo Fuentes já foi preso e deportado por autoridades guatemaltecas, devido à pressão do governo dos EUA. Donald Trump ameaçou retirar toda a ajuda estadunidense a esses países se as autoridades desses Estados não tomarem medidas que reprimam a marcha.

O presidente Trump está sendo pressionado pelo partido democrata (oposição ao seu governo) para facilitar a entrada dos migrantes, principalmente depois que ele ameaçou fechar a fronteira com as tropas do exército e publicou no seu *twitter* que a caravana vinha repleta de bandidos pertencentes a organizações criminosas.

"Muitas mais tropas estão a caminho. Nós NÃO deixaremos essas caravanas entrar, que também estão formadas por bandidos muito maus e membros de organizações criminosas, nos EUA. A nossa fronteira é sagrada, e vocês devem entrar legalmente. DEEM MEIA-VOLTA!" (Donald Trump)

O México, num acordo com os EUA, está oferecendo refúgio aos que tenham documentação e queiram ficar no país, mas o objetivo da maioria é chegar aos Estados Unidos. Foi feito um pedido ao Alto Comissariado da ONU para refugiados (ACNUR) para que eles disponibilizassem 150 ônibus que partiriam da Cidade do México até Tijuana levando os migrantes. Mas isso não foi atendido até o momento. Então atualmente a caravana segue dividida, pois alguns voltaram para a estrada em direção a fronteira e outros seguem esperando alguma ajuda da ONU na Cidade do México. Uma entidade privada que ainda não se sabe o nome, está negociando 70 ônibus para levar mulheres, idosos e crianças até seu destino. A prefeitura da Cidade do México liberou o acesso ao metrô e montou centros de acolhimentos para alimentar os migrantes.

Outro debate importante que foi traçado seria qual caminho que os migrantes deveriam seguir, pois o caminho até a fronteira norte, de 3.200 km é onde há um deserto, considerado uma armadilha fatal, com montanhas impossíveis de atravessar. A rota mais curta, de 1.000 km, é para Tamaulipas, na costa do Golfo de México, mas é a mais perigosa pela presença de cartéis de drogas. Em 2010, foi assassinado ali um grupo de 72 migrantes.

3. África

O continente africano é um berço de diversidade cultural marcado por beleza exuberante e recursos naturais. Entretanto, a região também se caracteriza por um passado repleto de sucessivos processos de colonização, cujo fim ocasionou uma onda de instabilidade política, guerras civis, conflitos armados e genocídio, além de desastres naturais, como a desertificação e poluição. Desta maneira, milhares de indivíduos vêm buscando refúgio em vários países ao longo dos anos, juntamente a um número ainda mais considerável de deslocados internos. Em 2013, 3.337.618 refugiados no mundo tinham origem africana. Em 2014, esse número aumentou para 4.126.779. No final de 2016, 5.135.100 nacionais de países africanos encontravam-se na condição de refugiados no mundo.

O contingente de pessoas que solicitam refúgio no Brasil, todavia, não é tão expressivo em relação à média global, tendência que se observa também na América Latina e Caribe. Até o fim de 2017, o Conare reconheceu 10.145 refugiados. A partir dos anos 2010, os países africanos com maior fluxo de refugiados para o Brasil são Angola, Senegal, Nigéria, República Democrática do Congo, Guiné Bissau, Guiné, Camarões, Mali, Egito e Gana. Em linhas gerais, a maioria das pessoas que buscam refúgio no Brasil é composta pelo sexo masculino, de *status* civil solteiro, com idade majoritária compreendida entre 18 e 59 anos. A população feminina corresponde a uma parcela menor da cifra. Os países africanos cujos fluxos de refugiados para o Brasil são historicamente maiores são Angola e República Democrática do Congo. Antes da aprovação da lei nº 9.471/1997, que corresponde ao antigo Estatuto do Refugiado e, também, originou o Conare, já se tinha o registro de 1.191 angolanos no Brasil, cujo fluxo migratório teve início na década de 1990.

Até 2015, sem contar com os nacionais da República Democrática do Congo, a porcentagem de refugiados de origem africana no Brasil era de 15,8%. A maioria deles busca refúgio nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do país, de modo que as regiões Norte e Nordeste são as que menos recebem solicitantes de refúgio de indivíduos provenientes da África.

3.1 Angola

A República da Angola é um dos países africanos com um maior fluxo de refugiados para o Brasil. O movimento migratório tem raízes na década de 1990, devido ao fim da Guerra Civil Angolana, que se iniciou a partir da Guerra da Independência de Portugal, estendida de

1961 até 1975. O período foi marcado por uma série de violações aos Direitos Humanos, o conflito teve fim extremamente violento, e pode ser enquadrado como uma das maiores crises humanitárias da história recente.

As disputas entre os grupos Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional de Independência de Angola (UNITA), bem como os conflitos na região de Cabinda, rica em petróleo e minérios, ocasionaram a morte de 500 mil angolanos, bem como o deslocamento interno de 4 milhões de indivíduos, e a fuga de 600 mil nacionais em busca de refúgio. O país é marcado pela desigualdade econômica e concentração de renda, além de ser considerado pela ONU como sendo um dos países menos desenvolvidos do mundo, de modo que 70% de sua população vive com menos de 2 dólares americanos por dia.

O fluxo maior de angolanos para o Brasil se deu entre a década de 1990 e 2002. A partir de 2012, a ACNUR passou a não mais encarar os angolanos como refugiados, devido ao fim dos conflitos políticos internos, porém, ainda hoje no Brasil os refugiados angolanos são aceitos por declararem receio fundado de perseguição e/ou receio de perseguições anteriores. Em 2013, 10.297 angolanos buscaram refúgio no mundo, e o Conare deferiu 17 solicitações de refúgio em favor de angolanos. Em 2014, o fluxo de refugiados angolanos no mundo sofreu uma leve queda. Em 2016, 1.353 solicitações de asilo de angolanos foram recebidas pelo Brasil, o que correspondia a 7% do total. No ano seguinte, esse número saltou para 2.360.

3.2 República Democrática do Congo

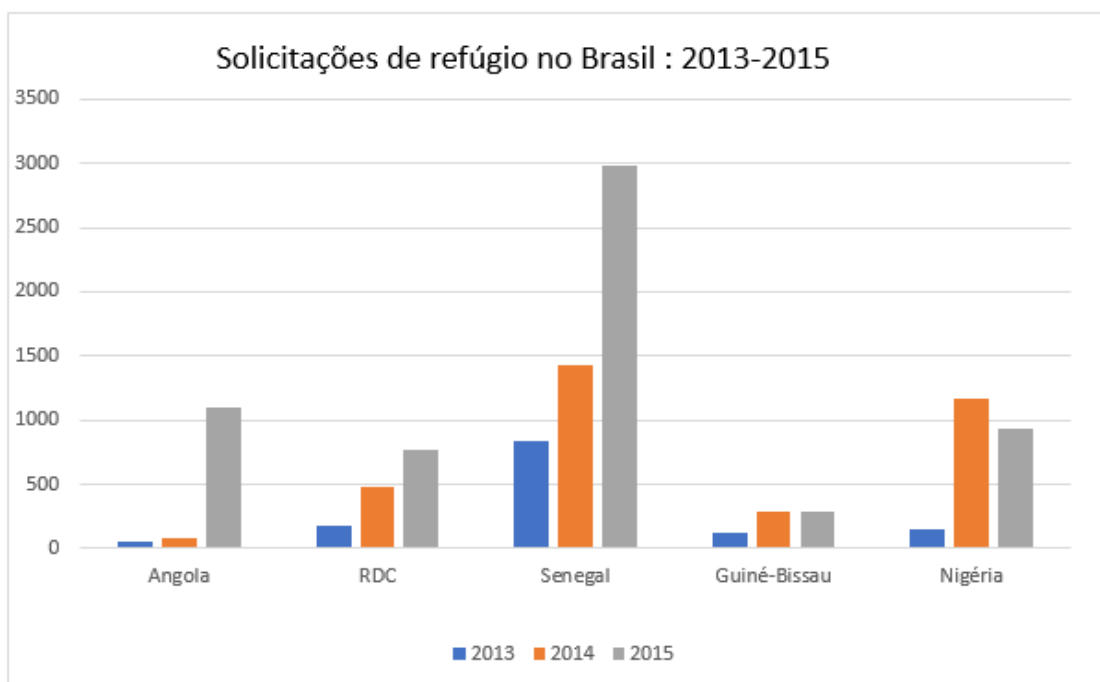
O país é considerado como um dos mais pobres do mundo, e sua independência da Bélgica no ano de 1960 trouxe uma série de instabilidades políticas. Nos anos 1970, passou a se chamar Zaire sob a ditadura de Mobutu, caracterizada por altos índices de corrupção. A partir da década de 1990, com os conflitos em Ruanda, muitos refugiados buscaram asilo no território, o que fragilizou ainda mais o cenário político local. O país encontra-se há mais de 20 anos em guerra civil, que é considerada pela ONU como a maior e mais sangrenta guerra desde a II Guerra Mundial. Além disso, doenças como sarampo, malária, cólera e desnutrição ameaçam a vida dos congoleses, que migram em busca de refúgio para várias regiões do mundo. Estupros em massa, chacinas e milícias armadas marcam o país, e motivam, também, a fuga de seus nacionais.

A guerra civil tornou necessária a atuação do Tribunal Penal Internacional na República Democrática do Congo a partir de 2004. Thomas *Lubanga Dyilo* foi julgado e considerado culpado por crimes de guerra relacionados ao recrutamento de crianças menores de 15 anos

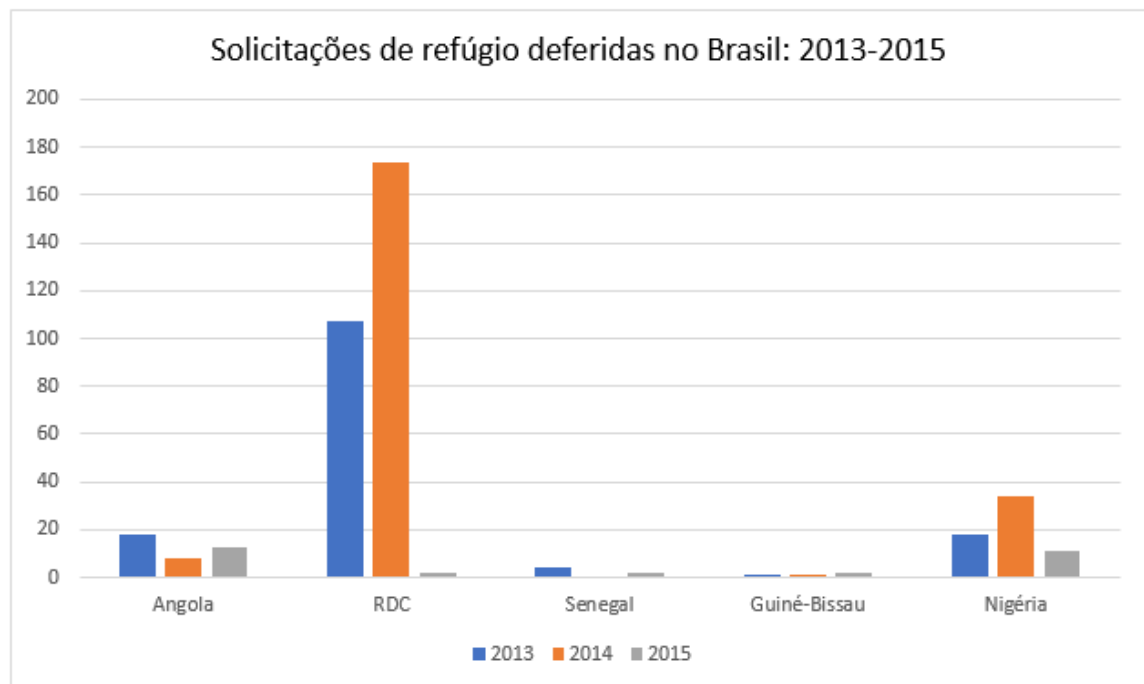
para atuação na Força Patriótica para a Libertação do Congo (FPLC).

Germain Katanga, conhecido como “Simba”, que liderava a Força de Resistência Patriótica em Ituri (FRPI), também foi julgado e condenado pelo Tribunal pelos crimes de escravidão sexual, recrutamento de crianças para agir nas atividades guerrilheiras, estupro, dentre outros.

Entre 2007 e 2017, existiam 953 refugiados congoleses reconhecidos pelo Conare no Brasil. No ano de 2013, 499.541 congoleses deixaram seu país de origem em busca de refúgio no mundo. Em 2014, o contingente saltou para 516.770. Em 2015, 107 solicitações de refúgio de congoleses no Brasil foram deferidas. Em 2016, 364 solicitações de refúgio de congoleses foram recebidas, das quais 106 foram deferidas, número que correspondeu a 18% do total daquele ano, e os nacionais da República Democrática do Congo corresponderam a 4% das solicitações de asilo em trâmite no Brasil. 85% é a taxa de elegibilidade para a solicitação de refúgio de congoleses no Brasil.

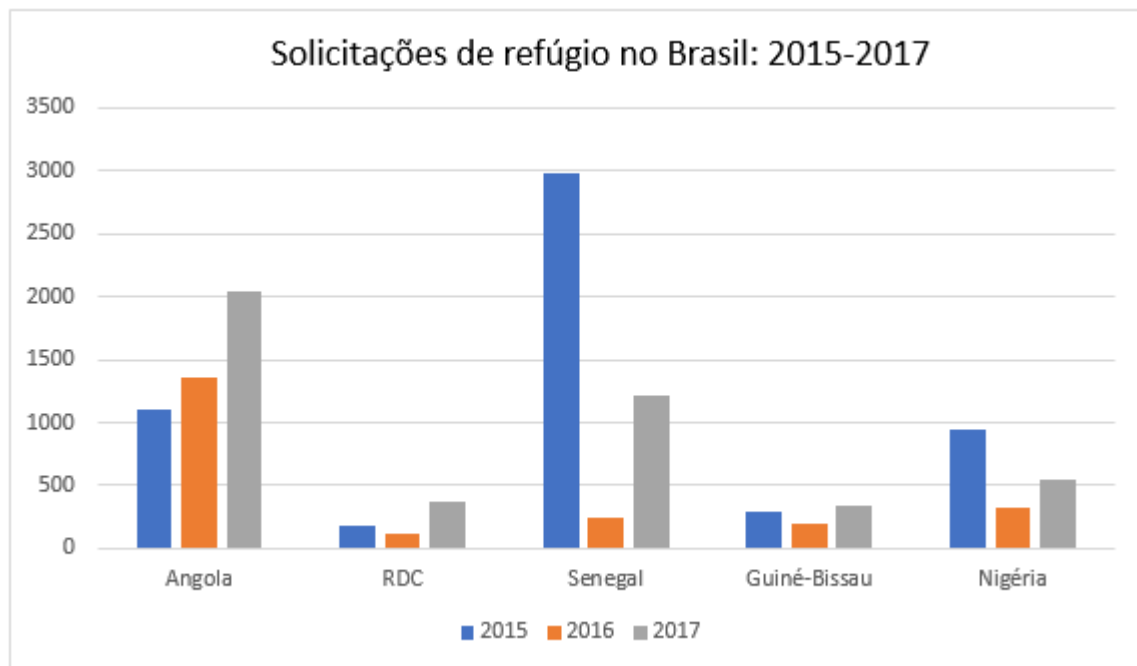


Fonte: UNHCR

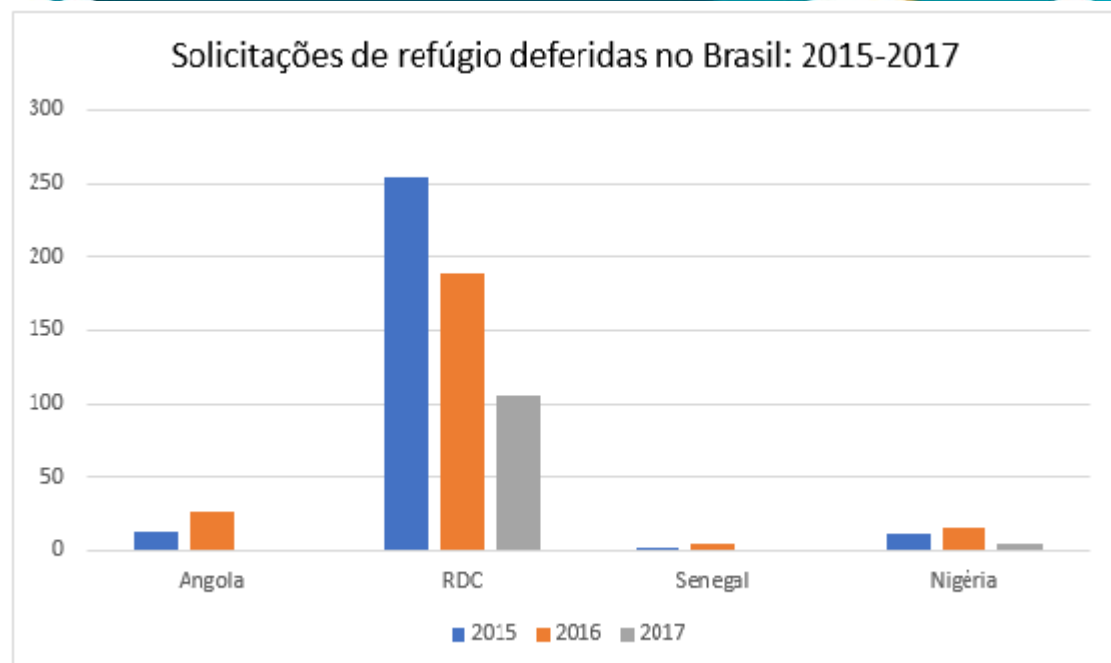


Fonte: UNHCR





Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR

3.3 Senegal

A República do Senegal foi colonizada pela França e teve sua independência proclamada em 1960, após ruptura com o antigo Sudão Francês (território que corresponde ao atual Mali). Seu primeiro presidente foi Léopold Sédar Senghor, intelectual prestigiado internacionalmente que permaneceu no poder por cerca de 20 anos. O sucessor foi Abdou Diouf, antigo primeiro-ministro que aboliu o cargo no país e posteriormente foi eleito presidente por meio de eleições cujos resultados foram questionados.

A partir da década de 1980, conflitos de cunho separatista foram iniciados na região da Casamance, liderados pelo Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), o que ocasionou desestabilização política. No início dos anos 2000, um acordo de cessar-fogo com o grupo foi firmado, mas as lutas armadas continuam, e observa-se um cenário de bombardeios e violência, o que ocasiona a fuga de centenas de senegaleses em busca de refúgio todos os anos.

No ano de 2013, 218 solicitações de refúgio advindas de nacionais do país foram indeferidas no Brasil. Em 2015, o Conare registrou 1.430 solicitações de refúgio de senegaleses. Em 2017, esse número chegou a 1.221 pedidos, que somados ao contingente de anos anteriores, correspondem a 13% das solicitações de refúgio em trâmite no Brasil.

3.4 Nigéria

A República Federal da Nigéria foi colônia britânica até 1960, quando a independência finalmente se concretizou. No entanto, 7 anos mais tarde uma sangrenta guerra civil se instaurou e se estendeu até 1970. A partir de então, constata-se a alternância entre ditaduras e governos democráticos. Apenas em 2011 ocorreram as primeiras eleições consideradas, de fato, livres e justas. O país conta com a terceira maior população de jovens do mundo, de modo que 90 milhões de seus nacionais têm menos que 18 anos.

Os habitantes da parte sul do território são cristãos, ao passo que os do norte são muçulmanos. A Nigéria possui IDH de 0,532, considerado baixo, é parte da OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) e exporta um quinto do petróleo importado pelos EUA. Além disso, a região é conhecida pela presença de uma articulada rede de crime organizado, que se destaca no tráfico de drogas para a Ásia. A política local é marcada por etnocentrismo, perseguição religiosa e corrupção, de modo que os políticos têm ligação com o crime organizado, e se tem poucos registros a respeito da questão dos Direitos Humanos no país. Funcionários do governo cometem abusos em relação à população, como execuções extrajudiciais, prostituição e trabalhos forçados, tráfico humano, estupros e

torturas. A lei islâmica da Sharia prevalece em 12 estados nigerianos.

Além disso, movimentos separatistas marcam a região, como o MASSOB, o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger, e o Congresso Popular Ooudua, que promovem guerra civil e desestabilizam o país, pondo em risco a vida da população, que foge em busca de refúgio. A Nigéria possui o maior nível de deflorestação do mundo, e vivencia problemas ambientais relacionados à degradação do solo, lixo e exploração petroleira. Em 2013, 37 solicitações de refúgio de nigerianos foram indeferidas no Brasil. Em 2015, o CONARE registrou 1.147 solicitações de refúgio de nacionais nigerianos. Já no ano de 2017, 549 solicitações de refúgio em terras brasileiras foram recebidas.

3.5 Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau foi colonizada por Portugal, e teve sua independência reconhecida em 1974, após a Revolução dos Cravos. Até o ano de 1980, o país passou a ser governado conjuntamente com Cabo Verde pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), quando um golpe de Estado foi empreendido pelo primeiro-ministro João Bernardo Vieira e houve a desvinculação política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. O cenário ocasionou uma grave crise econômica e social, e a população sofreu com a escassez de alimentos básicos.

Até o presente, a instabilidade política marca o país, e nenhum presidente conseguiu cumprir por completo o período de mandato. Em 1998, o presidente Vieira foi derrubado por um golpe militar, e em 1999, instaurou-se uma guerra civil. Até hoje, busca-se uma transição democrática no país, que é dificultada pela grave situação econômica e desdobramentos da guerra civil, e o contexto impulsiona os nacionais a buscar refúgio internacional.

Em 2009, o Brasil passou a se envolver na questão política local, e preside a Configuração Específica da Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU, além de atuar em projetos de cooperação técnica na região. Em 2013, o CONARE indeferiu 97 solicitações de refúgio de nacionais da Guiné-Bissau. Em 2017, 338 solicitações de refúgio de guineenses foram recebidas pelo Brasil.

4. Ásia

4.1 China

Um dos primeiros contatos que os chineses tiveram com o Brasil foi por meio da migração; a diáspora chinesa ocupava um lugar de destaque global na ordem migratória, sendo a China o país que, desde então, mais provê migrantes no mundo (esse fato acontece de longa data, desde o século XIX, após a Guerra do Ópio – 1839 à 1842). Nos períodos entre a revolução comunista e a abertura comercial, em que a saída da China continental era restrita, a migração para o exterior ocorria basicamente a partir de Hong Kong e Taiwan; “depois da abertura e da viabilidade legal para a migração dada pelo governo central para qualquer pessoa que conseguisse um visto para o país de destino, os incentivos econômicos dos governos locais tiveram participação ativa na promoção da migração, principalmente nas províncias de Guandong, Zhejiang e Fujian” (SILVA, 2018).

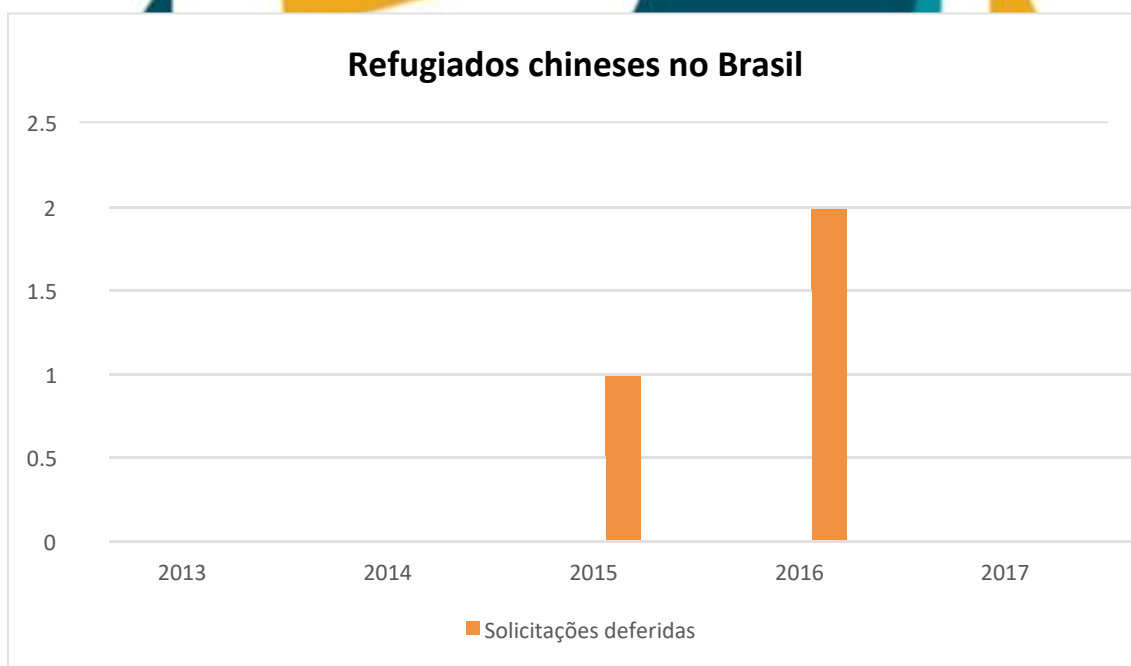
O direcionamento dos fluxos migratórios para o território brasileiro é responsável por trazer novas dinâmicas para além do fortalecimento das orientações globais do mercado financeiro; a migração chinesa é fator chave para se pensar a respeito do estreitamento das relações entre Brasil e China. De acordo com dados disponibilizados pelo SINCRE – Sistema Nacional de Registro e Cadastro de Estrangeiros da Polícia Federal Brasileira, no período de 2000 a 2014, a maioria dos imigrantes chineses residem nas regiões metropolitanas das capitais do Sudeste.

Foram registrados 37.417 chineses no Brasil no período citado acima, o que representa 4,6% do número de imigrantes registrados no total pela Polícia Federal. Além de representar um razoável montante na parcela de imigrantes no Brasil, a população chinesa também se encontra extremamente concentrada espacialmente (tabela 1). 80,7% reside na região sudeste do Brasil, sendo 56.6% do total residente do Estado de São Paulo.

TABELA 1 – Imigrantes chineses por região

Imigrantes Chineses por Região de 2010 a 2014		
Região	Frequência	Percentual (%)
Sudeste	30.213	80,7
Nordeste	2.682	7,2
Sul	2.650	7,1
Norte	965	2,6
Centro – Oeste	907	2,4
Total	37.417	100,0

Fonte: SINCRE - Polícia Federal, 2014



Fonte: UNHCR

De acordo com Freire da Silva (2014), “Nas tabulações dos micro dados da amostra do censo de 2010, a estimativa seria de 12.554 pessoas nascidas na China vivendo no estado de São Paulo, das quais 63,5% estariam na cidade de São Paulo; e, para todo o Brasil, a estimativa seria de 23.156 pessoas. Porém, reconhecidamente, os dados do censo tendem a subdimensionar certas dinâmicas migratórias. Na sessão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em homenagem aos 200 anos da migração chinesa para o Brasil, registrada no Diário Oficial de 23 de maio de 2012, o consulado Chinês em São Paulo e a Associação Chinesa do Brasil

estimavam em 250 mil o número de chineses e de seus descendentes no Brasil, 180 mil morando em São Paulo. Embora a migração em si não seja propriamente uma novidade, as informações dos micro dados da amostra do censo de 2010 indicam que mais de 60% dos chineses residentes na RMSP teriam se estabelecido no país depois de 1995 e ao longo da década de 2000”.

Em 2017, a quantidade de imigrantes subiu para 280 mil (incluindo descendentes); todos esses dados mostram que o crescimento da população chinesa no Brasil, de certo modo, acompanha diretamente o próprio avanço das relações socioeconômicas com o Brasil. Na cidade de São Paulo, os chineses estão presentes em diversas áreas: são médicos, advogados, comerciantes, técnicos, professores e profissionais liberais num geral – o que é essencial para a movimentação da economia do país.

Seja por conta de guerras ou perseguições religiosas (como é o caso de boa parte dos refugiados chineses no país), o fluxo da população da China para o Brasil se tornou essencial, tanto para a melhoria de vida das pessoas, quanto para o desenvolvimento do país em diversos aspectos; desde que chegaram no território brasileiro, a contribuição dos chineses para a estabilização do país em aspectos econômicos e sociais tem sido fundamental.

Desde 2012, quando o presidente Xi Jinping assumiu a liderança do Partido Comunista Chinês, os cristãos sofrem com a perseguição religiosa. Segundo relatório da *Freedom House*, publicado em março de 2017, o governo chinês “apertou seu controle sobre grupos religiosos, cujo efeito pode ser sentido no ambiente legal, social, político e econômico do país”. Além dos cristãos, os praticantes do Falun Gong (prática avançada de cultivo de mente e corpo), os budistas tibetanos e os muçulmanos uigures também são alvos de níveis altos de perseguição.

Mesmo que o país possua um governo comunista, as práticas religiosas não acontecem de forma livre, o que se torna contraditório, já que, dessa forma, a liberdade de expressão – defendida por preceitos comunistas – não é permitida. Desde 2014, o presidente utiliza de repressões crescentes sobre igrejas cristãs e templos; muitos foram (e ainda são) afetados por demolições a esses locais e prisões a advogados de Direitos Humanos que se prontificaram a defender as pessoas perseguidas e locais que estavam sendo alvo dessas ações ilegais.

O relatório da *Freedom House* ainda afirma que “os crentes têm respondido com um grau surpreendente de resistência, inclusive em comunidades de fé que geralmente têm relações de cooperação com funcionários do Estado e do partido”. Entretanto, essa não é a realidade de boa parte dos chineses; os que não conseguem resistir optam por sair do país como refugiados ilegais, visto que a documentação necessária para saírem como imigrantes não seria concedida a eles.

Como o fluxo de imigrantes chineses no Brasil é evidente desde o século XIX, os

refugiados tendem a se “infiltrar” junto com os imigrantes em São Paulo e recomeçar suas vidas, mesmo que ilegalmente à princípio – posteriormente eles solicitam refúgio para a Polícia Federal para regularizarem suas situações. Em 2017, o número de refugiados chineses no Brasil foi alto e inédito para o Conare: 1.462; mesmo que especialistas afirmem que as fugas não se tratam de razões econômicas, todos os motivos para as pessoas se refugiarem no Brasil ainda são incertos – exceto os refúgios por perseguição religiosa.

De acordo com site da BBC, o Brasil, por já comportar inúmeros chineses – principalmente em São Paulo, no bairro da Liberdade – é o país que oferece condições relativamente melhores a essa população, sendo assim, tornou-se o maior alvo para refúgio. Isto posto, como no Brasil há a liberdade religiosa, os chineses refugiados pelas perseguições se sentem seguros em estarem num país que não recrimine suas doutrinas. O Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, que auxilia refugiados na capital afirmou que os chineses tenham pedido refúgio por ser uma opção mais simples do que o pedido de residência. Assim, ao serem amparados pela ampla comunidade chinesa no Brasil, é possível que fiquem ‘ocultos’ aos olhos das autoridades chinesas e entidades humanitárias que as perseguem.

4.2 Bangladesh

No final dos anos 2000, especificamente a partir 2010, uma onda de imigrantes de Bangladesh passou a chegar no Brasil para fugir/se refugiar de fatores como a miséria e as perseguições políticas e religiosas. Eles encontraram/encontram no Brasil a figura de um país acolhedor e cheio de oportunidades, diferentemente de seu país natal, entretanto, muitos bengalis ainda são vítimas de exploração por quadrilhas suspeitas de tráfico internacional de pessoas.

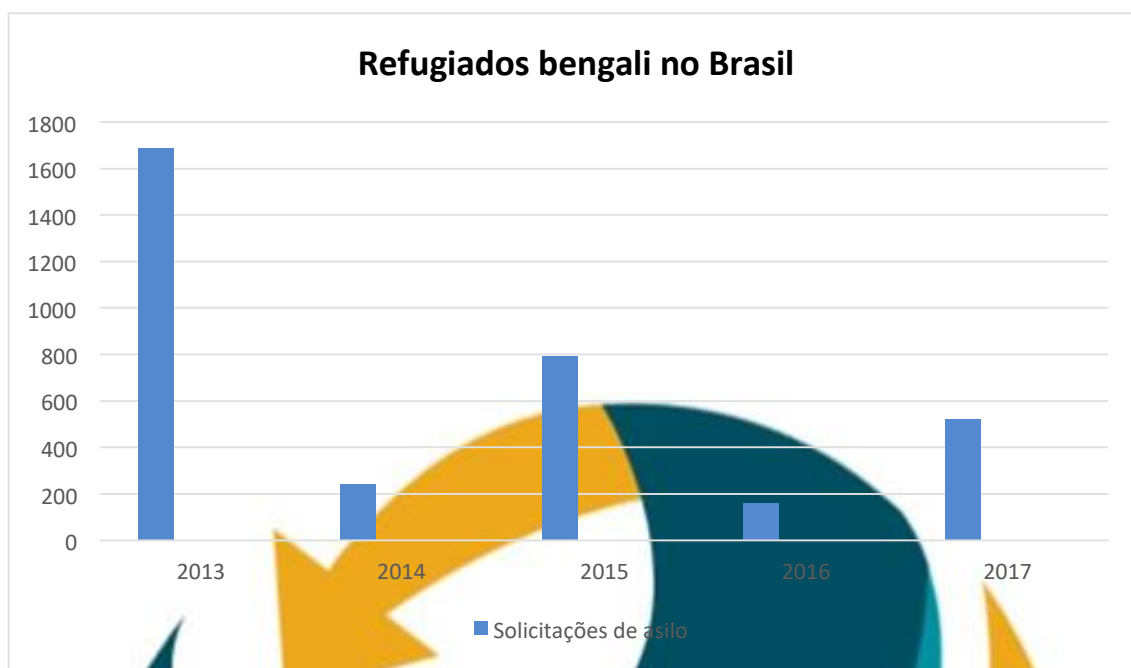
Em termos reais, a crescente projeção brasileira no exterior, simultaneamente à restrição da entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, fez com que a diversificação da população asiática no país fosse aumentando cada vez mais. De acordo com Ricardo Félix, advogado do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, muitos bengalis entrevistados por ele contam que chegam no Brasil – diretamente em cidades como Rio ou São Paulo – portando visto de turistas, para em seguida pedirem refúgio.

A Polícia Federal diz que parte dos refugiados entra no Brasil pelas fronteiras com a Bolívia ou com o Paraguai; além disso, afirma que muitos vêm ao país para trabalhar em fábricas do Paraná (especialmente). Segundo o Ministério da Justiça, a vinda dos bengalis

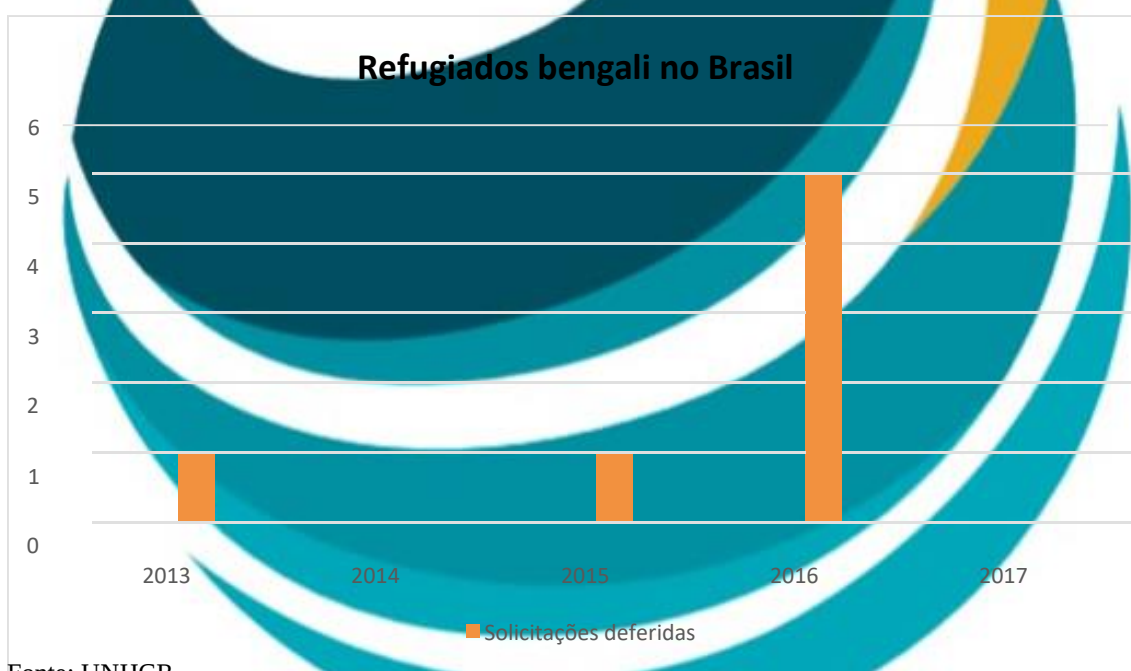
ocorreu também “em razão da crescente necessidade de mão de obra para o abate halal (preparação de carne seguindo os preceitos islâmicos), em consequência do crescimento do mercado no Oriente Médio e da obrigação de que o abate das aves fosse feito exclusivamente pelos praticantes da religião muçulmana”.

Para chegar no Brasil e pedir refúgio os bengalis tem que atravessar dois continentes e dois oceanos; de acordo com dados do Banco Mundial, “em uma das pontas desse trajeto está um país miserável, onde 31% da população vive abaixo da linha de pobreza e 40% tem subempregos, trabalhando apenas algumas horas por semana”. Além disso, os problemas econômicos de Bangladesh são agravados pela tensão política latente no país pela rivalidade entre os dois principais partidos – o governista Liga Awami e o opositor, do Partido Nacional de Bangladesh (PNB) – se reflete no cotidiano do país e gera uma multidão de perseguidos políticos, entre governistas ou opositores, dependendo da região do país. Desde o final de 2013, mais de cem pessoas foram mortas devido a um salto na taxa de violência que precedeu as eleições no início de janeiro de 2014.





Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR

De acordo com o gráfico acima, com dados fornecidos pelo UNHCR (agência de refugiados da ONU), é perceptível o aumento nos pedidos de refúgio entre 2013 e 2017 (com uma queda de 2014 para 2015), assim como na aceitação deles. A legislação brasileira prevê a aprovação do pedido de refúgio quando há temores fundamentados que o estrangeiro sofra perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social e/ou opiniões políticas – como é o caso dos bengalis.

Entretanto, o Conare afirma que a maioria dos pedidos de refúgio das pessoas de Bangladesh tem caráter de migração econômica sob ótica do governo Brasileiro. Essa informação se evidencia a partir do momento em que se analisa a quantidade mínima de solicitações deferidas – como é o caso dos refugiados chineses.

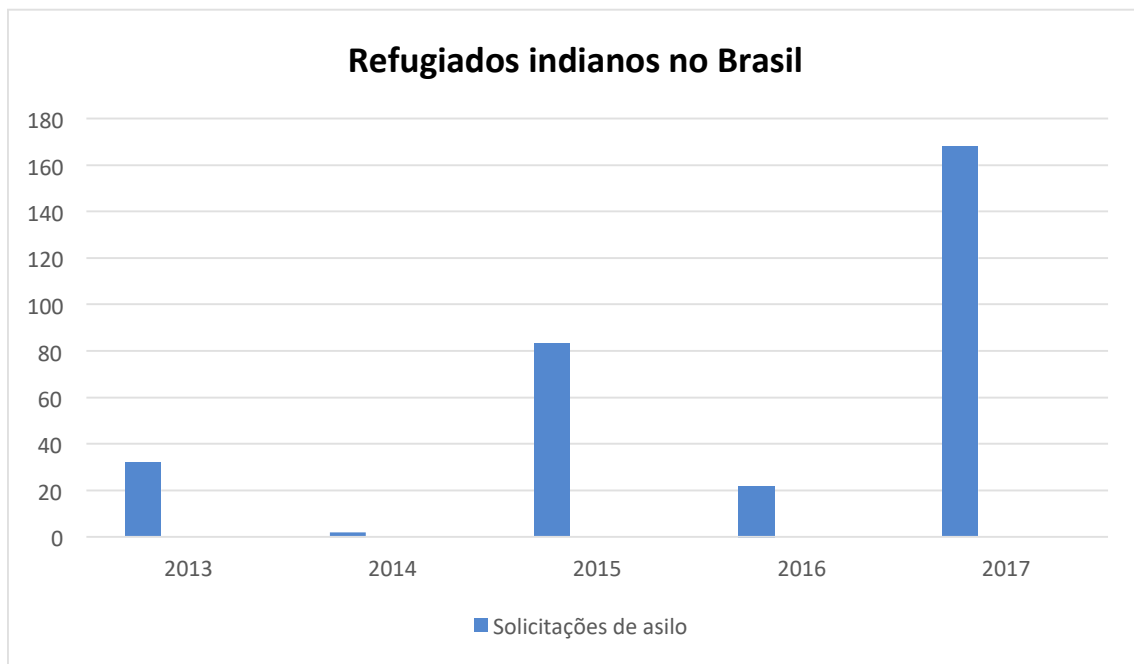
A Polícia Federal, segundo site oficial, afirma que, para solicitar refúgio no Brasil, é preciso estar em território nacional. A qualquer momento após chegar ao país, satisfeitas as condições explicitadas no artigo 1º da Lei Nº 9.474/1997. Assim, o migrante interessado deve procurar uma unidade da Polícia Federal para formalizar o pedido de refúgio. Após uma revisão dos casos de 4 mil estrangeiros que solicitaram refúgio em 2014, o governo brasileiro concluiu que 1830 bengalis não se encaixavam na categoria – por concluírem que estavam no Brasil por razões econômicas, e não de refúgio por perseguições; entretanto, ao serem enviados para análise do Conselho Nacional de Migração (CNig), foi concedido a esses casos residência permanente.

4.3 Migrantes e refugiados indianos

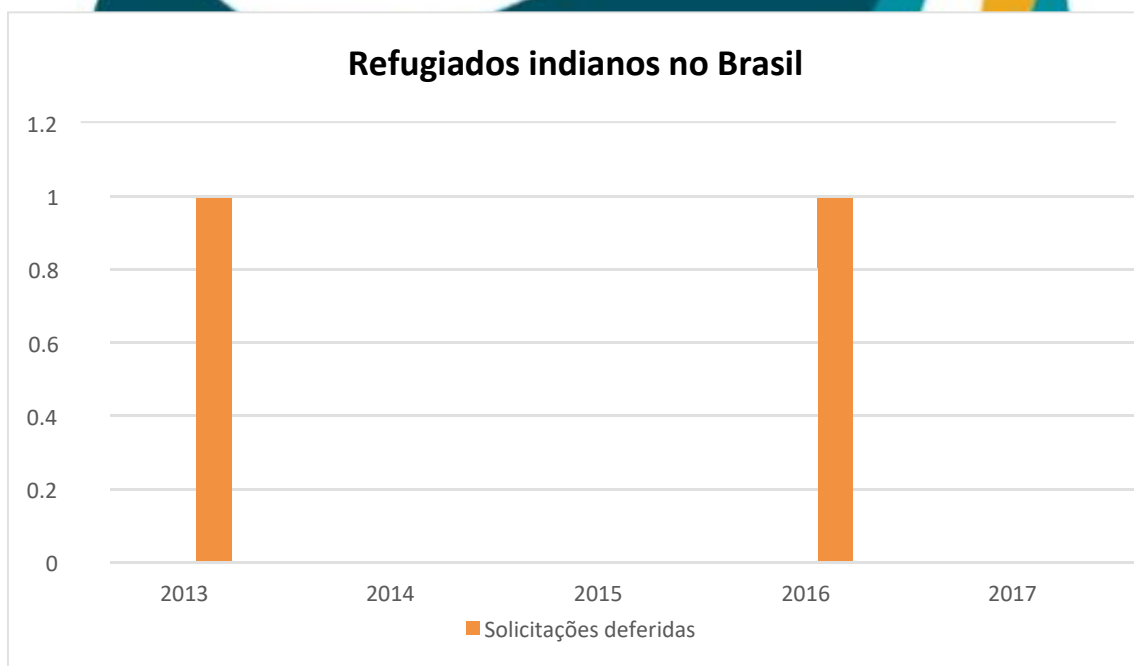
A primeira onda de imigrantes indianos no Brasil se estabeleceu no Amazonas, mais especificamente na capital Manaus. Eles chegaram com o intuito de trabalhar como comerciantes. Nas décadas de 1960 e 1970, professores universitários vindos de Bangalore, Goa e Déli se estabeleceram nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Outra leva de imigrantes indianos vindos de países africanos se estabeleceu nas mesmas cidades após a independência de Moçambique, em 1964.

O número desses imigrantes no Brasil passou a aumentar durante os anos, principalmente com a chegada de cientistas nucleares e profissionais de informática. Acredita-se que o principal motivo de suas vindas para o país sejam as migrações econômica e tecnológica.

Atualmente, cerca de 9.200 indianos residem no Brasil. Ainda que muitos venham primeiramente como turistas, conseguem solicitar refúgio à Polícia Federal. No entanto, conforme ilustrado nos gráficos abaixo, poucas solicitações foram deferidas até o presente. Ao contrário dos imigrantes, os refugiados indianos não conseguem se estabelecer legalmente com facilidade no país; isto posto, ainda não há relatos do Conare a respeito do principal motivo do refúgio – entretanto, acredita-se que muitos vêm para o país fugindo da extrema pobreza e miséria da Índia.



Fonte: UNHCR



Fonte: UNHCR

O caso dos Rohingya em Miamar.

Uma lei de 1982 reconhece que o país Miamar (antiga Birmânia) tem 135 grupos étnicos que estão no país desde antes de 1824. Dentre estes grupos deveria estar a minoria rohingya. Mulçumanos estão no país desde a Idade Média, mas não tem reconhecimento do governo e são perseguidos.

Em 2012 foram registrados confrontos violentos entre a minoria rohingya e budistas, deixando mais de 200 mortos. Em outubro de 2016 houve outro surto de violência, o exército de Miamar atacou o norte do estado de Rakhine. Milhares de civis abandonaram suas casas fugindo para outros países. Atualmente mais de 700 mil fugiram para Bangladesh. Só a Cruz Vermelha tem acesso ao estado e Rakhine, e estima-se que restam apenas 300 mil rohingyas por lá.

A ONU acusou o exército de Miamar de fazer uma limpeza étnica em Rakhine. Em 2017, um levantamento dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) nos campos de refugiados de Cox's Bazar, em Bangladesh, havia contabilizado cerca de 6.700 mortos. Este número, porém, se referia apenas ao mês em que a repressão em Mianmar chegou ao auge, a partir do fim de agosto de 2017.

A questão da cidadania está no centro das discussões sobre seu status, existem uns cartões que na verdade marcam os rohingya como não cidadãos de acordo com a caracterização do governo; são estrangeiros em sua própria pátria.

Fonte: O Globo.

5. A Crise Migratória Venezuelana, o Estado de Pernambuco e a Operação Acolhida

Após a morte de Hugo Chávez em 2013 e a subsequente ascensão de Nicolas Maduro ao cargo de presidente, a Venezuela, que já se encontrava em situação bastante delicada, viu seu quadro degradar vertiginosamente nos últimos anos, chegando ao atual colapso socioeconômico. O país altamente dependente do mercado petrolífero (detendo a maior quantidade de reservas no mundo), viu sua economia deteriorar diante da queda dos preços do barril de petróleo a partir de 2015, gerando hiperinflação e escassez crônica de alimentos e remédios, este somados a crescentes ondas de violência generalizada.

O colapso social e econômico da Venezuela resultou num fluxo migratório sem precedentes na história do país, milhares de venezuelanos passaram a buscar asilo em países vizinhos como a Colômbia, a Guiana e o próprio Brasil. Nota-se que, apesar do contingente de venezuelanos acolhidos pelo Brasil ser consideravelmente menor do que o da Colômbia (cerca de 600,000), houve um aumento exponencial de solicitações e deferimentos de refúgio de nacionais venezuelanos nos últimos 3 anos no Brasil.

De 2015 até presente ano, o número de solicitações de refúgio e deferimentos de venezuelanos quadruplicou no Brasil, dos 2,3 milhões de venezuelanos que deixaram o país desde 2015, 50 mil desses fixaram-se no Brasil, um contingente que corresponde a 2% do total. Segundo a Polícia Federal, desde o início de 2015 até junho deste ano, 56.740 venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil. O governo brasileiro, através do Comitê Federal de Assistência Emergencial, estima que cerca de 300 venezuelanos entram no território brasileiro diariamente.

Devido a sua localização, Roraima vem sido o principal destino dos venezuelanos, uma vez que o estado possui a maior faixa dos 2,199 quilômetros da fronteira entre a Venezuela e o Brasil. Dados da Casa Civil apontam que 5.723 venezuelanos estão acolhidos no Estado de Roraima atualmente.

Com o aumento dos fluxos, a concentração desses migrantes em Roraima e as pressões do Governo do Estado de Roraima (que chegou a pedir suspensão dos fluxos migratórios da Venezuela ao governo federal em Agosto) frente ao surgimento de confrontos violentos, o Brasil, através do Exército Brasileiro, iniciou a Operação Acolhida (iniciada em março de 2018) com o intuito de coordenar o influxo de venezuelanos através de apoio logístico e acolhimento dos migrantes que foram reconhecidos como refugiados através da implantação de postos de

atendimento e abrigos. A força-tarefa viabilizou a abertura de abrigos na cidade de Boa Vista, capital do estado, e em Pacaraima (onde foi implantado um abrigo), município fronteiriço onde, a partir de Agosto, passou a ser palco de tensões entre locais e migrantes venezuelanos, culminando em violentos protestos.

A Força Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, nome dado a iniciativa do Governo Federal, também vem se encarregando da interiorização dos migrantes venezuelanos que estão em Roraima, ou seja, da realocação dessas pessoas para outros estados brasileiros, evitando assim uma sobrecarregamento do governo estadual de Roraima. A intenção é levar os refugiados principalmente para o Sul e Sudeste do Brasil, por haver um grande mercado de trabalho, o que gera maiores possibilidades para que eles se integrem a sociedade brasileira. A Operação Acolhida atua em cooperação com agências nacionais e internacionais e ONGs como a UNICEF e a ACNUR.

O processo de interiorização é uma alternativa para aqueles migrantes que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho de Roraima ou para os que não desejam retornar a Venezuela. Os solicitantes de refúgio que optam pela transferência devem passar por uma orientação sobre as cidades de destino, realizar exames médicos e serem devidamente abrigados e assistidos. A interiorização é coordenada por um subcomitê específico ligado à Casa Civil e a OIM (Organização Internacional de Migrantes) e se dá por etapas, tendo as primeiras acontecido em abril, onde 250 refugiados foram interiorizados para São Paulo e Cuiabá. Outras transferências ocorreram ao longo do ano para estados como o Amazonas, Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco. Espera-se que outros estados e municípios cooperem com a iniciativa.

Ao ser oficializada no começo de 2018, o Governo Federal previu uma duração de 12 meses de operação, tendo previsão de conclusão no ano de 2019. Com a transferência de 20 venezuelanos de Boa Vista para os Estados de Pernambuco e Paraíba no dia 20 de Setembro 2018, já se somam 232 venezuelanos que foram transferidos para Paraíba e Pernambuco, estados que receberam as primeiras transferências em meados de julho 2018. Os venezuelanos chegam ao aeroporto de Recife e se dirigem para João Pessoa e Conde Jacumã, na Paraíba, e Igarassu, em Pernambuco.

6. Relatório da Inauguração da Casa de Direitos na UNICAP

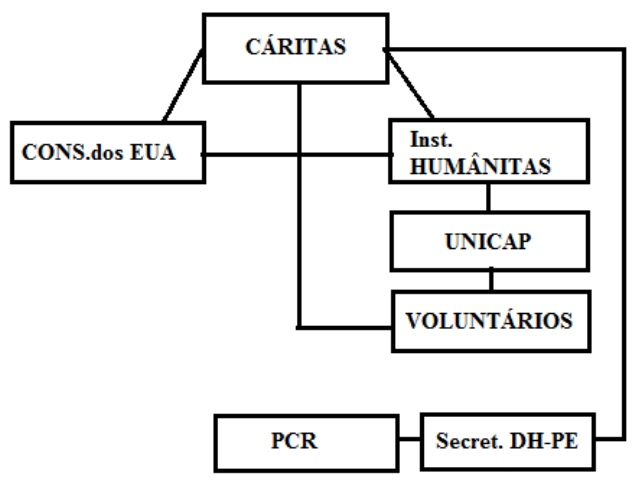
No dia 10 de dezembro de 2018, às 9hrs da manhã, foi inaugurada na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) o centro de acolhimento para refugiados e migrantes estrangeiros perante os Direitos Humanos. Foi dado o nome de “PANA”. Nesta data também se comemorou o dia mundial dos Direitos Humanos e os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Durante a solenidade ocorrida no auditório D. Helder Câmara, que foi declarado recentemente o patrono dos Direitos Humanos no Brasil, que contou com membros de várias entidades ligadas aos Direitos Humanos no Estado, foi relatado como começou o que seria o projeto PANA. Um projeto amplo, que não visa apenas o acolhimento, mas sim a integração do indivíduo. PANA na língua do povo warao da Venezuela significa “amigo”.

O bispo de Pesqueira, Dom José Luiz Ferreira Salles é o representante nacional da CNBB para a mobilidade humana, e compareceu ao 12º Encontro Nacional de Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (REDEMIR) em Brasília.

“A Rede Solidária para Migrantes e Refugiados é um projeto de âmbito nacional e internacional composta por 60 entidades, espalhadas de norte a sul do país. Essas instituições trabalham com migrantes e refugiados na acolhida, assistência, integração e demandas de políticas públicas, ajudando em articulações com o Governo, intercâmbios entre as próprias entidades, localizando outras entidades que possam apoiar a população migrante, disponibilizando informações e oferecendo orientações, entre outras atividades. A Rede amplia o trabalho e fortalece o apoio recíproco, favorecendo a atuação de maneira mais eficaz, inspirada na dimensão humanitária e atuando com foco na defesa dos direitos humanos e no acesso aos direitos de cidadania, uma dinâmica que traz agilidade, dinamismo e muitas conquistas na atenção aos imigrantes e refugiados no país.” (Fonte- Site diocese de Pesqueira)

Parcerias – “No campo das parcerias, as iniciativas contam com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Comitê Interinstitucional de Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Migração, Refúgio e Apátridas de Pernambuco, por meio de representações do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Defensoria Pública da União, Prefeitura do Recife e governo do Estado, Conselho Regional de Psicologia, universidades, entre outros”. (FONTE- Unicap)

Organograma das principais instituições colaboradoras



Ao todo foram montadas através da Cáritas brasileira, seis pontos de recepção para refugiados e migrantes em todo o Brasil, são eles: Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Brasília e Recife, em todos esses lugares estará o projeto da Casa de Direitos. Em Recife foram reservadas duas salas na Universidade Católica para apoio aos imigrantes e refugiados. Onde eles podem receber informações sobre políticas de inserção, direitos, também apoio psicológico e jurídico.

A Casa de Direitos também terá projetos de formação profissional para inserção dos refugiados no mercado de trabalho local e busca-se alugar algumas casas ao redor da Casa de Direitos para abrigar alguns refugiados. Pelo observado, a Cáritas, com apoio financeiro do governo dos EUA, tem a gerência do projeto. Houve todo um cronograma onde a Cáritas do Nordeste, através de seu presidente Sr. Ângelo Zanré, cumpriu antecipadamente seus prazos através de vários voluntários e da participação do Instituto Humanitas da UNICAP que cedeu o espaço adiantando o cronograma. Segundo ele, a “casa” terá como missão integrar o indivíduo a comunidade, fazendo-o participar ativamente de uma perspectiva de futuro e resgatando sua dignidade, transformando o olhar da sociedade que os vê como indivíduos fragilizados.

A participação dos organismos governamentais locais como prefeitura e estado pareceu tímida, pois não foi encontrada ou citada nenhuma atuação expressiva dessas entidades. Muitos dos venezuelanos que têm chegado a Recife, têm vindo por sua própria conta, pois a situação em Roraima vem se deteriorando com a chegada de mais refugiados na fronteira brasileira e a demora em obtenção de recursos como moradia e alimentação pois o estado de Roraima está sob intervenção federal e o governo estadual não tem recursos para despesas com os refugiados que estão pelas ruas de Pacaraima e Boa Vista.

A ACNUR, agência das Nações Unidas para refugiados lançou uma plataforma para ajuda aos refugiados venezuelanos no Brasil onde pode-se ajudar através de doações financeiras . A maioria deles está sendo deslocada para o sul do país onde se encontram maiores possibilidades de trabalho.



7. Sobre as entrevistas com refugiados e gestor da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil

O NEARI realizou entrevistas (que se encontram no anexo) com refugiados e gestores a fim de compreender a realidade migratória no estado de Pernambuco com mais profundidade. No dia 05 de dezembro de 2018, a equipe visitou a ONG Aldeias Infantis, no município de Igarassu-PE, e entrevistou o coordenador geral da instituição, junto com refugiados que lá estão abrigados.

Foi feito um questionário semiestruturado para traçar o perfil dos refugiados e identificar os motivos que ocasionaram a fuga de seus países. Os entrevistados, nesse caso específico, são de origem venezuelana, e alegaram, principalmente, as questões da fome e da crise econômica como principais motivos para a vinda ao Brasil. Somado a isso, o contexto de alta inflação, violência e falta de segurança foi o grande impulsionador na busca pelo asilo. A proximidade com a fronteira brasileira, além da presença da ONU, na figura da ACNUR, facilitou a chegada deles.

Os entrevistados comentaram sobre a insalubridade e superlotação dos abrigos da cidade de Boa Vista, em Roraima. Falaram, também, sobre a falta de banheiros suficientes para atender a todos, e destacaram o papel da ACNUR como mediador na obtenção de documentos brasileiros e legalização no país, como CPF e carteira de trabalho.

A principal entidade apontada pelos entrevistados como provedora de auxílio foi a ACNUR, porém o Exército Brasileiro foi mencionado, bem como a Cáritas Brasil, o Instituto IPSIS, e no estado de Pernambuco, a ONG Aldeias Infantis, em Igarassu.

Já na entrevista com o coordenador da ONG Aldeias Infantis, foi ressaltado o projeto que a instituição apresentou à ACNUR para auxiliar os venezuelanos, o Projeto Brasil sem Fronteira, que busca defender os Direitos Humanos dos refugiados, e encaminhá-los para uma vida digna e com segurança no Brasil. A organização atua como abrigo para famílias venezuelanas, bem como facilita a inserção delas nos ciclos sociais da comunidade local e a entrada dos pais no mercado de trabalho. Além disso, são firmadas parcerias com empresas e centros de formação para impulsionar a empregabilidade e a qualificação dos refugiados para o mercado brasileiro.

Recentemente, foi estabelecido um convênio com a Universidade Federal de Pernambuco para o ensino de português aos refugiados. O SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também firmaram parcerias com a Aldeias Infantis para qualificar os refugiados. Os governos estadual e municipal apoiam a instituição no âmbito de encaminhar as crianças para

as escolas, porém a verba que custeia a alimentação, vestuário, higiene e medicamentos para os venezuelanos advêm da ACNUR. A ONG também busca parcerias autônomas externas, mas necessita de apoio da população civil tanto em termos econômicos, quanto de inclusão social.



8. Considerações finais

Os últimos anos foram difíceis aos imigrantes ao redor do mundo. Guerras, conflitos e outros fatores terminam acarretando um movimento migratório de grandes proporções. Dois contingentes são notáveis e afetaram o Brasil: o de sírios e venezuelanos. Com relação ao primeiro, os indivíduos chegaram de diversas formas e solicitaram refúgio. No caso dos venezuelanos, a maioria entrou no país pela fronteira norte, em Roraima. Muitos, por seus próprios meios, viajam pelo Brasil para chegar ao sudeste.

Atualmente, muitos estrangeiros estão sendo atendidos pela Operação Acolhida das Forças Armadas do Brasil para facilitar a interiorização dos latino-americanos. Uma vez no País, os refugiados possuem livre trânsito sobre o território nacional, dificultando, assim, uma maior precisão no quantitativo por estado.

Historicamente, os migrantes e refugiados possuem um fluxo de ida para os estados do sudeste e sul do Brasil, em virtude da economia dessas localidades serem mais dinâmicas. Pernambuco recebe, via de regra, poucos refugiados. O maior contingente identificado nesse trabalho foi o de venezuelanos, muitos vindo em virtude da operação das Forças Armadas de interiorização. Ao longo dos próximos meses mais cidadãos da Venezuela devem chegar ao estado, indo para as cidades de Carpina, Igarassu e na capital. Contamos com as informações da Polícia Federal, CONARE, ONGs Aldeias Infantis, EACAPE (na figura do Sr. Altino Mulungu), Secretaria de Direitos Humanos de PE entre outras instituições nas quais deixamos registrado o nosso agradecimento pelos dados repassados.

Além do processo de interiorização dos refugiados, contata-se que os refugiados necessitam de cursos de capacitação, como de português, que facilitem a sua integração com a sociedade brasileira. A situação, principalmente da Venezuela, não demonstra sinais de melhora e observamos uma tendência de continuidade do fluxo de movimentos populacionais, dos cidadãos do país referido, ao Brasil. Faz-se necessário criar processos, dinâmicas e políticas, não apenas estatais, mas da sociedade civil para o acolhimento e integração desses novos brasileiros.

Anexos

Notícias – refugiados em Pernambuco

Referências:

1. Ação de Cidadania para imigrantes e refugiados abre oficialmente a III Jornada Municipal de Direitos Humanos. Prefeitura do Recife, 2015. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/11/2015/acao-de-cidadania-para-imigrantes-e-refugiados-abre-oficialmente-iii-jornada>> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

Intitulada “Recife de Coração Aberto para os Direitos Humanos”, iniciativa propõe acolher a população imigrante do Recife para prestação de serviços de cidadania e garantia de direitos. Serão disponibilizados emissão de documentos, inscrição em programas sociais, orientação jurídica, além de serviços de saúde”

. No período compreendido entre 20 de novembro a 11 de dezembro de 2015, a Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH), em conjunto com as demais secretarias do município, promove a terceira edição da Jornada Municipal de Direitos Humanos, com 55 atividades simultâneas a serem realizadas nas seis regiões político administrativas da cidade. Para abrir oficialmente a programação, acontece a “Ação de Cidadania Recife de Coração Aberto para Imigrantes e Refugiados”, na segunda-feira (23), das 8h às 13h, na praça de eventos.do.edifício.sede.da.PCR.

De acordo com o Secretário Executivo de Direitos Humanos, Paulo Moraes, o objetivo é acolher a população imigrante do Recife com vistas a atender às demandas específicas desse público. “Precisamos nos aproximar, conhecer de perto seus anseios e necessidades para assim desenvolvermos ações futuras eficazes em prol da garantia de direitos, bem como customizar políticas municipais às demandas levantadas”, explica. Na ocasião, uma série de serviços serão disponibilizados aos imigrantes e refugiados de forma gratuita, resultado do esforço conjunto entre as secretarias municipais, Governo do Estado.e.demais.órgãos.públicos.

Haverá emissão de documentos como RG, 2ª Via do Registro de

Nascimento/Casamento, fotos 3x4 e 2ª Via do CPF; transporte gratuito para a emissão de carteira de trabalho na sede da Superintendência do Trabalho situada no bairro do Espinheiro; cadastro para curso de português para estrangeiros e acesso ao sistema de trabalho.e.emprego.municipal.

Também serão disponibilizados serviços de saúde como vacinação, saúde bucal, aferição de pressão, HGT e cadastro no SUS; inscrição em programas sociais do município, Bolsa Família/CADÚnico (cadastramento, recadastramento e orientações); orientação e cadastro para mulheres imigrantes; além de orientação jurídica com a Defensoria Pública da União.

A atividade voltada aos imigrantes abre oficialmente a III JDH que a partir de então movimentará todo o Recife. Esta nova edição convida, assim como nas versões anteriores, todas e todos a refletirem sobre proteção à dignidade, sem distinção. Segundo Moraes, a Jornada representa a celebração emblemática do 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, reforçando o compromisso do município em valorizar as minorias, respeitando sua vida e tradições.

Durante os 22 dias de realização da III JDH, serão 55 atividades desenvolvidas nas seis regiões político administrativas do Recife. Todas sem exceção pautadas na efetivação do direito à cidadania, educação, saúde, lazer, cultura, esporte e meio ambiente saudável nos espaços formais e informais que a PCR atua. Os serviços prestados vão desde o fornecimento de documentação básica (RG, Carteira de Trabalho e CPF), ao atendimento jurídico e de assistência social, realização de exames de saúde, bem como mostra de cinema, palestras, cursos, oficinas, atividades esportivas e sensibilização na área ambiental.

2. TEIXEIRA, Marcionilda. Conheça a história de refugiados que vivem em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/09/13/interna_vidaurbana,597729/conheca-as-historias-de-refugiados-que-vivem-em-pernambuco.shtml. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Quando Duarte Adelino, 36 anos, deixou a Guiné-Bissau, país da África Ocidental onde nasceu, fugia de uma crise política. Lá, nenhum presidente eleito desde a independência, em 1973, completou o mandato. Treze anos depois, Duarte ainda não mudou de vida como planejava. Ele é um dos refugiados residentes em Pernambuco. Dramas como os de Duarte são antigos, mas somente há duas semanas o mundo parece ter acordado de vez para essa realidade. A imagem do menino sírio Aylan Kurdi, morto em uma praia na Turquia, funcionou como alarme sobre a crise.

Dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), apontam 8,4 mil refugiados reconhecidos no Brasil desde 2007. O governo federal desconhece quantos vivem em cada estado. A maioria vem da Síria, Angola e República Democrática do Congo.

Amadou Touré, da Associação do Senegal no Nordeste, conta que dentre os países africanos os senegaleses são os que mais escolhem viver em Pernambuco como refugiados por causa das oportunidades como ambulantes de bijuterias. Com as ações da prefeitura de retirada do comércio informal do Centro do Recife, eles têm buscado festas no interior. “Seguem o islamismo e não gostam de falar.”

Além da saudade e da incerteza em relação ao futuro, os golpes de quadrilhas são mais um obstáculo. Em fevereiro, a congoleza Jael Asfine Mungo, 26, viveu um drama após desembarcar no Porto do Recife. A ideia era seguir para o Canadá, após acordo pago com funcionários de um navio atracado no país africano. Enganada, terminou levada ao Recife, onde pediu refúgio.

O caso de Jael foi acompanhado por estudantes de Relações Institucionais da Faculdade Damas. Eles desenvolvem um projeto de atendimento a refugiados. “Também recebemos três pessoas de Guiné-Bissau, estudantes com vistos vencidos que pediram refúgio. Damos apoio jurídico”, lembra Maeli Farias. O Escritório de Assistência à Cidadania Africana em

Pernambuco (Eacape), em Santo Antônio, é outra alternativa de apoio.

No Sul e Sudeste a rede de atendimento é ampla e atrai mais refugiados que outras regiões do país. Os refugiados residentes no estado terminam com seus problemas agravados por conta do isolamento e da falta de informação. “Havia uma proposta para que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos instalasse um Centro de Referência para Imigrantes e Refugiados no estado que nunca saiu do papel”, critica a antropóloga.

Daianne Rafael Vieira. A secretaria reconhece não ter dado andamento à proposta, lançada em 2014.



3. DPU Recebe Assessora de proteção de refugiados das Nações Unidas no Recife.

JUSBRASIL, 2015. Disponível em:

<https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/243060086/dpu-recebe-assessora-de-protecao-de-refugiados-das-nacoes-unidas-no-recife>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Recife - A Defensoria Pública da União (DPU) no Recife promoveu palestra sobre o direito dos refugiados, nessa quarta-feira (14), com a assessora de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), **Isabela Mazão**. Mazão falou sobre a história da Acnur e o trabalho com os refugiados no Brasil. Ela explicou que várias ações já são realizadas no país, mas ainda são tímidas em relação a outras partes do mundo. “O papel do Acnur é ajudar na proteção dos refugiados e ser o guardião da Convenção de 51”, explicou.

Apesar de ser um tema com muita repercussão na mídia atualmente, a assessora do Acnur disse que existem muitos questionamentos na sociedade sobre refugiados e migração. “O mais comum é escutar dúvidas sobre o que é refugiado e se existem refugiados no Brasil ou não”, relatou.

De acordo com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, o refugiado é qualquer pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou ainda que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou não quer voltar a ele.

O defensor federal Igor Roque, chefe-substituto da DPU no Recife, agradeceu a presença da assessora do Acnur e ressaltou a relevância do tema na atualidade. “A humanidade nunca viveu uma época de fluxo migratório tão forte desde a Segunda Guerra Mundial e temos uma demanda crescente na DPU nessa questão”, disse.

“É uma deferência à instituição a presença do Acnur, que pode ser de grande ajuda em situações concretas na vida dos assistidos com uma penetração maior que a nossa”, destacou o defensor federal Pedro de Paula Almeida, que já atuou na DPU no Amazonas. A unidade de Manaus realizou um acordo de cooperação técnica com o Acnur, celebrado em outubro de 2012.

Em razão disso, são realizadas entrevistas de elegibilidade de solicitantes de refúgio por servidores capacitados da DPU.

ACNUR

Criado por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1950, iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato de três anos para ajudar a reassentar os refugiados europeus que ainda estavam sem lar, como consequência da Segunda Guerra Mundial. Desde então, o Acnur sempre trabalhou para satisfazer as necessidades cada vez maiores dos refugiados e pessoas deslocadas no mundo.

Durante mais de 50 anos de atividades, o número de pessoas de preocupação para o Acnur aumentou consideravelmente, e o problema do deslocamento forçado vem se tornando cada vez mais complexo. O Brasil sempre teve um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional dos refugiados. Foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, em 1960. Foi ainda um dos primeiros países integrantes do Acnur, responsável pela aprovação dos programas e orçamentos anuais da agência.

O trabalho do Acnur no Brasil é pautado pelos mesmos princípios e funções que em qualquer outro país: proteger os refugiados e promover soluções duradouras para seus problemas. O refugiado dispõe da proteção do governo brasileiro e pode, portanto, obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos que qualquer cidadão estrangeiro legalizado no Brasil. A legislação brasileira é considerada uma das mais modernas sobre o tema, a Lei [9474/1997](#).

4. Família de refugiados sírios é acolhida em Pernambuco. NE10, 2015. Disponível em: <<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2015/10/06/familia-de-refugiados-sirios-e-acolhida-em-pernambuco--21380.php>> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

A primeira família de refugiados sírios a ser abrigada em Pernambuco chegou ao Aeroporto Internacional do Recife na tarde desta terça-feira (6). O casal Moamar e Nermília, de 45 anos e 25 anos, respectivamente, vai morar com o filho deles, de 5 meses, em Igarassu, na Região Metropolitana.

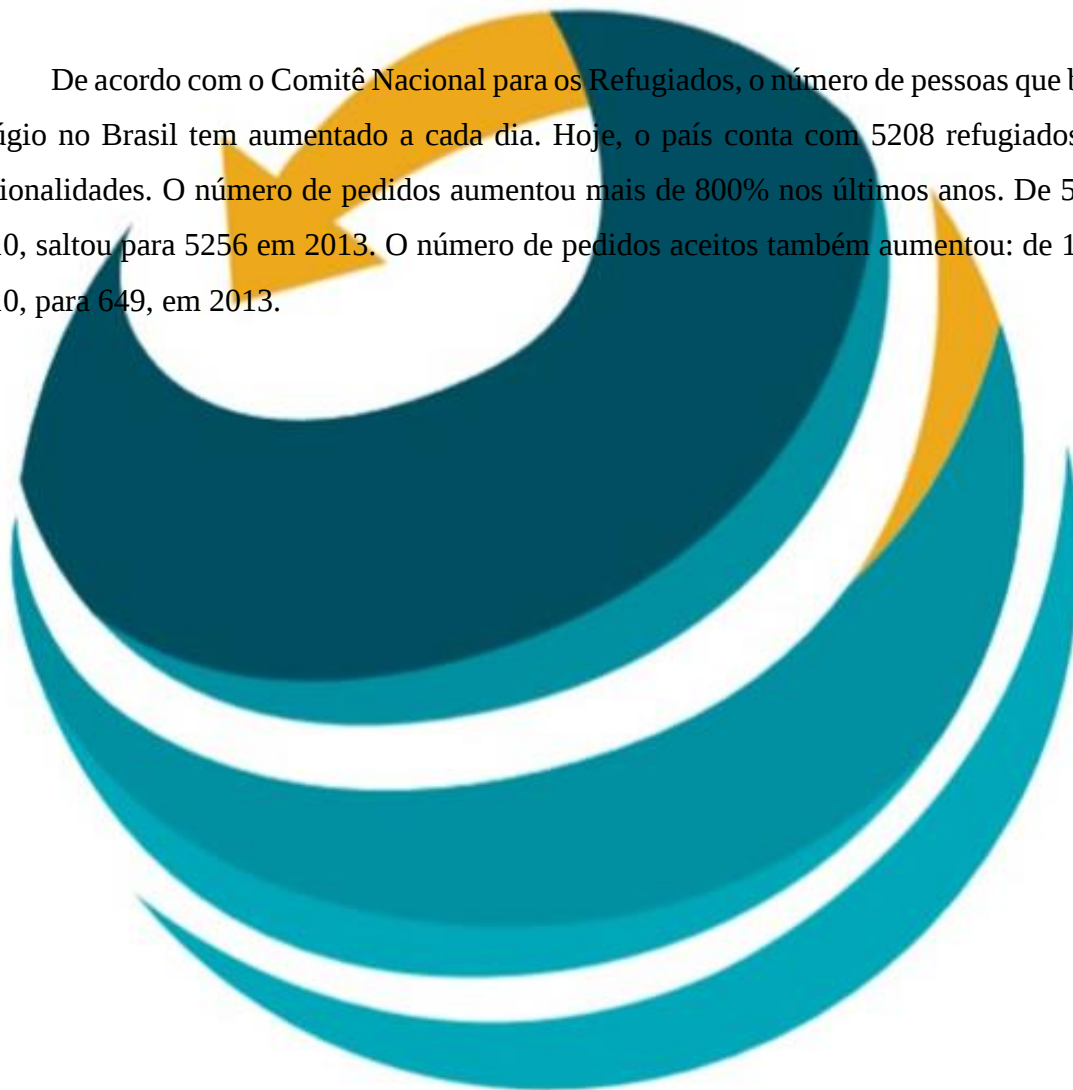
A família veio ao Estado para fugir da guerra no país árabe e foi recebida pela bancária pernambucana Bruna Guedes, 26 anos. A voluntária se mobilizou em ajudar os sírios e resolveu hospedar os três na casa onde mora. “Eles só querem a chance de sobreviver, fugindo da guerra. E eu posso ser um pouco dessa esperança, ajudar de alguma forma. É emocionante”, comenta Bruna.

O cabelereiro e músico, Moamar, comentou, em poucas palavras, que estava encantado com o País e espera construir uma vida nova no Estado. Quem também tiver interesse em ajudar os refugiados, pode entregar donativos como alimentos e roupas na Casa Mecane, na Avenida Visconde de Suassuna, nº 340, Boa Vista – Recife, de segunda à sexta-feira, das 14h às 21h30. Ou no Xinxin da Baiana, na Avenida Sigismundo Gonçalves, nº 742 – Olinda, de 19h às 2h. A guerra da Síria começou em março de 2011 e já fez com que mais da metade dos cerca de 20 milhões de habitantes deixassem as suas residências.

5. Acolhimento de refugiados é discutido no Recife. **CBN Recife**, 2016. Disponível em: <<http://www.cbnrecife.com/noticia/acolhimento-de-refugiados-e-discutido-no-recife>>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

Líderes religiosos se reuniram nesta quinta-feira no Recife para refletir sobre o acolhimento aos migrantes, refugiados, repudiar a xenofobia e dialogar com as diferentes manifestações religiosas.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados, o número de pessoas que buscam refúgio no Brasil tem aumentado a cada dia. Hoje, o país conta com 5208 refugiados de 80 nacionalidades. O número de pedidos aumentou mais de 800% nos últimos anos. De 566, em 2010, saltou para 5256 em 2013. O número de pedidos aceitos também aumentou: de 126, em 2010, para 649, em 2013.



6. Criança retrata drama de refugiados e lança livro no Recife. **NE 10**, 2016. Disponível em: <https://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/10/20/crianca-retrata-drama-de-refugiados-e-lanca-livro-no-recife-643808.php> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

O drama das crianças refugiadas na Europa inspirou Sophia Maia, mais conhecida por 'Fifi', a registrar através de ilustrações a sua visão dessa crise humanitária. A partir da inquietação da garota nasceu o livro "Imaginário - A Arte Solidária de Sophia", que será lançado no Plaza Shopping, no bairro de Casa Forte, juntamente com uma exposição nesta sexta-feira (21) às 18h30. No livro, Shophia, que tem 10 anos, retrata o seu olhar sobre o tema em 24 ilustrações que estarão expostas entre a sexta (21) e a próxima quinta-feira (26) no piso L3 do Plaza. Algumas das ilustrações da mostra tem temática da Síria, sendo duas delas inéditas. Já o livro, traz além dos desenhos da garota, um pouco da história de Sophia e fotos dela visitando refugiados, em janeiro deste ano, quando doou o valor arrecadado com a venda de suas 41 primeiras ilustrações

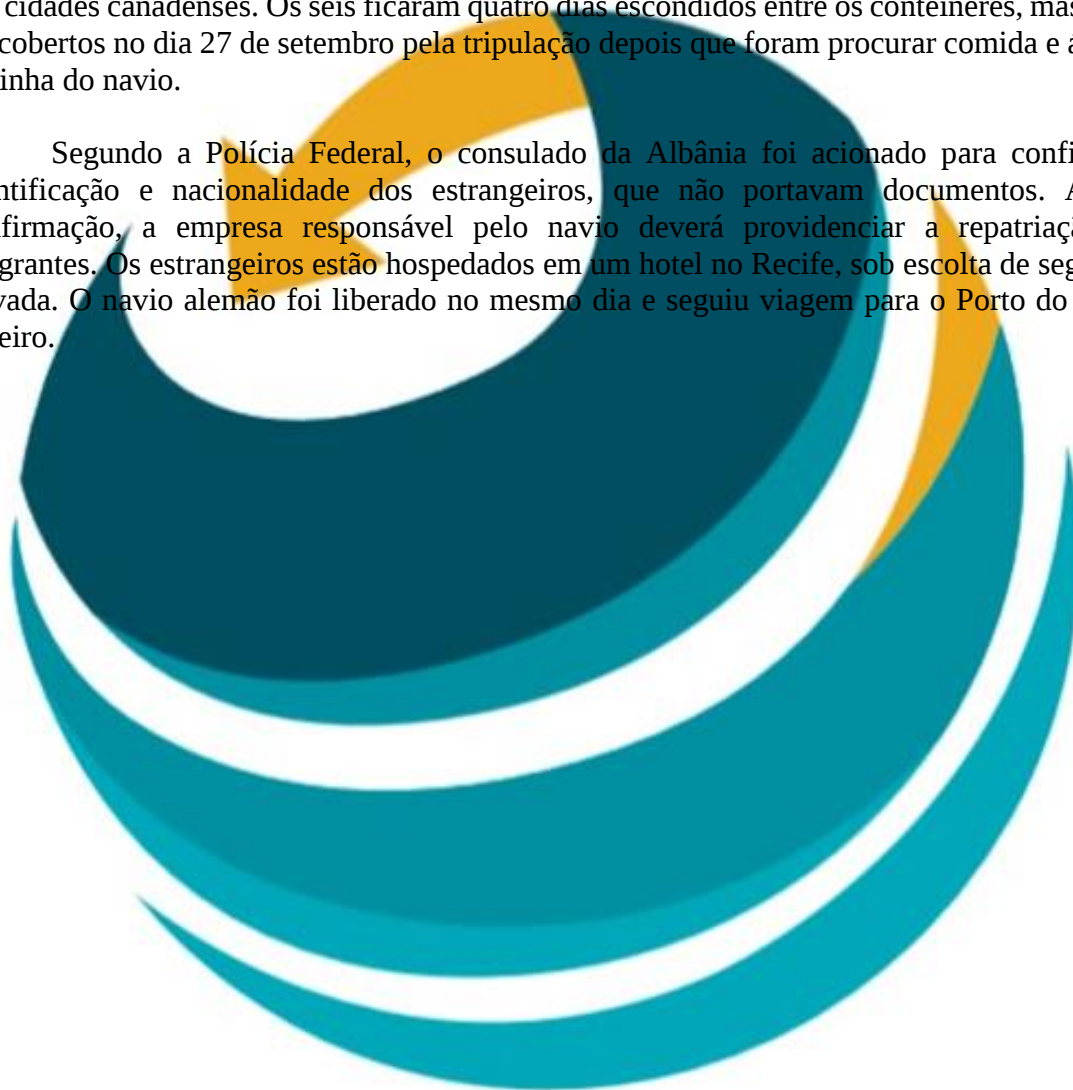
Mensagem aos refugiados

As crianças que forem visitar a exposição do trabalho de Sophia, poderão deixar mensagens para os refugiados, entre os dias 22 e 23 de outubro, já que será disponibilizado material para os pequenos. Todo o material produzido por quem visitar a exposição será entregue aos refugiados do Brasil. Além do livro e dos quadros, o projeto "imaginário" traz peças como camisetas e canecas que estampam o trabalho de Sophia e custam de R\$ 40 a R\$ 100. Toda a renda da venda dos produtos será revertida para o Instituto de Reintegração dos Refugiados do Brasil (Adus), localizado em São Paulo. A organização não governamental realiza um trabalho voluntário com os refugiados dando vários tipos de assistência e organizando eventos que promovem a troca cultural entre os povos.

7. Imigrantes albaneses são detidos no Porto de Suape. **TV Jornal**, 2016. Disponível em: <<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2016/10/05/imigrantes-albaneses-sao-detidos-no-porto-de-suape-26571.php>> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Seis imigrantes foram detidos nesta terça-feira (4) por agentes da Delegacia de Imigração da Polícia Federal em um navio porta-contêineres que atracou no Porto de Suape, em Ipojuca, Grande Recife. A embarcação alemã partiu da França, na Europa, e tem como destino o Canadá, na América do Norte. Em depoimento, os estrangeiros, naturais da Albânia, informaram que embarcaram clandestinamente no navio com o objetivo de procurar emprego nas cidades canadenses. Os seis ficaram quatro dias escondidos entre os contêineres, mas foram descobertos no dia 27 de setembro pela tripulação depois que foram procurar comida e água na cozinha do navio.

Segundo a Polícia Federal, o consulado da Albânia foi acionado para confirmar a identificação e nacionalidade dos estrangeiros, que não portavam documentos. Após a confirmação, a empresa responsável pelo navio deverá providenciar a repatriação dos imigrantes. Os estrangeiros estão hospedados em um hotel no Recife, sob escolta de segurança privada. O navio alemão foi liberado no mesmo dia e seguiu viagem para o Porto do Rio de Janeiro.



8. 22 refugiados venezuelanos recebem qualificação profissional em Pernambuco. **CBN Recife**, 2018. Disponível em: <<http://www.cbnrecife.com/noticia/22-refugiados-venezuelanos-recebem-qualificacao-profissional-em-pernambuco>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

O grupo de 22 refugiados venezuelanos que participou da qualificação na área de condicionamento de computadores, recebe nesta quarta-feira (24), no Recife, o certificado de conclusão da primeira turma capacitada no Polo de Formação e reuso de Eletrônico do Nordeste. Além dos estrangeiros, 20 pessoas atendidas pela comunidade católica Boa Nova, também foram beneficiadas na ação.



9. MORAES, Mariana. Após fuga do estado islâmico, iraquianos sonham com nova vida em Recife. **Revista Nabuco**, 2018. Disponível em: <http://www.revistanabuco.com.br/colunas/apos-fuga-do-estado-islamico-majida-ida-e-lavan-sonham-com-nova-vida-no-recife/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Quando o Estado Islâmico invadiu o vilarejo de Sinjar, norte do Iraque, apenas quatro famílias escaparam com vida. A de Majida Darwish foi uma delas. Aos 19 anos, muda o semblante imediatamente ao lembrar do dia 30 de agosto de 2014. A data que significou morte para inúmeros amigos e conhecidos, para ela ganhou contornos de odisséia. Uma jornada com um novo capítulo, iniciado no último dia 30 de dezembro no Aeroporto Internacional do Recife Gilberto Freyre. Ela, sua cunhada Ida Anan, 25, e seu sobrinho Lavan Darwish, de apenas 6 anos, tentavam embarcar da capital pernambucana com destino a Madrid, na Espanha, quando foram detidos pela Polícia Federal com passaportes falsos.

Os iraquianos seguiriam pra Alemanha a partir de Madrid e se reuniriam novamente com a família, refugiada em uma pequena cidade nas proximidades de Dortmund. A tentativa não foi bem-sucedida, mas os iraquianos têm, agora, a chance de iniciar uma nova vida em Pernambuco. Acolhidos pela Obra de Maria, em São Lourenço da Mata, Grande Recife, conseguem, depois de muito tempo, viver sem medo. “Eu quero ser livre, viver em paz, tranquila, diferente do Iraque”, conta Majida.

Tranquilidade é coisa rara na vida dela, de Ida e de Lavan. Nos últimos anos, talvez inédita. Com a chegada do Estado Islâmico em Sinjar, não restava outra opção senão fugir. “O Daesh (Estado Islâmico) matou mulheres e crianças, só escaparam minha família e mais três. Enterravam todos em uma só vala”, relata. A família, composta por dez pessoas, seguiu rumo a um campo de refugiados no Curdistão, região do Oriente Médio que se estende pela Turquia, Irã, Síria e Iraque. Lá, de acordo com Majida, parte foi levada por equipes humanitárias até a Alemanha. Ela, Ida e Lavan ficaram no Curdistão por três anos. Na tentativa de, enfim, reencontrarem os familiares, foram para Turquia, onde foram comprados os passaportes. Da capital turca Istambul, embarcaram para São Paulo e de lá para o Recife.

Apesar do plano original não ter dado certo, os iraquianos passam a enxergar um novo futuro em solo brasileiro. “Sempre ouvi que o país era muito acolhedor com refugiados”, conta Majida. A chance de fincar raízes parece agradecer. Com dois anos do curso de engenharia já

realizados, ela sonha em terminar os estudos e encontrar trabalho. Antes, no entanto, tentará aprender português, em curso viabilizado pela Obra de Maria, possivelmente em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco.

Para Ida e Lavan, aprender a língua também será essencial. Por não falar inglês, Ida muitas vezes se torna espectadora do que ocorre em sua volta. Isso, quando não está acompanhando de perto os passos do filho, refugiado desde os dois anos de idade. Juntos, aos poucos, se adaptam à nova realidade. A internet ajuda. Encurta a distância dos familiares na Europa. Apesar de separados, todos podem ficar certos de que tudo está em paz e a possibilidade de um dia estarem juntos novamente ganha contornos reais.

De acordo com o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, os iraquianos serão ouvidos pela defensoria pública na próxima segunda-feira (08). No entanto, garante o secretário, não há qualquer possibilidade de que sejam criminalizados por conta da falsificação dos documentos. “Já entrei em contato com a Justiça Federal e não haverá problema, eles serão acolhidos como refugiados”. Dessa forma, Majida, Ida e Lavan ganharão visto permanente no Brasil.

Quase 10.mil

Majida, Eida e seu filho, entram para uma estatística significativa. O último balanço do número de refugiados reconhecidos no Brasil, divulgado em junho de 2017, se refere aos números acumulados entre 2010 e 2016. Ao todo, são 9.552 pessoas de 82 nacionalidades, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O país com maior número de pedidos de abrigo aceitos é a Síria, com 326. Inclusive, em 2015, uma família Síria conseguiu abrigo na casa da bancária pernambucana Bruna Guedes, em seu sítio no município de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife.

Apesar da liderança síria no número de pedidos acatados, o país que lidera as solicitações de refúgio no Brasil é a Venezuela (3.375), seguido por Cuba (1.370) e Angola (1.353), de acordo com os dados divulgados em 2017.

10. LINS, Letícia. A saga das refugiadas iraquianas. **OxeRecife**, 2018. Disponível em: <http://oxerecife.com.br/2018/01/31/saga-das-refugiadas-iraquianas/>. Acesso: em 04 de dezembro de 2018.

Meninas corajosas, as iraquianas Magida Daewiah (20) e Ida Aman Leji (24). Juntamente com o menino Lavan Dawud (quatro) elas fugiram do Curdistão, no Oriente Médio, em busca de paz em um outro país. Utilizavam passaporte frio, o que seria crime de falsidade ideológica. Com o documento, pretendiam chegar na Europa, fugindo da guerra civil. Foram flagradas no Aeroporto do Recife e levadas para a Polícia Federal.

A questão, no entanto, não é mais o passaporte falso, mas sim a face humanitária, já que são refugiadas. Foram acolhidas em Pernambuco. Ambas estiveram Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, no Recife, para solicitar Carteira de Trabalho e Previdência Social (Ctps). As moças querem morar no Brasil, e sonham com um emprego. Ambas estão residindo na Região Metropolitana do Recife. A dupla foi interceptada com passaportes falsos no Aeroporto Internacional dos Guararapes, na madrugada de 30 de dezembro do ano passado. O caso imediatamente passou a ser tratado pelo Governo de Pernambuco como causa humanitária.

“Qualquer refugiado que chegar aqui no Estado terá toda a assistência da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Essa é uma determinação do governador Paulo Câmara, que tem acompanhado diretamente essa questão. O Brasil é um País aberto às comunidades internacionais e Pernambuco tem o mesmo entendimento”, diz secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado, Pedro Eurico, que acompanhou as moças, na obtenção de documentos.

As duas e o menino já estão com passaportes oficiais, e ambas já possuem até CPF no Brasil. Agora, o próximo passo para as meninas será aprender a língua portuguesa, conseguir emprego e se estabilizar no Recife. Magida, Ida e Lavan permanecem abrigados na Comunidade Obra de Maria, em São Lourenço da Mata, até que consigam se manter financeiramente no Estado.

11. ROSSI, Mariana. “A Venezuela separou a nossa família”. **EL PAÍS**, 2018. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/politica/1530817102_751717.html. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

No final do ano passado, tive que escolher entre comprar comida ou roupa para os meus filhos. Acabou que eles não tiveram mais o que vestir”. Com os olhos marejados, Rosmary Sarabia, de 22 anos, contava as razões pelas quais ela deixou a cidade venezuelana de El Tigre, a cerca de 500 quilômetros de Caracas, e veio para o Brasil com o marido e os filhos, de um e quatro anos. “Muitas vezes só tínhamos sardinha para comer”. A família de Rosmary, assim como outras 17, chegaram na semana passada ao município pernambucano de Igarassu, de pouco mais de 110.000 habitantes, na região metropolitana do Recife. A cidade é uma das seis no país a receber os refugiados por meio de uma iniciativa do Governo Federal, com o apoio da ONU, que tenta distribuir pelo país as centenas de imigrantes, antes concentradas no Estado fronteiro de Roraima.

Segundo a Polícia Federal, mais de 48.000 venezuelanos entraram no Brasil por lá e não deixaram mais o país, entre 2017 e abril deste ano. Estima-se que mais da metade deste número ainda esteja vivendo pelos abrigos e ruas de Boa Vista, a capital. Em maio, data do levantamento mais recente, a PF já havia registrado mais de 25.000 solicitantes de refúgio. É uma escalada sem precedentes: em 2015, o número não chegava a 1.000 solicitações.

Para tentar aliviar a pressão em Roraima, um Estado de 500.000 habitantes, o Governo começou, em fevereiro, a buscar cidades pelo país para receber os imigrantes, interiorizá-los, no termo usado pelas autoridades. É um processo voluntário o qual 690 venezuelanos já aderiram. Nas histórias abaixo, um pouco da vida dos que decidiram tentar recomeçar em Pernambuco, suas expectativas e o que os espera.

“Se você não está com o Governo, então não está com nada”

Jhonard Mendonza, 29, e a mulher, Nayelis Macuares, 19, deixaram na cidade de El Tigre os dois filhos, aos cuidados da avó. “Queremos nos organizar aqui para então ir até lá e buscá-los”, diz o pai. “É muito difícil saber que hoje, eu estou aqui, comendo, enquanto não sei

o que eles estão comendo lá".

Na Venezuela, Jhonard era funcionário da Guarda Civil até 2015, mas deixou o posto por não concordar com as políticas governistas de Nicolás Maduro. "Na Venezuela, se você não está com o Governo, então não está com nada". Por isso, decidiu dar aulas de matemática na rede privada. "Mas o número de alunos foi diminuindo a cada mês", conta. "Os pais não conseguiam mais pagar a mensalidade", explica ele.

Sem alunos e sem perspectiva, o professor e a mulher partiram para Boa Vista no final de março. Passaram um mês dormindo nas ruas até conseguirem uma vaga em um abrigo. "Quando chegamos ao Brasil, dormimos no chão. Depois, em um colchonete. Agora temos uma cama", diz, ao chegar ao abrigo em Igarassu horas depois de desembarcar em Recife em um avião da Força Aérea Brasileira, com outros 163 imigrantes vindos de Boa Vista. Ele faz parte do grupo de 69 pessoas que acabou na cidade - 44 seguiram viagem para o município paraibano do Conde e outros 50 rumaram, no voo da FAB, para o Rio de Janeiro. Por quê Pernambuco? Ele diz ter escolhido Pernambuco por saber que as pessoas "gostam muito de arte", além de ser um local turístico, o que lhe deu a expectativa de conseguir algum emprego. "Gostei daqui, mas é um poquinho quente, não?", falou, sobre o clima.

Jhonard escolheu o Brasil, mas o êxodo venezuelano não é só em direção ao país. Na Colômbia, outro país fronteiriço, já passa dos 500.000 o número de imigrantes vizinhos. No Peru, mais de 350.000 venezuelanos chegaram fugindo da crise. Pesou na decisão do ex-funcionário da Guarda Civil a expectativa de um bom atendimento de saúde no setor público, ainda que a assistência médica do Estado seja uma queixa frequente dos próprios brasileiros: "Uma vez, um venezuelano passou mal em Boa Vista. A ambulância chegou em dois minutos. Na Venezuela, não chegaria nunca. Não há socorro".

“A Venezuela separou a nossa família”

Ramon Villasana, 48, era petroleiro da PDVSA na época em que os funcionários da estatal lideraram a greve geral da Venezuela ocorrida entre o final de 2002 e o início de 2003. Organizada pela oposição, o movimento pedia a renúncia do então presidente Hugo Chávez. Sem conseguir alcançar seu objetivo, o movimento foi perdendo força até acabar. Mas a fatura foi paga por milhares de funcionários da petroleira, demitidos na sequência. Villasana, que

estava na estatal há mais de uma década, foi um deles. “Eu perdi tudo”, conta.

Desde então, ele não conseguiu se recolocar no mercado. Trabalhou em supermercados e fazendo bicos. Mas com a crise econômica do país, ficou cada vez mais difícil trabalhar. Por isso, no final de fevereiro, veio para o Brasil com a filha mais nova, deixando na Venezuela a mulher e a outra filha. “A Venezuela separou a nossa família”, diz. “O meu genro está na Colômbia. Cada um está em um lugar diferente”.

Ele espera conseguir um emprego e poder buscar o restante dos parentes. Ele e a filha são uma das 18 famílias que ficarão abrigadas por até seis meses em uma das sete casas disponibilizadas da ONG Aldeias Infantis SOS. A ONG, que recebe preferencialmente grupos familiares, foi selecionada pelo braço da ONU para os refugiados, Acnur.

Villasana afirma ter escolhido Pernambuco para viver pois ouviu falar da refinaria de Abreu e Lima, que fica em Suape, a cerca de 80 quilômetros de Igarassu. O projeto da refinaria, lá na sua origem, era uma joint venture entre a Petrobras e a PDVSA que acabou nunca saindo do papel. “Vai que eu consigo um emprego lá...”.

Para ele, o que está acontecendo na Venezuela hoje é “culpa de um governo autoritário”. “Aliás, um dos candidatos à eleição aqui no Brasil é um militar e bastante autoritário, né? Sabe quem ele me lembra? Maduro”, diz, se referindo a Jair Bolsonaro (PSL).

“Na Venezuela não há mais profissão”

Maudi Arzola, 32, e a mulher, Milagros Salazar, 28, decidiram deixar a Venezuela em 2014. Na época, Milagros conta que não conseguiu tirar os passaportes da família, porque não havia papel para a emissão. “Quando isso se normalizou, nós não tínhamos mais dinheiro para pagar pela documentação”, diz ela, que era faxineira em um hospital. O marido, motorista de um caminhão de lixo, diz que o salário que recebia mal dava para comer. “Eu recebia um salário de 100.000 bolívares, mas um saco de arroz custava 80.0000. Como alimentar a minha família assim?”.

Por isso, passaram a vender cigarros pela cidade de Bolívar, onde viviam, para juntar dinheiro e comprar as passagens de ônibus para que o casal e os cinco filhos - Jesus Daniel, 14,

Mileydis, 12, Divis, 10, Emily, 9, Daniela, 7 - conseguissem chegar até a fronteira com o Brasil. Chegando em Pacaraima, a cidade brasileira fronteiriça, caminharam ao longo de dois dias, por 200 quilômetros, até Boa Vista. A família passou uma semana nas ruas até conseguir vaga em um abrigo.

Orgulhoso de sua função de motorista, que diz ter herdado do pai, Arzola afirma que muitos acabaram em subempregos em seu país, por não terem escolha. "Hoje na Venezuela, advogado é taxista, engenheiro é taxista. Não há mais profissão por lá", diz. "Escola tem, mas como a criança vai escrever, se ela não come?". Os filhos, diz, são a principal razão de a família estar em busca de um recomeço. "Quero que meus filhos tenham uma vida tranquila", diz. "Nunca pensei em sair da Venezuela nessa situação de extrema pobreza. E o presidente diz que está tudo bem".

Agora Arzola, a mulher e os filhos terão aulas de português, acompanhamento médico, oficinas sobre a legislação brasileira, auxílio para fazerem seus currículos e encaminhamento das crianças e adolescentes às escolas, segundo explicou Sergio Marques, subgestor nacional da ONG que os recebe. "Ajudaremos com o encaminhamento, para que eles possam recomeçar a vida" disse. Segundo ele, todas as crianças e adolescentes recebidos estão acompanhados pelos pais e mães e todos os refugiados estão com os documentos em dia, inclusive a carteira de vacinação.

“Na Venezuela não há futuro”

Reinaldo Díaz, 45, trabalhava na prensa de um jornal venezuelano, em 2016, quando a crise explodiu. Ele conta que chegou a faltar papel para que o jornal fosse produzido. "Quando Maduro chegou, tudo piorou", diz. Sem emprego e nenhuma perspectiva, teve que pensar em um plano B. "Decidi que tinha que vir ao Brasil quando não tinha mais o que dar de comer para a minha filha".

No final do ano passado, foi para Roraima pela primeira vez. Decidido a viver no Brasil, voltou à Venezuela para buscar a mulher e a filha de um ano. "O futuro é dela", diz,, apontando para a criança. "Na Venezuela não há futuro". O único medo de Reinaldo é que expirem os seis meses, tempo máximo que eles podem ficar na ONG Aldeias Infantis, sem que ele tenha conseguido um emprego. "Não importa o que vou fazer, quero trabalhar".

Entre as autoridades, há a sombra de outro medo: o de alguma reação xenófoba contra os refugiados. O Brasil, país historicamente miscigenado, vem vivendo episódios considerados preocupantes. Há pouco mais de um ano, por exemplo, dezenas fizeram um protesto na avenida Paulista contra a Lei da Migração, que julgavam como permissiva demais. Por isso, o processo de interiorização dos venezuelanos tem sido feito na mais estrita discrição. Sob sigilo, representantes de entidades que recebem os imigrantes confirmaram à reportagem que receberam a orientação de não divulgar a operação temendo respostas negativas.

O silêncio foi mantido até para os prefeitos. “Foi uma surpresa”, disse Mario Ricardo (PTB), prefeito de Igarassu. “Soubemos da chegada das famílias apenas dois dias antes”. A prefeita do Conde, Marcia Lucena (PSB), a cidade da Paraíba que também recebeu os refugiados, disse, por telefone, que teve a confirmação da vinda dos imigrantes três dias antes da chegada deles: “Houve essa preocupação.”

O temor não é infundado. Na própria cidade do Conde, o vereador Fernando Araújo (PTdoB) fez um vídeo que está circulando pelas redes sociais em que ele afirma estar tomando “todas as precauções em relação aos venezuelanos”. “Estou entrando em contato com a secretaria do município e do Estado para saber quais atitudes de profilaxia, imunização e até mesmo tratamento de alguns venezuelanos que aqui estão no nosso município”, diz ele.

12. Comitê Interinstitucional de Apoio aos Migrantes se reúne na DPU no Recife. DPU, 2018. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-pernambuco/157-noticias-pe-slideshow/47318-comite-interinstitucional-de-apoio-aos-migrantes-se-reune-na-dpu-no-recife>> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

Recife – Cerca de 20 pessoas se reuniram na manhã de sexta-feira (9), na sede da Defensoria Pública da União (DPU) no Recife para debater a situação de imigrantes, refugiados e apátridas em Pernambuco. O Comitê Interinstitucional de Apoio aos Migrantes está em plena formação e já conta com representantes da DPU, do Ministério Público de Pernambuco, da Prefeitura do Recife, de grupos de apoio na área, pastorais e civis interessados na temática.

“O grupo surgiu no contexto da vinda dos venezuelanos ao nosso estado. Naquele momento encontramos várias dificuldades que acabaram fomentando a criação desse grupo. É com muita satisfação que recebo todos vocês na Defensoria”, destacou o defensor público federal André Carneiro Leão no início do encontro.

Segundo Geruza Felizardo, secretária executiva da Assistência Social do Recife, “enquanto não se tem uma política pública na área é muito interessante a construção do comitê interinstitucional”. O grupo lembrou outros comitês que deram certo no passado, bem como a 1ª Conferência Estadual sobre Migrações e Refúgio de Pernambuco (Comigrar/PE), que foi uma preparação para a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), ocorrida em São Paulo em 2014. Outros pontos debatidos foram a Lei de Migração 13.445/2017, o nome do comitê e o apoio aos novos venezuelanos que vão chegar a Pernambuco.

Atuação da DPU

Os imigrantes e refugiados têm direitos sociais garantidos pela Constituição, o que lhes dá acesso a serviços públicos básicos em igualdade com os brasileiros. Dentre esses direitos, vale destacar o acesso à educação, à assistência médica, ao benefício assistencial de prestação continuada e a documentos essenciais para o exercício da cidadania. Nas situações em que haja

alguma violação a esses direitos, a Defensoria Pública da União pode ser acionada para garantia do acesso a tais serviços.

A DPU, dentro do seu projeto institucional de apoio a grupos vulneráveis, tem um grupo de trabalho específico para migrantes, apátridas e refugiados. A Defensoria pode atuar com assistência jurídica integral e gratuita a imigrantes, promoção dos direitos de imigrantes e refugiados, articulação com órgãos governamentais e a sociedade civil, bem como na expedição de recomendações para a tutela de direitos. Imigrantes e refugiados que necessitem dessa assistência podem procurar uma das sedes da Defensoria Pública da União nos estados ou no Distrito Federal, assim como pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitem de assessoria jurídica internacional.

Diferenças

O termo *migrante* é normalmente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada como de saída de um país, região ou lugar. O migrante é quem se transfere de seu lugar habitual (residência ou local de nascimento) para outro lugar.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), refugiado é toda pessoa que está fora do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

Já os *apátridas* são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. Isso pode ocorrer por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando esse país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

13. COUTINHO, Renata. Comitê vai gerenciar refugiados em Pernambuco. **Folha PE**, 2018. Disponível em: <http://www3.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/07/05/NWS,73926,70,449,NOTICIAS,2190-VENEZUELANOS-COMITE-VAI-GERENCIAR-REFUGIADOS-PERNAMBUCO.aspx>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

“Saí de casa só com a roupa que vestia e a esperança de uma nova vida.” O desabafo é de um dos **imigrantes venezuelanos** que chegaram a Pernambuco. Joel Antônio, 24 anos, assim como outros conterrâneos, deixou tudo para trás em busca de sobrevivência longe de um País arruinado pela crise econômica e pela perseguição política. As histórias de perdas, fome e desespero por uma vida melhor para os parentes e os filhos se multiplicam entre as 18 famílias que chegaram até **Igarassu** na 4ª missão humanitária de interiorização de imigrantes.

Os 69 venezuelanos abrigados exigirão uma força-tarefa social de inclusão que inclui aprendizagem da língua portuguesa, educação integral, saúde, cidadania e inclusão no mercado de trabalho. Nessa quarta (4), o dia foi dedicado a uma inspeção de saúde e hoje o foco será a situação educacional de cada cidadão. Para apoiar as ações da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e da ONG Aldeias Infantis SOS, que estão à frente do acolhimento, o Governo do Estado decidiu criar um comitê inédito para a gestão de refugiados. A escolha da ONG pelo Governo Federal e a comunicação a Pernambuco aconteceu há menos de uma semana. O assessor jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Caio Souza, disse que a primeira reunião oficial do comitê deve acontecer na próxima semana, a partir de demandas identificadas pelas diversas secretarias.

Venezuelanos desembarcam em Pernambuco nesta terça. Imigrantes venezuelanos serão acolhidos em Igarassu

“A criação desse comitê é para que se trabalhe, realmente, de forma intersectorizada, em um diálogo de forma mais rápida quanto à resolução de alguns problemas que precisam ser tratados sem aquela burocratização de ofícios, e que normalmente são comuns a uma administração públicas”, comentou. O subgestor nacional das Aldeias Infantis e coordenador nacional do programa de interiorização dos **venezuelanos** pela ONG, Sérgio Marques, destacou

que está sendo confeccionado um perfil de todos os cidadãos para que se possam conhecer as necessidades e potencialidade de cada um. “A organização tem uma metodologia que chamamos de enfoque integral. Um dos dispositivos que trabalhamos é fazer com cada pessoa um plano de desenvolvimento individual e esse plano vai compor o plano familiar. Esses indicativos nos mostrarão que serviço essa família vai precisar, que investimento vai ter que ser feito”, explicou.

Como exemplo, já houve a identificação de necessidades alimentares especiais do bebê Ezequias Isaac, 10 meses, que tem intolerância à lactose e se recupera de uma internação de quase dois meses, em Roraima, devido a uma pneumonia. “O leite que ele pode tomar é muito caro e só temos quantidade apenas para mais uns três dias”, contou o pai, Gustavo Enrique Navarro, 23. Depois de dormir por semanas nas ruas de Boa Vista, conseguir um colchão num abrigo coletivo naquele estado do Norte, deitar em uma cama é um dos maiores prazeres do professor Jhonard Mendonza, 29. “Lá, se você não está com o governo, não está com nada. Hoje, tenho o que comer, mas não sei se meus filhos têm. Vamos trazê-los para cá”, contou o homem que imigrou com a esposa. O medo dos riscos da viagem fez com que o casal decidisse deixar os filhos de 8 e 6 anos com a avó.

O medo, por outro lado, foi abandonado pelo casal Felix Safe, 28, e Sorelys Zapata, 23, quando decidiram fugir da **Venezuela** com a filha Franzheska, 4. “Eu era policial no meu país. Tinha um emprego, mas não conseguia custear nem nossa alimentação”, afirmou. Há um projeto de apadrinhamento que pretende ampliar suas relações no território. A população pode tirar dúvidas de como ajudar ligando para (81) 3543.3898.

14. Conheça histórias de venezuelanos refugiados em Pernambuco. **TV Jornal**, 2018. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2018/11/14/conheca-historias-de-venezuelanos-refugiados-em-pernambuco-50580.php>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Desde julho deste ano, Pernambuco passou a ser uma oportunidade de recomeço para quem fugiu da crise política e financeira que afeta a Venezuela. Em uma ação humanitária, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo governo brasileiro, família inteiras se instalaram em casas de uma ONG, em Igarassu, na Região Metropolitana do Recife. Marcadas por momentos difíceis na fuga da terra natal, essas pessoas tentam superar o trauma e vivem agora a expectativa de construir uma nova vida.

Ao todo, são 120 venezuelanos vivendo no Estado e descobrindo uma oportunidade de recomeçar. Uma dessas família é a de Maudis Arzola, ajudante de pedreiro. Eles explica que a falta de alimento no país nativo prejudicava toda a família. “Um mês que eu trabalhava dava para um quilo de arroz e dois ovos, e cada dia que passava eu via os meus filhos mais acabados. Eu tive de tomar uma decisão de sair da Venezuela e vir para o Brasil. Minha esposa e meus filhos já estavam desnutridos, não tinham mais alimentos”, explica. Ele, a esposa e os cinco enfrentaram, literalmente, uma longa caminhada até chegar ao país. Foram 215 quilômetros andados a pé de Pacaraima a Boa Vista.

Crise na Venezuela

A crise no país vizinho é um fenômeno social, econômico e político. Nos últimos anos, a situação vem se agravando. Hoje, faltam alimentos, produtos de higiene pessoal e remédios nas lojas. Quando se fala em inflação, ela se encontra acima de 800% ao ano.

Confira ainda

Esta reportagem faz parte de uma série, que será exibida ao longo da semana nos telejornais da TV Jornal. Nesta quinta-feira (14), será exibida a segunda reportagem, que vai mostrar como os venezuelanos estão se capacitando para o mercado de trabalho, e os desafios das crianças, que aprendem um novo idioma nas salas de aula das escolas pernambucanas.

15. Defensores fazem reunião com iraquianas presas no aeroporto do Recife. **DPU**, 2018. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/noticias-pernambuco/40727-defensores-fazem-reuniao-com-iraquianas-presas-no-aeroporto-do-recife>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Recife – Duas iraquianas, uma delas com o filho de quatro anos, foram interceptadas no dia 30 de dezembro pela Polícia Federal no Aeroporto Internacional do Recife Gilberto Freyre com passaportes falsos. A Defensoria Pública da União (DPU) passou a atuar no caso a partir da audiência de custódia, quando elas foram liberadas. Na tarde dessa segunda-feira (8), cinco defensores públicos federais se reuniram com as assistidas na sede da DPU no Recife para colher informações sobre o caso e prestar eventuais esclarecimentos para as iraquianas.

Participaram da reunião na sede da DPU no Recife os defensores públicos federais Pedro de Paula Lopes Almeida, Tarcila Maia Lopes, Marília Lima Milfont, Ana Carolina Cavalcanti Erhardt e Marina Pereira Carvalho do Lago; o secretário executivo de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, Eduardo Figueiredo; dois representantes da comunidade católica Obra de Maria, Ana Carolina e Hidre Nugusse; além das iraquianas M.S., de 19 anos, e E.H., de 24 anos, com seu filho, H.L.

Falando em inglês, M.S. conseguiu relatar sua situação real no Iraque, as perseguições sofridas e onde estão atualmente os familiares de primeiro e segundo grau. Essas informações vão servir para a defesa delas nos dois processos nos quais a DPU vai atuar: o civil, que vai acompanhar o pedido de refúgio, e o criminal, por causa da utilização de documentos falsos.

Além da coleta de informações, os defensores conseguiram prestar orientação jurídica para as iraquianas, esclarecendo as dúvidas sobre os dois procedimentos em curso. O grupo também deu outros encaminhamentos na reunião, como o apoio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco para conseguir a emissão de CPF e carteira de trabalho delas, além do acolhimento dos três na comunidade Obra de Maria por tempo indeterminado.

Entenda o caso

M.S., E.H. e a criança H.L. tentaram embarcar para a Europa com passaportes falsos, sendo autuados pela Polícia Federal no dia 30 de dezembro. Eles são iraquianos, mas estavam portando passaportes israelenses, que foram comprados na Turquia, segundo depoimento de uma das mulheres. Na audiência de custódia, eles foram liberados e, após intermédio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco com a Arquidiocese de Olinda e Recife, foram acolhidos na comunidade católica Obra de Maria, localizada no bairro da Várzea. O caso está sendo tratado como de cunho humanitário e elas vão responder em liberdade pelos crimes de falsificação de documentos e uso desses. Enquanto o processo criminal segue seu curso, elas também aguardam a análise do pedido de refúgio pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).



16. Desafio para venezuelanos que estão em Igarassu é conseguir emprego. **JC Online**, 2018. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/09/19/desafio-para-venezuelanos-que-estao-em-igarassu-e-conseguir-emprego-355295.php>> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Trinta venezuelanos têm como endereço, desde terça-feira (18), Igarassu, na Região Metropolitana do Recife. Vieram se juntar a outros 69 conterrâneos que vivem na cidade desde o início de julho, depois de passarem por Roraima, na Região Norte do Brasil. Em comum, a fuga da ditadura imposta pelo presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

As famílias que estão há pouco mais de dois meses em Pernambuco encontraram alimento, abrigo e acolhida, itens em falta em seu país, que vive uma crise social, econômica e política sem precedentes. Para os que acabaram de chegar, a expectativa é também de dias melhores. Mas falta ainda, para a maioria dos refugiados, oportunidade de trabalho.

O desejo mais forte dos nossos vizinhos sul-americanos é o mesmo: emprego para reconstruir a vida. Enquanto uma atividade remunerada não chega, vale matar a saudade. O caloroso abraço ontem da professora Nayelis Macuares, 19 anos, na mãe, irmão e sobrinhos, revelou uma lacuna de seis meses sem vê-los e acabou com uma angústia de não mais encontrá-los. Ela e o marido, Jhonard Mendonza, 29, partiram da Venezuela, com destino a Boa Vista, no dia 19 de março.

Antes de chegar em Pernambuco, o casal passou por muitos atropelos e dificuldades. Um deles foi a perda do bebê de dois meses que Nayelis trazia no ventre. “A situação lá está muito ruim. Por um mês de trabalho, dando aulas de manhã, à tarde e à noite, recebia o equivalente a três reais”, relata Jhonard, que também é docente. Os refugiados estão morando em casas da ONG Aldeias Infantis.

Eles vieram em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo informações da Casa Civil da Presidência da República, que coordena a interiorização de imigrantes, o total de venezuelanos enviados de Roraima para outros Estados brasileiros já passa de 1,9 mil. São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, além de Pernambuco, são os locais de destino. O processo de interiorização, que implica a manifestação voluntária do

imigrante em ser transferido, conta com o apoio de diversos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), a Agência da ONU para as Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Essas entidades garantem o acolhimento, inclusive acompanhando questões como a qualidade do atendimento de saúde aos imigrantes e a matrícula de crianças em escolas. Parte do grupo que chegou a Igarassu em julho, entre adolescentes e adultos, está estudando na Escola Estadual Cosme e Damião. As crianças foram colocadas num colégio da rede municipal. Em agosto, a professora Albanita Almeida organizou com alunos brasileiros uma festa para os refugiados, com mostra de danças e comidas típicas da Venezuela. Houve também uma campanha para arrecadar roupas e brinquedos para os imigrantes.

Vagas

Coordenador da ONG Aldeias Infantis, Alberes Mendonça, diz que dos 69 imigrantes do primeiro grupo, que chegaram em julho, há professores, estudantes, pedreiros e cozinheiros, entre outras profissões. Dos 39 adultos, sete estão trabalhando com carteira assinada. “A urgência deles é encontrar emprego para que tenham autonomia e consigam sobreviver sozinhos. Até porque o apoio da Agência de Refugiados da ONU é apenas por seis meses”, destaca Alberes Mendonça. (Com informações da Agência Brasil).

17. Estado abriga 99 venezuelanos com chegada de novo grupo. **OP9**, 2018. Disponível em: <https://www.op9.com.br/pe/noticias/estado-abriga-99-venezuelanos-com-chegada-de-novo-grupo/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, será a morada de 30 venezuelanos pelos próximos dias. Eles saíram de Boa Vista (RR) em um avião C-99 da Força Aérea Brasileira (FAB) e desembarcaram na tarde desta terça-feira (18) no Recife. Do aeroporto, eles seguiram para um abrigo na cidade, o mesmo no qual já vivem 69 imigrantes do país trazidos numa etapa anterior do processo de interiorização dos venezuelanos no Brasil. Igarassu tem cerca de 100 mil habitantes. De acordo com a Casa Civil, com o voo desta terça-feira, o número de venezuelanos transportados com ajuda do Governo Federal e da Organização das Nações Unidas (ONU) em território brasileiro passa de 19 mil. A iniciativa pretende ajudar os solicitantes do refúgio e da residência no Brasil a encontrar melhores condições de vida em estados brasileiros. Todos os que aceitam participar do programa são obrigatoriamente vacinados, submetidos a exames de saúde e regularizados no Brasil, inclusive com CPF e Carteira de Trabalho. Ainda nesta semana, estão previstos novos voos da FAB levando venezuelanos para Manaus (AM), Conde (PB), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ).

O processo

Para participar do processo de interiorização, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) identifica os venezuelanos interessados e compara informações entre as vagas disponíveis e o perfil do abrigo, para saber se a convivência daria certo. A agência também busca providenciar melhoras de infraestrutura nos locais de acolhida.

18. GABRIELLI, Tenente. FAB realiza quarta etapa da interiorização dos imigrantes venezuelanos. FAB, 2018. Disponível em:

[http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32392/OPERA%C3%87%C3%83O%20ACOLHIDA%20-](http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32392/OPERA%C3%87%C3%83O%20ACOLHIDA%20-%20FAB%20realiza%20quarta%20etapa%20da%20interioriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20imigrantes%20venezuelanos)

[%20FAB%20realiza%20quarta%20etapa%20da%20interioriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20imigrantes%20venezuelanos](http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32392/OPERA%C3%87%C3%83O%20ACOLHIDA%20-%20FAB%20realiza%20quarta%20etapa%20da%20interioriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20imigrantes%20venezuelanos). Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Eram 08h35 (horário local) da manhã desta terça-feira (03/07), quando a aeronave Boeing 767 do Esquadrão Corsário (2º/2º GT) decolou de Boa Vista (RR) com destino a Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), levando a bordo mais de 160 venezuelanos que viviam na capital roraimense. A missão fez parte do processo de interiorização da Operação Acolhida.

Os 115 imigrantes cujo destino era Recife foram distribuídos para as cidades de Igarassu (PE) e Conde (PB). Equipes do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco organizaram a infraestrutura necessária para esse acolhimento emergencial. Segundo o Secretário da pasta, Cloves Benevides, toda ação é uma política do Governo Federal com os comitês de saúde, com os Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Social, em articulação com organismos internacionais. “Ao chegarem nas cidades, a pretensão é inseri-los no mercado de trabalho e na educação. Por isso, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, as secretarias de educação, somadas com esforços do próprio Governo do Estado irão procurar construir as alternativas e, a partir de agora, começa uma nova operação entre os órgãos do Município, do Estado e do Governo Federal”, ressaltou o secretário.

Para os venezuelanos que desembarcaram na cidade, a expectativa é de uma vida melhor. “Espero que meus filhos tenham educação aqui no Brasil e que eu possa dar melhores condições à minha família que ficou na Venezuela”, disse Virginia Marque, que veio ao país com três filhos pequenos.

O Prefeito de Igarassu (PE), Mário Ricardo, esteve presente na recepção aos imigrantes. “A expectativa em recebê-los é grande e há uma preocupação em fazer a integração dessas pessoas, que vêm de um outro local completamente diferente do nosso. Mas estamos preparados

para acolhê-los: são nossos vizinhos e irmãos", disse.

Após o pouso em Recife, o avião da FAB seguiu viagem com os demais venezuelanos para a capital fluminense, onde pousou às 18h05 nas dependências da Ala 11. Esta será a primeira vez que essas três cidades recebem os voluntários da interiorização. Ao todo, já foram interiorizadas quase 530 pessoas para as cidades de São Paulo (SP), Cuiabá (MT) e Manaus (AM).

Elisa Lafon chegou ao Rio, acompanhada pelo filho mais velho, de 19 anos, cheia de expectativas. “Estou há sete meses em Boa Vista, fiquei os primeiros quatro morando na rua. Consegui trabalhos como diarista pra ganhar R\$ 300,00 por mês, mas meu filho não conseguiu nada. Lá não tem oportunidade para os homens”, conta a mãe e professora de Biologia, que deixou o marido e três filhos na Venezuela, e ainda tem uma filha que migrou para o Panamá em busca de uma vida melhor. “Agradeço ao governo brasileiro e à ONU, estamos sendo muito bem cuidados. Tenho esperança de conseguir emprego aqui no Rio e oportunidade para trazer minha família”, comenta.

Paulo Sergio de Almeida, representante da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que apoiou o desembarque no Rio de Janeiro (RJ), explicou que a cidade, embora esteja recebendo imigrantes venezuelanos pela primeira vez, já recepcionou pessoas provenientes da Síria e do Congo. “Conforme a existência de locais para acomodar essas famílias e uma rede de apoio, é feita a escolha das cidades. Cada abrigo tem um perfil de pessoas que pode acomodar, este, por exemplo, ajudará a muitas famílias com crianças”, disse.

Voluntário para o processo de interiorização, Eduardo José Medrano, que embarcou com sua esposa e três filhos, disse que veio ao Brasil em busca de novas oportunidades e de um recomeço na vida da sua família. “Quero trabalhar e dar uma melhor condição de vida para minha família. Fui muito bem tratado no abrigo e espero retribuir de alguma forma a acolhida brasileira. Sonho com ensino de qualidade para meus filhos e um emprego digno”, contou, emocionado.

Missão gratificante

Um dos pilotos da aeronave, o Major Aviador Marcos Fassarela Olivieri, considera a missão gratificante. Segundo ele, a tripulação do Boeing 767 se sentiu realizada por ajudar, em um só voo, dezenas de pessoas. "A expressão de contentamento no rosto de homens, mulheres e crianças é também um reconforto aos militares envolvidos na missão", disse. Outro piloto, o Tenente Edgard Gomes Almeida, concorda. "Essa missão é muito importante para nós, uma vez que fazemos parte de uma ação que contribui para dar um pouco mais dignidade para essas pessoas que estão precisando da nossa ajuda", relatou o oficial.

Na oportunidade, o Esquadrão Corsário também realizou o transporte de mais de 50 militares da FAB e do Exército Brasileiro que participaram da Operação Acolhida para seus locais de origem, concluindo mais uma etapa do processo de substituição do efetivo. Por mais de 60 dias corridos, o Tenente Intendente Guilherme Teixeira Alcântara, da FAB, esteve à frente do efetivo que produz, diariamente, 4.500 refeições para os abrigos de venezuelanos em Boa Vista. Ele relata que, em sua primeira missão operacional fora de sede, retorna para casa com o sentimento de dever cumprido e com o pensamento de que seu trabalho, de alguma forma, serviu para dar mais conforto aos imigrantes.

“Nossa equipe volta para casa com bastante orgulho de poder ter ajudado essas pessoas que passam por bastante dificuldade, de uma forma que está ao nosso alcance, de uma maneira que a gente gosta, sanando uma das necessidades básicas do ser humano que é a alimentação”, disse o Tenente Alcântara.

Interiorização dos imigrantes

Desde março desse ano, a Operação Acolhida busca reduzir os impactos da migração venezuelana no Estado de Roraima, por meio de um esforço conjunto de diversos ministérios, Forças Armadas, instituições federais, estaduais municipais e conta, ainda, com apoio de agências da ONU como a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), além das ONGs de ajuda humanitária. De acordo com números da Polícia Federal, cerca de 110

mil venezuelanos cruzaram a fronteira entre os países entre 2017 e 2018 e mais de 50 mil vivem na capital.

Uma das vias dessa Operação é o processo de interiorização dos venezuelanos pelo território nacional. Sob a coordenação da Casa Civil, da OIM (órgão da ONU com experiência mundial em realocação geográfica de grandes efetivos populacionais), os imigrantes voluntários passam por uma sessão de orientação sobre o processo de interiorização e as cidades de destino, realizam exame de saúde, são imunizados, abrigados na cidade de destino e acompanhados nos abrigos.



19. Formatada “Plataforma Grupo de Migrantes e Refugiados em Pernambuco”. **MPPE**, 2018. Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/mppe/fique-por-dentro/noticias-caop-cidadania/9693-formatada-plataforma-grupo-de-migrantes-e-refugiados-em-pernambuco>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

O vetor de formatação do Grupo Migrantes e Refugiados foi a chegada em PE dos 69 venezuelanos no último dia 03 de julho, sendo 33 adultos, 13 crianças, 13 bebês e 10 adolescentes, no total de 18 famílias que ficaram alojadas na ONG Aldeias Infantis, Igarassu (PE).

Esta estratégia de interiorização dos imigrantes foi promovida pelo governo brasileiro em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional de Migração (OIM) e o Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA).

Em Pernambuco esta iniciativa foi protagonizada pela Arquidiocese de Olinda e Recife (Bispo Auxiliar Dom Limacêdo Antonio da Silva) e a coordenação da Pró-Reitoria Comunitária da UNICAP (Padre Marcos Augusto Mendes).

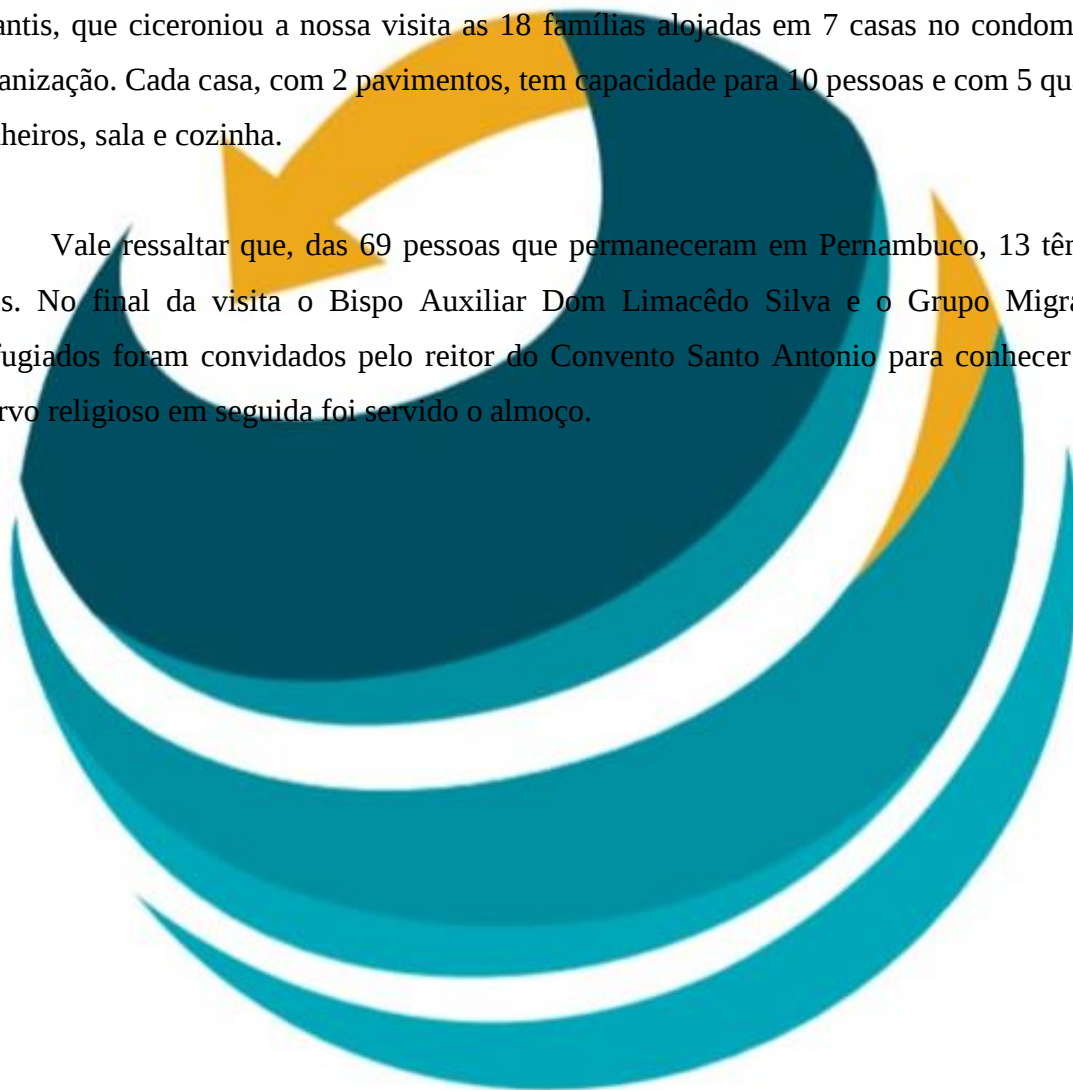
No dia 06 de julho foi realizada a primeira reunião coordenada pelo Pró-Reitor Comunitário, Padre Marcos Augusto Mendes, com as presenças do membro do Ministério Público, Promotor Marcos Aurélio; representante da Caritas Brasileira NE 2, Wagner Ferreira Cesário; Conselho Regional de Psicologia, Conceição Pereira; representante do Escritório de Assistência à Cidadania Africana em PE, Altino Soares Mulungu. Na oportunidade foi abordado o provimento dos direitos fundamentais das crianças, adolescentes e adultos, tais como: alimentação, moradia, trabalho, saúde, educação e lazer, entre outros.

O EACAPE mencionou a presença da comunidade senegalesa no comércio informal do Recife e interior de Pernambuco, bem como a presença de universitários intercambistas africanos de diversas nacionalidades nas UFPE, UFRPE e UNICAP.

No final do encontro foi deliberado que no dia 10 de julho faríamos uma visita aos imigrantes venezuelanos na OG Aldeias Infantis em Igarassu-PE, com a presença do Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Limacêdo Antonio da Silva.

Na terça-feira passada, 10/07/18, o Grupo Migrantes e Refugiados constituído pela Pró-Reitoria Comunitária da UNICAP, Cátedra Dom Helder Câmara da UNICAP (Prof. Dr. Manoel Moraes), Clínica de Direitos Humanos da Faculdade Damas (Prof. Dr. Luis Emmanuel), Ministério Público de Pernambuco (Ex-Procurador-Geral de Justiça Dr. Aguinaldo Fenelon), Defensoria Pública da União (Dr. André Carneiro Leão), Conselho Regional de Psicologia de PE, Caritas Brasileira NE2, Escritório de Assistência à Cidadania Africana em PE e o Bispo Auxiliar Dom Limacêdo Antonio da Silva foram recebidos pela coordenação da ONG Aldeias Infantis, que ciceroniou a nossa visita as 18 famílias alojadas em 7 casas no condomínio da organização. Cada casa, com 2 pavimentos, tem capacidade para 10 pessoas e com 5 quartos, 2 banheiros, sala e cozinha.

Vale ressaltar que, das 69 pessoas que permaneceram em Pernambuco, 13 têm até 5 anos. No final da visita o Bispo Auxiliar Dom Limacêdo Silva e o Grupo Migrantes e Refugiados foram convidados pelo reitor do Convento Santo Antonio para conhecer o belo acervo religioso em seguida foi servido o almoço.



20. Governo de PE dará asilo a refugiados detidos com passaportes falsos. **JC Online**, 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/01/03/governo-de-pe-dara-asilo-a-refugiados-detidos-com-passaportes-falsos-322354.php>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

O Governo de Pernambuco informou que irá conceder abrigo às duas mulheres e uma criança que foram detidos no Aeroporto do Recife ao tentar entrar no país com passaportes falsos no último dia 30 de dezembro. Os três são cidadãos do Iraque e informaram que estão fugindo dos conflitos. Segundo nota da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), os três ficarão hospedados na comunidade Obra de Maria, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife. Eles ficarão lá até que seja feita a apreciação e seja dado o parecer do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) sobre o caso.

Relembre a história

As iraquianas Majida Shammo, de 22 anos, e Eida Haji, de 28, acompanhada do filho, foram interceptadas quando tentavam embarcar para a Espanha com passaportes falsos de Israel. Elas afirmaram que tinham intenção de pedir refúgio no país europeu. As mulheres informaram à Polícia Federal que os dados dos passaportes são verdadeiros, mas o documento é falso porque elas não são nascidas em Israel. Também disseram que todos os passaportes falsos foram comprados por Majida com dinheiro fornecido pelo pai dela. Os documentos, que custaram US\$ 100 (cada um, no casos das estrangeiras) e US\$ 50 (o da criança), foram adquiridos na Turquia.

Confira a íntegra da nota:

O Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), informa que em parceria com a Arquidiocese de Olinda e Recife, abrigou as duas mulheres e a criança de 6 anos que entraram com pedido de refúgio no Brasil após serem pegas com passaportes falsos no Aeroporto Internacional do Recife, na madrugada do último sábado (30/12). Os três ficarão hospedados na comunidade Obra de Maria, no bairro da Várzea, até a apreciação e parecer do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), em Brasília, que analisará a viabilidade do pedido de asilo.

21. Grupo de venezuelanos vai hoje de Roraima para Pernambuco. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/grupo-de-venezuelanos-vai-hoje-de-roraima-para-pernambuco>> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Em mais uma etapa do processo de interiorização de imigrantes no país, 30 venezuelanos partiram de Boa Vista (RR), na manhã de hoje (18), com destino a Pernambuco. O grupo é transportado num avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Os venezuelanos deverão ser acomodados em um abrigo no município pernambucano de Igarassu, que, segundo o governo federal, já recebeu 69 pessoas em situação semelhante. A cidade tem cerca de 100 mil habitantes.

Segundo informações da Casa Civil da Presidência da República, que coordena o processo de interiorização de imigrantes, o total de venezuelanos enviados a outros estados nos moldes da interiorização já passa de 19 mil. O processo, que implica a manifestação voluntária do imigrante em ser transferido, conta com o apoio de diversos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), a Agência da ONU para as Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que visam a garantir a efetividade do acolhimento, inclusive acompanhando questões como a qualidade do atendimento de saúde aos imigrantes e a matrícula de crianças em escolas.

Em mais uma etapa do processo de interiorização de imigrantes no país, 30 venezuelanos partiram de Boa Vista (RR), na manhã de hoje (18), com destino a Pernambuco. O grupo é transportado num avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Os venezuelanos deverão ser acomodados em um abrigo no município pernambucano de Igarassu, que, segundo o governo federal, já recebeu 69 pessoas em situação semelhante. A cidade tem cerca de 100 mil habitantes.

Segundo informações da Casa Civil da Presidência da República, que coordena o processo de interiorização de imigrantes, o total de venezuelanos enviados a outros estados nos moldes da interiorização já passa de 19 mil. O processo, que implica a manifestação voluntária do imigrante em ser transferido, conta com o apoio de diversos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), a Agência da ONU para as Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e do Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que visam a garantir a efetividade do acolhimento, inclusive acompanhando questões como a qualidade do atendimento de saúde aos imigrantes e a matrícula de crianças em escolas.



22. IHU Unicap cria campanha de apoio aos migrantes venezuelanos em Recife. **JesuítasBrasil**, 2018. Disponível em: <http://www.jesuitasbrasil.com/newportal/2018/11/14/ihu-unicap-cria-campanha-de-apoio-aos-migrantes-venezuelanos-em-recife/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Devido à crise econômica, política e social na Venezuela, muitos migrantes, jovens, adultos e crianças chegam diariamente ao Brasil para tentarem uma vida melhor e obter recursos para ajudar parentes e familiares que ficaram para trás em sua terra natal. Nesse processo, organizações públicas e não-governamentais têm oferecido ajuda humanitária e auxílio para que essas pessoas possam se estabelecer nas diversas cidades brasileiras.

Tendo em vista que a área metropolitana de Recife, em Pernambuco, tem sido escolhida como um dos destinos dessas pessoas, o IHU Unicap (Instituto Humanitas da Universidade Católica de Pernambuco), assumindo o seu papel de lutar contra as desigualdades sociais e contribuindo com a missão da universidade, que assume a cidade como seu Campus, criou a Campanha SOMOS UM SÓ.

Trata-se de uma ação que convida toda a comunidade a acolher esses migrantes em nossa terra, de modo a ajudá-los a se integrar na sociedade e poder seguir com dignidade as suas vidas. Nos próximos meses, espera-se a chegada de mais de 200 venezuelanos, que ficarão em casas financiadas por projetos sociais. O intuito dessa mobilização, portanto, é apoiar essas iniciativas encaminhando doações de alimentos, vestuário, utensílios domésticos, produtos de higiene e de limpeza, além de ajudar no processo de inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Assim, convidamos você a também participar dessa Campanha e a se juntar aos venezuelanos formando essa grande rede de solidariedade, pois Somos Um Só! Faça a sua parte e convide os seus amigos a também se integrem nessa ação.

23. COUTINHO, Renata. Imigrantes venezuelanos serão acolhidos em Igarassu. **Folha PE**, 2018. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/07/03/NWS,73750,70,449,NOTICIAS,2190-IMIGRANTES-VENEZUELANOS-SERAO-ACOLHIDOS-IGARASSU.aspx>> Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Imigrantes **venezuelanos** chegaram à capital pernambucana na tarde desta terça-feira (03), vindos da cidade de **Boa Vista, Roraima**, dentro da estratégia de interiorização dos imigrantes que vem sendo promovida pelo governo brasileiro em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional de Migração (OIM) e o Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA). Todos vão ficar alojados na cidade de Igarassu, em um espaço da ONG Aldeias Infantis SOS, organização humanitária global de promoção ao desenvolvimento social.

De acordo com a Aldeias Infantis SOS Brasil, desembarcaram 69 imigrantes, sendo 18 famílias. Destes, 13 são bebês de 0 a 5 anos, 13 são crianças entre seis e 12 anos, 10 são jovens de 13 a 18 anos e 33 são adultos de 21 a 60 anos. A maioria dos imigrantes, 67, solicitou refúgio no Brasil, enquanto que um deles é residente brasileiro e outro, uma bebê com menos de um ano, é brasileira recém-nascida.

Os estrangeiros vieram de abrigos do estado Roraima e chegaram na base aérea do Recife no início da tarde em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). O grupo foi transportado em veículos do Exército até Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, onde foram acolhidos pela Aldeias Infantis SOS em sete casas com capacidade para 10 pessoas e dispõe de cinco quartos, dois banheiros, sala e cozinha.

Leia também:

Venezuelanos desembarcam em Pernambuco nesta terça.

No Planalto, Pence e Temer conversam sobre refugiados venezuelanos

O Governo do Estado, por sua vez, providenciará vagas nas escolas para as crianças e adolescentes, além de serviços de assistência, saúde e regularização de documentos para todos, bem como auxiliará os interessados em trabalhar. Outro grupo, com 45 imigrantes, seguirá para Conde, na Paraíba. E mais 50 seguem para o Rio de Janeiro.

"A princípio, o Governo Federal vai bancar os custos dos primeiros seis meses, mas estamos discutindo com o Estado, porque o alinhamento aconteceu primeiro com o Governo do Estado e, depois, veio para a questão do município", explicou o prefeito de Igarassu, Mario Ricardo.

A seleção da entidade que acolherá os imigrantes foi feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco, Clovis Benevides. "Nossa colaboração enquanto Governo do Estado é de oferecer o apoio e articulação da política social e também o contato com outras áreas que são essenciais, como a área dos direitos humanos, saúde", destaca o secretário.

Segundo o secretário há uma **migração** expressiva, com relatos de 40 mil pessoas nas **zonas fronteiriças** do país, mas para entrar no **Brasil** e participar do processo de **acolhimento** é preciso atender alguns critérios. "As pessoas são avaliadas em ponto de vista dos núcleos familiares, acesso a documentação básica para condições de empregabilidade e a partir daí é feito o contato com as instituições que recepcionam".

Uma entrevista coletiva está marcada para esta quarta (4) às 14h, com a direção da ONG Aldeias Infantis SOS que dará mais detalhes sobre a acolhida e os próximos passos na política social dos imigrantes.

24. Iraquianas em busca de refúgio no Recife poderão trabalhar. **Diário de Pernambuco**, 2018. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/01/30/interna_vidaurbana,739940/iraquianas-em-busca-de-refugio-no-recife-poderao-trabalhar.shtml. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Pegar uma senha, apresentar os documentos e retirar a carteira de trabalho. Um compromisso corriqueiro para milhões de brasileiros ganhou novo significado na manhã de segunda-feira (29), na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, no Espinheiro. Magida Darwish, 20 anos, e sua cunhada Ida Aman Heji, 24, obtiveram a legalidade no Brasil após tirar o CPF, o passaporte e a carteira de trabalho. Fugindo da maior crise humanitária do planeta, no coração do conflito contra o Estado Islâmico, as iraquianas saíram de seu país com destino à Alemanha, mas acabaram interceptadas no Recife durante a longa jornada. Agora, com os documentos emitidos no Brasil e acolhidas pela comunidade Obra de Maria, podem começar a realizar o sonho de recomeçar a vida de maneira digna e tentar trazer parte da família para perto.

No Iraque, Magida cursava engenharia e pretende retomar os estudos na capital pernambucana, assim que aprender a falar português. A jovem fala inglês básico e tem uma proposta de emprego em vista, mas prefere não revelar. Já Ida não fala português nem inglês. Está estudando a língua oficial do Brasil para poder ingressar na faculdade. O filho de Ida, Lavan Dawud, de quatro anos, está em uma creche da Obra de Maria. Segundo Pedro Eurico, secretário de Justiça e Direitos Humanos, que tem acompanhado de perto a adaptação da família, Lavan tem se enturmado bem com as outras crianças. O garoto já pronuncia algumas palavras e expressões em português, como "obrigado", "bom dia" e "mosquito".

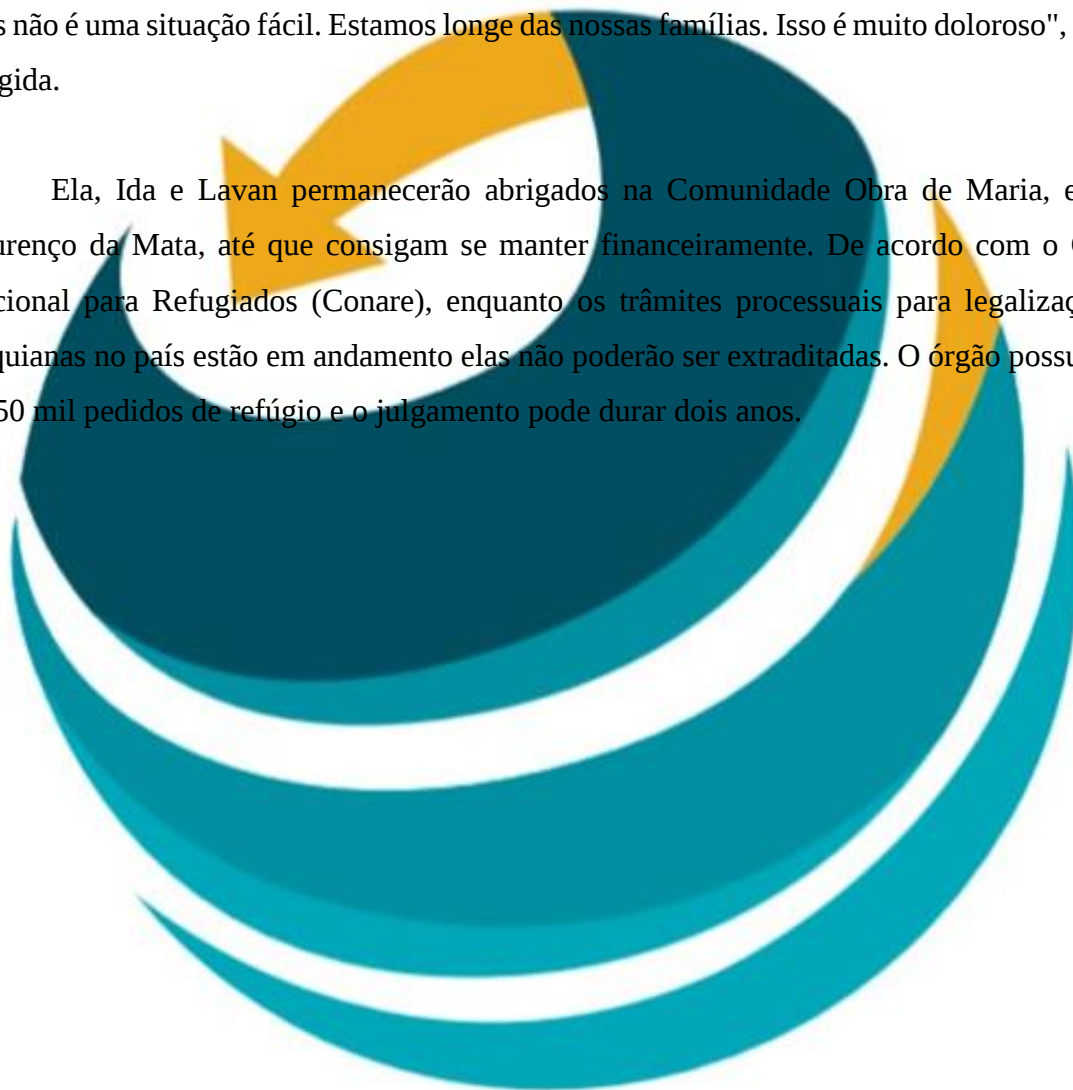
Os três refugiados têm um protocolo que lhes permite trafegar por todo o território nacional livremente, válido por dois anos. Após a interceptação ocorrida no dia 30 de dezembro, o plano preliminar era seguir para a Alemanha, onde o pai de Lavan e marido de Ida se encontra. Entretanto, o acolhimento surpreendeu a família, que já pensa em um novo planejamento. "A Alemanha recebeu muitos refugiados da Síria no ano passado e está fechada. Se elas forem para lá, ficarão irregulares. Por outro lado, se o marido vir pra cá, será bem recebido", explicou o secretário.

Quanto ao inquérito que Magida e Ida respondem pelo uso de documentação falsificada

no traslado, Pedro Eurico acredita que o Poder Judiciário Federal terá sensibilidade de reconhecer a ausência de punibilidade. "Não houve dolo. Houve tentativa desesperada de salvar a vida. Esse é o princípio que rege a condição de exilado político em qualquer lugar do mundo", justifica. O secretário garante que todos estão sensíveis à situação da família.

"Diferentemente de onde estávamos, a vida aqui tem sido tranquila e agradecemos a todos os envolvidos pelo que vêm nos proporcionando. Estamos nos estabelecendo aos poucos, mas não é uma situação fácil. Estamos longe das nossas famílias. Isso é muito doloroso", explica Magida.

Ela, Ida e Lavan permanecerão abrigados na Comunidade Obra de Maria, em São Lourenço da Mata, até que consigam se manter financeiramente. De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), enquanto os trâmites processuais para legalização das iraquianas no país estão em andamento elas não poderão ser extraditadas. O órgão possui cerca de 50 mil pedidos de refúgio e o julgamento pode durar dois anos.



25. Iraquianos receberão asilo do governo de PE. CBN Recife, 2018. Disponível em: <<http://www.cbnrecife.com/noticia/refugiados-iraquianos-receberao-asilo-do-governo-de-pe>> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

Estrangeiros iraquianos interceptados no Aeroporto do Recife com passaportes falsos, que entraram com pedido de refúgio no Brasil para fugir de guerra no Iraque, são abrigados em comunidade católica do Recife até apreciação do parecer do Comitê Nacional para os Refugiados.



26. Iraquianos são interceptados com passaportes falsos no Recife e pedem refúgio para fugir de guerra. **G1 PE**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/iraquianos-sao-interceptados-com-passaportes-falsos-no-recife-e-pedem-refugio-para-fugir-de-guerra.ghtml>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Três estrangeiros, sendo duas mulheres e uma criança de 6 anos, entraram com pedido de refúgio no Brasil e declararam ser fugitivos da guerra que atinge o Iraque. De acordo com a Polícia Federal em Pernambuco, os iraquianos Majida Shammo, 22 anos, Eida Haji, 28, e o filho dela, Haji Lavano, foram interceptados no Aeroporto Internacional do Recife Gilberto Freyre, na madrugada de sábado (30), quando tentavam embarcar para a Espanha com passaportes falsos de Israel. A corporação divulgou, nesta segunda (1º), que eles chegaram a ser detidos.

Autuadas, a desempregada e a estudante de engenharia, que é mãe da criança, passaram por audiência de custódia e foram liberadas pela Justiça. Assim, elas poderão responder em liberdade pelos crimes de falsificação de documento público e uso de documentos falsos, até que o pedido de permanência no Brasil seja analisado. A PF informou que a solicitação foi preenchida quando as estrangeiras prestavam depoimento.

A PF em Pernambuco salientou que as iraquianas demonstraram interesse em pedir refúgio no Brasil e não retornar para o Iraque. Para isso, alegaram que lá não existe trabalho nem liberdade e que seu país está destruído por guerras. Elas informaram também que alguns parentes foram mortos no conflito.

De imediato, o documento será encaminhado ao órgão central da Polícia Federal em Brasília. A análise do pedido de permanência caberá ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), responsável por declarar o reconhecimento, em primeira instância, dessa condição de estrangeiros.

O caso está sendo tratado como de cunho humanitário. A Polícia Federal em Pernambuco afirmou que todas as providências foram tomadas em parceria com a Justiça Federal, Defensoria Pública, Prefeitura do Recife e Secretaria de Defesa Social.

Logo depois de prestar depoimento, as mulheres e a criança seguiram para o Instituto de

Medicina Legal (IML), na área central do Recife, para se submeter a exames de corpo de delito. Em seguida, foram levadas a um hotel na capital. A partir de terça-feira (2), segundo a PF, deverão ficar numa casa abrigo indicada pelo governo do estado esperando a decisão do pedido de refúgio.

Autuação

Segundo a Polícia Federal, as duas mulheres e a criança foram interceptadas no aeroporto do Recife por causa de um comunicado feito pela companhia aérea às autoridades pernambucanas. Os iraquianos tentavam embarcar para a Espanha com os passaportes falsos. A PF informou que o crime foi confirmado por uma das mulheres, que fala árabe e inglês.

Majida Shammo, conforme a PF, revelou que os três chegaram ao Brasil e ficaram hospedados em um hotel do Rio de Janeiro. Na capital fluminense, foram orientados a viajar até o Recife, onde pegariam um avião para a Europa. Naquele continente, tentariam pedir refúgio. Ela não informou, no entanto, quando o trio entrou pela primeira vez no país.

Interrogatório

As mulheres informaram aos policiais federais que existem informações verdadeiras nos passaportes. Os documentos são considerados falsos por declarar que eles são israelenses e não iraquianos.

Segundo a PF, uma das mulheres informou que eles compraram os passaportes na Turquia. Pagaram US\$ 100 pelo documento para cada adulta e US\$ 50, pelo da criança. A PF ressaltou que elas não deram mais detalhes de quem entregou esses passaportes.

27. Polo de tecnologia no Recife capacita refugiados venezuelanos. **Destak Jornal**, 2018. Disponível em: <https://www.destakjornal.com.br/cidades/recife/detalhe/polo-de-tecnologia-no-recife-capacita-refugiados-venezuelanos>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

Os refugiados venezuelanos abrigados em Pernambuco e em busca de oportunidades no mercado de trabalho vão compor a primeira turma de Qualificação para o Trabalho em Tecnologia do Polo de Formação e Reuso de Eletroeletrônico do Nordeste, uma ação pioneira no país. Em parceria com a ONG Aldeia Infantis (OIA), a entidade vai reunir 30 imigrantes para aula-inaugural nesta quarta-feira (19), no bairro de Apipucos, no Recife.

Novas turmas serão formadas em parceria com a ONG Comunidade Boa Nova (Jaboatão do Guararapes), ONG Aldeias Infantis (Igarassu) e Centro Social Dom João Costa (Recife), gerando ao todo 130 vagas para cursos. De acordo com o consultor em gestão do Polo de Inovação, Sávio França, o curso tem o objetivo de contribuir para a capacitação dos refugiados na área de tecnologia e contribuir para a recolocação dos participantes no mercado de trabalho.

A iniciativa integra a 3ª Agenda de Impacto Socioambiental de Pernambuco, projeto cujo objetivo é promover e estimular o descarte correto de equipamentos eletrônicos após o consumo para que eles possam ser restaurados e remanufaturados.

Na programação serão inaugurados mais oito ecopontos de descarte de lixo eletrônico no Recife e serão entregues 66 kits de computadores a organizações sociais de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Gravatá, Garanhuns e Serra Talhada, em Pernambuco, e na cidade de Arapiraca, em Alagoas.

Acolhimento

Nesta terça-feira (18), Pernambuco recebeu mais 30 imigrantes venezuelanos, entre adultos, jovens e crianças. O grupo vindo de Roraima foi alojado em residências administradas pela ONG Aldeias Infantis, em Igarassu, que possui uma estrutura residencial composta por sete casas com cinco quartos que cabem até 10 pessoas.

Do número de imigrantes, 12 são crianças de até 11 anos, quatro são adolescentes de 12

a 17 anos e 14 são adultos de 22 a 48 anos. Além deste, outro grupo aporta no Estado na quinta-feira (20) e também seguem para a ONG que, junto aos 69 imigrantes que chegaram em julho, passam a abrigar mais de cem venezuelanos em suas dependências.



Entrevistas – ONG Aldeias Infantis SOS Brasil

NEARI – Núcleo de Estudos e Atuação em Relações Internacionais Projeto BAREM – Banco de Dados sobre Refugiados

Entrevista com o Coordenador do Projeto Humanitário Venezuelano “Brasil Sem Fronteira” o Sr. Carlos Roberto dos Santos, da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, em Igarassu, Pernambuco.

Data de concessão de entrevista: 05/12/2018 Horário: 10:53h

NEARI: O que a organização Aldeias Infantis está fazendo em relação aos venezuelanos?

CARLOS: O papel da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, é trabalhar a questão humanitária ligada aos Direitos Humanos. Acolhemos crianças e adolescentes que são encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude, atuamos no Fortalecimento Familiar e Comunitário, agora acolhemos os refugiados migrantes venezuelanos. A ideia da Organização de fazer esse trabalho é justamente para ajudá-los a recuperar a questão da dignidade do ser humano, pois o que nos separa como ser humano um dos outros são as fronteiras, a cultura, a etnia... Mas temos que ver que todos nós somos seres humanos iguais, segundo a Declaração dos Direitos Humanos. A Aldeias é fiel aos seus princípios na defesa dos Direitos Humanos e não recua na sua missão, ela não só reflete e contempla a questão dos Direitos Humanos, mas os coloca em prática, independente de as pessoas se encontrarem debaixo de qualquer “bandeira”, cultura e visão de mundo diferente, defendemos a vida em todas as suas instâncias.

NEARI: Quais são as atividades que a organização tem feito para dar esse acolhimento aos refugiados venezuelanos?

CARLOS: Sabemos que trabalhar com pessoas é muito complexo e desafiador, pois cada um pensa diferente, mas quando há culturas diferentes, no caso dos venezuelanos, isso pode ser ainda mais forte, portanto é importante buscar compreender melhor a realidade deles e eles a nossa. Então diante desse contexto temos muitos parceiros que nos ajudam a discernir os rumos

dessa visão holística humanizadora. Essas parcerias envolvem várias pessoas e entidades como o Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco, a Universidade Federal de Pernambuco, que começará a dar aula de português para os venezuelanos, o SENAC, que ajudará bastante com a questão da empregabilidade deles, nas aulas de português voltadas para o mercado de trabalho e outras situações do cotidiano, e a parceria com o SEBRAE para trabalhar a questão do empreendedorismo para os venezuelanos, já que muitos deles gostam da área gastronômica, por exemplo. Então temos essas parcerias e outras empresas e pessoas físicas vem nos ajudando também, além de termos o apoio da comunidade externa.

NEARI: Com quem a ONG Aldeias Infantis se articulou para receber os refugiados?

CARLOS: Essa articulação se deu por meio do Sr. Sérgio Marques, o subgestor nacional da Aldeias Infantis SOS Brasil, que apresentou o projeto humanitário Venezuelanos “Brasil Sem Fronteiras” para o ACNUR (Agência da ONU que trabalha com os Refugiados e Migrantes), que logo foi implantado na Organização. Como já tínhamos as casas lares, o projeto foi logo aceito e colocado em prática. Então em 3 de julho de 2018 chegaram 69 venezuelanos, depois chegaram mais 33 em setembro, e em outubro mais 18. Porém enquanto alguns chegam outros saem. Hoje nós temos 6 famílias venezuelanas que estão vivendo e trabalhando normalmente, já integradas na comunidade sem depender da Aldeias Infantis, nós mantemos o acompanhamento com essas famílias mesmo quando elas saem da convivência comunitária. Eles assinam um documento se desligando do projeto, mas não se desligam necessariamente da Aldeias.

NEARI: A organização possui apoio do governo local, estadual ou federal?

CARLOS: Tanto do Governo estadual e municipal temos o apoio da Secretaria da Educação e Saúde, ou seja, os refugiados são encaminhados para a escola e para os serviços de saúde conforme as demandas. O apoio financeiro vem do ACNUR, que passa uma quantia de verba para nós, e nós administramos a questão da alimentação, do vestuário, higiene, medicamentos e o que for necessário. Temos também apoio de parceiros externos por meios de doações que recebemos e que nos ajudam na questão dos encaminhamentos.

NEARI: Obrigada. Fim da entrevista às 11:13h.

NEARI – Núcleo de Estudos e Atuação em Relações Internacionais Projeto BAREM - Banco de Dados sobre Refugiados

Transcrição de entrevistas concedidas por refugiados venezuelanos em Pernambuco Data de concessão das entrevistas: 05/12/2018

Traduzidas do espanhol

ENTREVISTA N° 01 – V1*

NEARI: Por que escolheu migrar de seu país? Quais foram as razões para a sua saída?

V1: Bom, a primeira razão é a necessidade econômica. Estava passando por uma economia muito, muito instável, onde não se conseguia nada para comer... Foi minha primeira motivação para sair do meu país. E a outra foi a falta de segurança também. Há muita insegurança e não tinha dinheiro para comprar comida. Se você come, não se veste. Se você se veste, não come. Essas foram minhas motivações.

NEARI: Por que escolheu o Brasil? Havia uma outra opção fora o Brasil? como funcionou?

V1: Não. Nós escolhemos, desde o princípio, o Brasil. Porque nos disseram que aqui a ONU estava ajudando os imigrantes, então foi nossa opção. E tenho muitos amigos que vieram para o Brasil.

NEARI: Qual é a razão de escolher o estado de Pernambuco? Ou foi algo que escolheram por vocês?

V1: Bom, exatamente. Porque no refúgio, nos dizem para que viajemos. E, então, falam quantas pessoas podem trazer a essa Aldeia (ONG que acolheu a família de V1). Para Pernambuco estavam dando oportunidade para duas famílias de quatro pessoas, e duas famílias de três. Há uma lista de refugiados... Então foram buscar as duas famílias de quatro e de três pessoas, e as retiraram do refúgio. Então te dizem: “você vai para Pernambuco”, ou “você vai pra Brasília”, ou “você vai para o Rio de Janeiro”. Para nós, foi Pernambuco. Mas, se você não quiser vir, você diz: “não, não quero ir, vou ver se vem outra oportunidade”. Mas, a necessidade e a situação do refúgio... você sabe como é. Um só banheiro para 600 pessoas, e a comida vem em marmitas,

chega fria, as crianças não querem comer. Aqui, você tem melhores opções de cozinhar o que quiser. Temos fogo, e aqui podemos cozinhar segundo nossa necessidade. Tem gente que diz “ai, não, quero ir para o Rio, quero ver o carnaval”. Nós não pensamos assim, pensamos na necessidade real.

NEARI: Quais são as entidades políticas que os ajudam? V1: a ONU, a OIM, a ACNUR, a APSIS, e Aldeias Infantis.

NEARI: Muito obrigada. E assim chegamos ao fim da entrevista às 12:04h.



ENTREVISTA N° 02 – V2

NEARI: Por que escolheu migrar de seu país? Quais são as razões da saída?

V2: Bom, a primeira razão é a situação econômica do país. Não se dá para comer, então eu, pelo menos, trabalhava um mês inteiro e precisava de um uniforme, e quando chegava em casa precisava comprar outra coisa, mas não dava. E minha filha tem autismo. Eu pagava seu tratamento, privado. Então, a situação piorou e já não pude mais fazê-lo. Isso foi uma das situações que me explodiu a paciência e eu saí do meu país.

NEARI: Por que você escolheu o Brasil? Houve alguma outra opção ou o Brasil foi a primeira opção?

V2: Não, houve a opção de ir ao Equador. Tive uma proposta do Equador, mas eu não tinha passaporte em mãos, ou seja, não ia sair o meu passaporte. Uns colegas de trabalho vieram para cá para o Brasil e me disseram que aqui a situação econômica era muito melhor do que no Equador. Então eu decidi vir ao Brasil, e a verdade é que a situação aqui (na ONG que acolheu V2) Não é tão crítica quanto no meu país.

NEARI: Então, qual é a razão de escolher o estado de Pernambuco?

V2: Bom, não escolhemos. No refúgio, ali há os que são beneficiados, dependendo do perfil que pedem. Para Pernambuco, saiu o perfil de nossa família, que é uma de quatro pessoas. Comigo, já chegaram outras pessoas, outras famílias mais. Escolheram-nos para cá, e viemos. É bem melhor do que estar no refúgio.

NEARI: Quais são as entidades que dão suporte a vocês?

V2: A ACNUR, APSIS Brasil, e agora a Aldeias Infantis (ONG) em Igarassu. **NEARI:** Muito obrigada. E assim chegamos ao fim da entrevista às 12:08h.

ENTREVISTA N° 03 – V3

NEARI: Por que escolheu migrar de seu país? Quais são as razões de saída?

V3: Primeiro foi porque tive um acidente de moto, e fraturei o pé, e no hospital lá (na Venezuela) não havia condições para fazer a minha operação. Não tinham luvas, não havia gaze, não havia nada. Faltava algodão para curar as feridas... Preciso de uma cirurgia, e não posso ter cura lá. E isso foi uma das coisas que me fizeram migrar para o Brasil.

NEARI: Por que escolheu o Brasil? Havia outra opção de país, ou algo assim?

V3: Bom, escolhemos porque era a parte mais perto de onde estávamos.

NEARI: Por que você escolheu o estado de Pernambuco?

V3: O estado de Pernambuco não foi escolhido por nós, foi escolhido pela própria ACNUR, a ONU. Foram eles que escolheram. Ou seja, vamos para onde estão preparados para nos receber. E fomos recebidos aqui.

NEARI: Quais são as entidades políticas que os ajudam?

V3: A ACNUR, a ONU foram os que fizeram mais, que nos ajudam. E a Aldeias Infantis nos recebeu e nos ajudou de imediato.

NEARI: Muito obrigada. É o fim da entrevista, às 12:13h.

ENTREVISTA N° 04- V4

NEARI: Por que escolheu sair do seu país? Quais são as razões da saída?

V4: Como meu esposo explicou, por meio de seu acidente, que não tivemos possibilidades, e outra coisa, pela necessidade, ou seja, a fome que todos estávamos passando. Porque se se comia às vezes uma vez ao dia, às vezes duas, e às vezes não se comia no dia, e isso foi o mais urgente que nos fez fugir para o Brasil. Era o mais próximo.

NEARI: Por que escolheu o Brasil?

V4: Por isso, porque é mais perto de onde nós vivíamos.

NEARI: E por que escolheu o estado de Pernambuco?

V4: Foi o que nos disseram, que saíram vagas para Pernambuco e nós aceitamos, porque estava melhor do que a situação de Boa Vista. Em Boa Vista há muitos venezuelanos, e é mais difícil, nós precisávamos seguir adiante e buscar um trabalho para seguir a vida. E se nos escolheram para Pernambuco, Deus sabe o porquê.

NEARI: Quais são as entidades que os ajudam?

V4: Aqui nos ajudou a Aldeias Infantis, a ONU e a ACNUR. Essas são as que nós e outras pessoas vimos, mas não sabemos se outras pessoas nos ajudaram.

NEARI: Muito obrigada. Assim chega ao fim a entrevista às 12:17h.

*Por questões de ética e privacidade, a identidade dos entrevistados foi preservada.

Entrevista – Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife

Entrevistada: Coordenadora Janaína Ramos

NEARI: Como é a atuação de vocês referente a essa nova onda migratória aqui em Pernambuco?

Janaína: Hoje representamos a Prefeitura em comitê para questões sobre a imigração. O Centro de Referência em Direitos Humanos Margarida Alves (CRDH-MA) busca articular as demandas, que chegam através deste comitê, com os serviços que a Prefeitura disponibiliza.

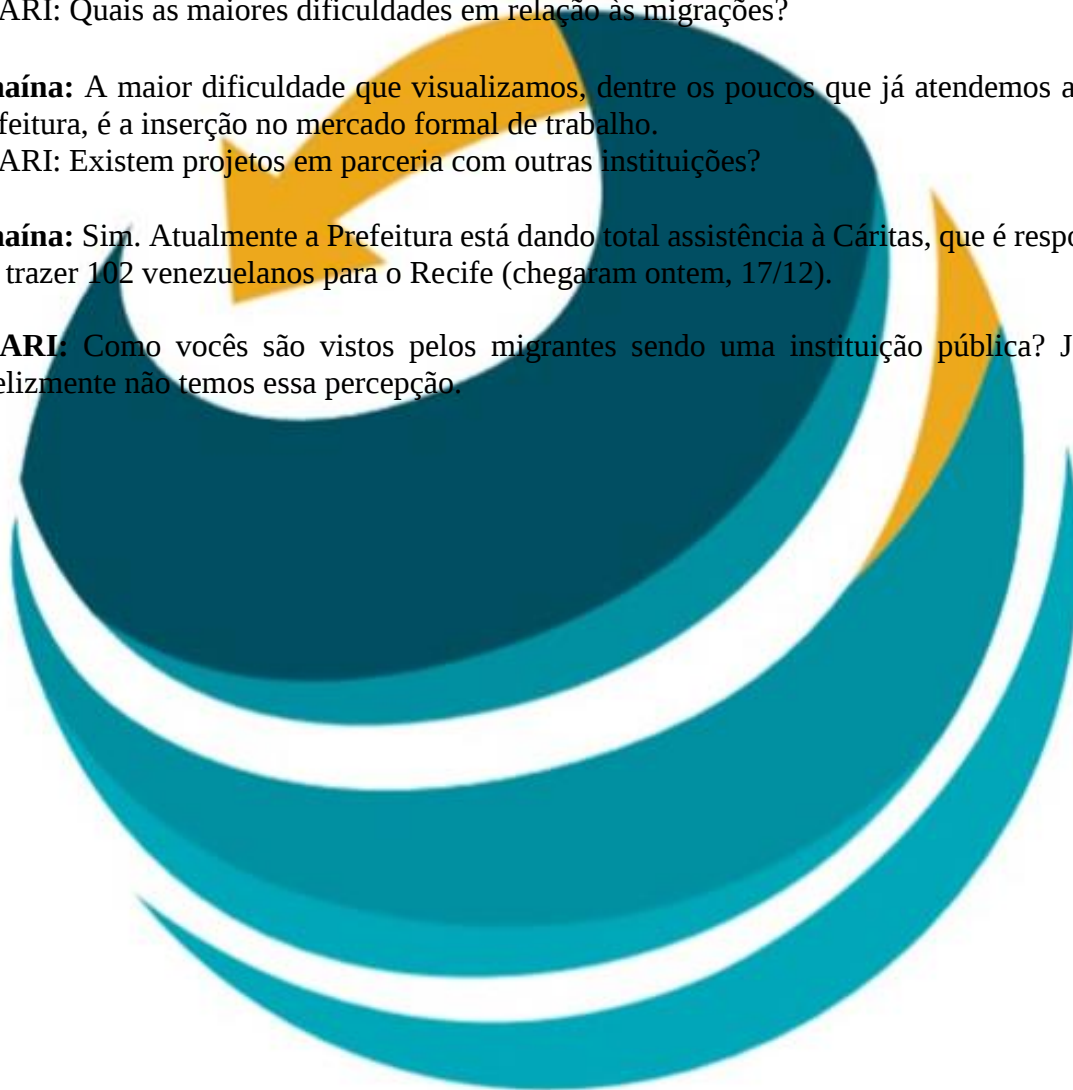
NEARI: Quais as maiores dificuldades em relação às migrações?

Janaína: A maior dificuldade que visualizamos, dentre os poucos que já atendemos aqui, na Prefeitura, é a inserção no mercado formal de trabalho.

NEARI: Existem projetos em parceria com outras instituições?

Janaína: Sim. Atualmente a Prefeitura está dando total assistência à Cáritas, que é responsável por trazer 102 venezuelanos para o Recife (chegaram ontem, 17/12).

NEARI: Como vocês são vistos pelos migrantes sendo uma instituição pública? **Janaína:** Infelizmente não temos essa percepção.



BIBLIOGRAFIA

Agence France Presse. “**Casas de cristãos paquistaneses são queimadas após suposta blasfêmia**”. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/casas-de-cristaos-paquistaneses-sao-queimadas-apos-comentario-blasfemo.html>. Acesso em: 2 de nov. 2018.

Agence France Presse. “**Cristã condenada à morte por blasfêmia no Paquistão é isolada**”. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/crista-condenada-morte-por-blasfemia-no-paquistao-e-isolada.html>. Acessado em 6 de outubro de 2018.

ALVIM, Mariana. “A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela”. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acessado em: 16 de dezembro de 2018.

BARBA, Mariana Della. “**Brasil vira rota de bengalis em busca de refúgio**”. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140129_bengalis_brasil_mdb. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL.—Ministério.do.Trabalho.(2017)..Cadastro.Geral.de.Empregados.e Desempregados (CAGED)

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. 2. ed. 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/01/refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>. Acesso: 10 nov. 2018.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em número**. 3. ed. 2017. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apos-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em: 10 nov. 2018.

CORRALES, Johana Barreneche. “**Refugiados Colombianos no Brasil**”. Editoria da Unicamp. Campinas, 2007.

DELFIM, Rodrigo Borges. “**O que os pedidos de refúgio mostram sobre as migrações no Brasil em 2017**”. 2018. Disponível em: <http://migramundo.com/o-que-os-pedidos-de-refugio-mostram-sobre-as-migracoes-no-brasil-em-2017/>. Acesso em: 5 nov. 2018.

DINIZ, Maiana. “**Metade dos venezuelanos que entram no Brasil acaba voltando ao país de origem**”. 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/metade-dos-venezuelanos-que-entram-no-brasil-acaba-voltando-ao-pais-de-origem>. Acesso em: 16 dez. 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. “**Operação acolhida: núcleo familiar é preservado nos abrigos para imigrantes em boa vista e pacaraima**”. 2018. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/operacao-acolhida-nucleo-familiar-e-preservado-nos-abrigos-para-imigrantes-em-boavista-e-pacaraima. Acesso em: 15 dez. 2018.

GONÇALVES, Rodrigo de Lima. “**Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade**”. 2018. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/2920_9/Operacao-Acolhida-em-Roraima--acao-de-solidariedade/. Acesso em: 16 dez. 2018.

GOUSSINSKY, Eugênio. “**Colômbia recebe cerca de 10 vezes mais venezuelanos que o Brasil**”. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/nosso-mundo/colombia-recebe-cerca-de-10-vezes-mais-venezuelanos-que-o-brasil-06062018>. Acesso em: 16 de dezembro de 2018.

GUIAME. “**Ex-muçulmanos revelam que eram pagos para se infiltrar e sequestrar meninas cristãs**”. 2017. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/ex-muculmanos-revelam-que-eram-pagos-para-se-infiltrar-e-sequestrar-meninas-cristas.html>. Acessado em: 3 nov. 2018.

IDOETA, Paula. “**De onde vêm as pessoas que pedem refúgio no Brasil – e qual a situação em seus países?**”. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44177606>. Acesso em: 09 nov. 2018.

JORNAL NACIONAL. “**Governo de Roraima pede ao Supremo suspensão de entrada de venezuelanos**”. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/20/governo-de-roraima-pede-ao-supremo-suspensao-de-entrada-de-venezuelanos.ghtml>. Acessado em: 15 de dezembro de 2018.

LIMA, João Brígido Bezerra; MUÑOZ, Fernanda Patrícia Fuentes; NAZARENO, Luísa de Azevedo; AMARAL, Nemo. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**, IPEA, Brasília, 2017.

LUSA, agência de notícia. “**Exército brasileiro explica ação humanitária para acudir a venezuelanos na fronteira**”. 2018. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/exercito-brasileiro-explica-acao-humanitaria-para-acudir-a-venezuelanos-na-fronteira_n1067366. Acesso em: 15 dez. 2018.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (2016). Microdados RAIS.

PERASSO, Valeria. “**Discriminação severa contra pessoas não religiosas está crescendo ao redor do mundo, diz ONG**”. 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/discriminacao-severa-contrapessoas-nao-religiosas-esta-crescendo-ao-redor-do-mundo-diz-ong,e3da1ad88fca9be440b596e4dff79e9118q7psd5.html>. Acesso em: 29 out. 2018.

PORTAS ABERTAS. “**Lista mundial: Paquistão**”. 2018. Disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/categoria/lista-mundial/paquistao>. Acesso em: 29 set. 2018.

RABIN, Cláudio Goldberg. “**A perseguição destrói tudo dentro de você’, diz cristão paquistanês refugiado no Brasil**”. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37292657>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Refugee Status Determination. Disponível em: http://popstats.unhcr.org/en/asylum_seekers. Acesso em: 18 out. 2018.

RODRIGUES, Fernando. **"Bangladesh lidera lista de pedidos de refúgio no Brasil"**. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/10/03/bangladesh-lidera-lista-de-pedidos-de-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, Carlos Freire. "Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo". **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 223-243, jan/abr, 2018.

UNHCR. **"Conflitos no Norte do Paquistão provocam mais de 400.000 deslocamentos"**..2014. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2014/06/27/conflitos-no-norte-do-paquistao-provocam-mais-de-400-000-deslocamentos/>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

UNHCR. **Global Trends: forced displacement in 2016**. 2017 Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>. Acesso em: 04 out. 2018.

UNHCR. **Population.Statistics.Database"**..2017..Disponível em: <http://popstats.unhcr.org/en/overview>. Acesso em: 30 out. 2018.

UNHCR, **Statistical.Yearbook.2014"**..Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/country/566584fc9/unhcr-statistical-yearbook-2014-14th-edition.html>. Acesso em: 19 out. 2018.

UNHCR, **Statistical.Yearbook.2015"**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/country/59b294387/unhcr-statistical-yearbook-2015-15th-edition.html>. Acesso em: 19 out. 2018.

UNHCR, **"Statistical.Yearbook.2016"**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/country/5a8ee0387/unhcr-statistical-yearbook-2016-16th-edition.html>..Acesso em: 20 de out. 2018.

UN News Service, **"Key Brazilian border crossing for Venezuela refugees reopens as asylum numbers pass last year's total"**. Disponível em: <https://www.refworld.org/country,,,bra,,5bc494ff3,0.html>. Acesso em: 09 de outubro 2018.

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. “**Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**”. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>. Acesso em 3 de novembro de 2018.

